

1 2 9 0



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

Diogo Rafael Albuquerque Nascimento

A QUESTÃO DE TAIWAN

UMA ANÁLISE TEÓRICA DAS RELAÇÕES ENTRE A
REPÚBLICA POPULAR DA CHINA E TAIWAN ENTRE
2013-2022

Dissertação no âmbito do Mestrado em Relações Internacionais: Estudos de Paz, Segurança e Desenvolvimento orientada pela Professora Doutora Sarah da Mota e apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre

Janeiro de 2023



FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

Diogo Rafael **Albuquerque Nascimento**

***A Questão de Taiwan:
Uma análise teórica das relações
entre a República Popular da China
e Taiwan entre 2013 e 2022***

*Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais: Estudos de Paz, Segurança e
Desenvolvimento, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para
obtenção do grau de Mestre*

Orientadora: Prof.^a Sarah da Mota

Coimbra, Janeiro de 2023

À minha querida avó, Maria de Lourdes, que tão pacientemente esperou pela
conclusão desta fase da minha vida

Agradecimentos

À medida que escrevo isto, chegam ao fim três anos de uma cansativa, mas compensatória jornada de vida, a que uma quantidade relativamente baixa de pessoas tem acesso no mundo. O caminho para esta obra foi mais árduo e rochoso do que qualquer outra atividade em que participei. Só posso esperar que tenha dado bom fruto e agradecer a quem teve um papel crucial no meu sucesso.

Mais ninguém teve um impacto tão direto e decisivo na elaboração desta obra que não a minha própria orientadora, a Professora Sarah da Mota, que inicialmente me lecionou Metodologia. Os seus contributos metodológicos, de rigor científico e linguístico e asseguaração da qualidade de trabalho tornaram o esforço de alguém com um inexistente currículo académico num trabalho proveitoso.

Foi indispensável a ajuda da minha família, nomeadamente da minha mãe, do meu pai e da minha avó, no que coube a fornecer-me o sustento, a paciência e em geral os meios para eu poder fortalecer o meu currículo de vida com um Mestrado, um estágio curricular longe de casa e eventualmente uma dissertação, cuja elaboração perdurou mais do que o planeado.

Estou grato também aos meus dois melhores amigos, Francisca Ribeiro, mestre em tradução, e Luciano Coelho, mestrando em sociologia, pelo apoio no rigor linguístico, científico, crítico e epistemológico que as ciências sociais tanto requerem, pelos risos e camaradagem, pelos bons e maus momentos, pela experiência de vida e pela visão e perspectiva que a nossa amizade e as peripécias que dela advieram me forneceram para ter o carácter necessário para escrever esta dissertação.

Por fim, deixo um agradecimento ao Instituto de Defesa Nacional (IDN), que me acolheu como estagiário entre 2021 e 2022, e não só me permitiu conviver com o prestigiado Dr. Luís Cunha, especialista em assuntos chineses e na Questão de Taiwan e diretor de publicações do Instituto, como também me deu importante experiência de trabalho e convívio num meio semelhante ao que espero ter na minha futura vida profissional. Agradeço também à ex-Diretora do IDN, a Professora Doutora Helena Carreiras, que agora ocupa uma função ligeiramente mais extenuante no Ministério da Defesa, e que me dedicou um poema e uma medalha ao meu retorno para Coimbra.

Preâmbulo

Esta não é uma secção obrigatória nem indicada pelas normas de formatação da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, mas é uma que optei por incluir na mesma. Será a única altura nesta obra em que eu como autor reconheço o leitor e lhe deixo considerações; considerações essas que são relevantes, mas não indispensáveis, para uma boa leitura e avaliação.

Este trabalho foi o fruto de um esforço laborioso que se adiou várias vezes pelos mais variados motivos, incluindo ambientais, circunstanciais, psicológicos, emocionais e até mesmo financeiros. É a mais longa peça de texto contínuo que alguma vez escrevi. Espero que o leitor desfrute, mas que tenha em consideração alguns fatores: primeiro, apesar do meu aproveitamento satisfatório durante o Mestrado em Relações Internacionais, a minha proveniência académica está nas línguas e na literatura. Como tal, o meu método de escrita científica, de recolha e de análise de dados não será da mesma natureza que os de um aluno já condicionado ao estudo das ciências sociais. Em segundo, esta dissertação está repleta de traduções livres e de citações na língua original. Esta escolha não veio por lapso meu, mas sim porque, tendo formação superior prévia nas línguas, em particular no inglês, me senti à vontade para poder traduzir muitas das citações, tanto diretamente como em paráfrase. Sempre que houver uma ocasião onde o significado se possa perder com uma tradução, a versão original é deixada. A minha preferência é por versões traduzidas, mas ao rever as fontes e os dados que utilizei ao longo do trabalho, notei que seria praticamente impossível deixar apenas um dos estilos (traduzido ou original).

Existe uma última questão que desejo abordar e é relevante para a filosofia do que constitui uma dissertação de mestrado. Há testemunhos em apoio do fator de inovação, e há também quem ache que não há necessidade de inovar desde que se mostre domínio da área e que se produza um trabalho original. É verdadeiramente difícil inovar numa ciência social, em particular na política. Aliás, um dos maiores problemas que enfrentei durante a escrita foi a sobrecarga de informação. Existem centenas de obras, artigos e ensaios não só sobre as RI em geral como também sobre o tópico de China e Taiwan.

Creio que, em primeiro lugar, havendo já tantas contribuições nestas áreas, é praticamente impossível um aluno de mestrado inovar de forma relevante ou notável, a não ser que seja um génio, coisa de que estou longe eu de me considerar. Em segundo lugar, o facto de existir tanta informação, e tendo eu usado uma fração ínfima da mesma e acabado com uma obra de cerca de 100 páginas, causou-me dúvidas e uma certa insegurança acerca

da relevância desta dissertação. Terei de a submeter sempre com o pensamento de que não li o suficiente, não revi o suficiente, não analisei o suficiente, não citei o suficiente, não escrevi o suficiente, ou então, o exato oposto: li demasiado, usei demasiadas referências, considerei demasiado outros autores e não a minha própria lógica, etc.

Enfim, não posso deixar de crer que a semente da dúvida é uma que brota eternamente em trabalhos académicos, e agora que passei por um, apenas posso sentir compaixão pelos investigadores, ensaístas e professores académicos por terem de passar pela sensação constante de insegurança acerca do próprio trabalho. De facto, uma dissertação de mestrado é a derradeira forma de se experienciar humildade genuína.

Resumo

A Questão de Taiwan é um dos dilemas internacionais mais recorrentes da segunda metade do século XX e da atualidade. Depois da Segunda Guerra Mundial, a Guerra Civil Chinesa retomou em 1946, ainda mais ferozmente do que antes. De lá, saíram vitoriosos Mao Tse-tung e o Partido Comunista Chinês. Chiang Kai-shek e as forças restantes do Kuomintang, o antigo governo central, foram forçados a fugir para a Ilha Formosa – Taiwan.

Começava assim uma das maiores fontes de diálogo, controvérsia, discórdia e escrutínio na academia das Relações Internacionais (RI). Nos dias de hoje, a questão de Taiwan é considerada um dos maiores entraves à estabilidade na região Ásia Pacífico e à possibilidade de uma relação amigável entre a China e os Estados Unidos da América.

Esta dissertação procura assim entender como é que as Teorias das Relações Internacionais (TRI) relevantes se aplicam à questão de Taiwan na contemporaneidade. Como tal, procura-se responder à pergunta: como é que as TRI podem ajudar a explicar a questão de Taiwan no período de 2013-2022? Para tal, Xi Jin-ping e a sua administração, bem como a liderança taiwanesa no período em questão, especificamente Ma Ying-jeou do Kuomintang e Tsai Ing-wen do Partido Democrático Progressivo, foram submetidos a análises e perspetivas teóricas dos campos do realismo, marxismo e liberalismo das RI. Em particular, analisam-se as suas agendas políticas internacionais, o contexto histórico por detrás das mesmas, as suas decisões de política externa, os seus discursos e comentários de relevo. Porquê o período escolhido? Resumidamente, equivale ao mandato de Xi Jin-ping, um dos atores principais e constantes na política geral e externa que definiu a China contemporânea.

Com base numa leitura de artigos científicos e artigos mediáticos que relatassem discursos, tenta-se entender que aspetos das TRI relevantes podem ser úteis para explicar a Questão de Taiwan. Além da fundamentação teórica, também se recorreu a fontes primárias, bem como reflexões sobre as mesmas. Através de uma metodologia analítica dedutiva, defende-se que as TRI podem explicar a questão de Taiwan caso sejam interpretadas de modo específico. Em particular, não só contribuem com as suas bases teóricas como também se chegam a complementar onde as outras falham. Como tal, não há uma única que forneça uma melhor explicação singular do que as outras.

Palavras-chave: China; Taiwan; Ásia; Ásia-Pacífico; Geopolítica; Teorias das Relações Internacionais; Realismo; Liberalismo; Marxismo

Abstract

The issue of Taiwan is one of the most recurring international dilemmas both of the second half of the 20th century and of today. After the end of the Second World War, the Chinese Civil War resumed in 1946, and came back more fiercely than ever. Mao Tse-tung and his Chinese Communist Party walked away from the conflict as victors. Chiang Kai-shek and what remained of the contingent forces of the Kuomintang, the previous ruling party of China, were forced to escape to the Island of Formosa – Taiwan.

So began one of the largest sources of international and academic dialogue, controversy and scrutiny in the field of International Relations. Nowadays, the question of Taiwan is considered one of the largest obstacles both to stability in the Asia-Pacific region and also to a potential friendly relationship between China and the USA.

This dissertation aims to understand how the relevant International Relations Theories (IRTs) can be applied to the issue of Taiwan in the present-day. As such, this dissertation intends to answer the question of how IRTs can contribute to explaining the question of Taiwan, particularly between 2013 and 2022. To this end, Xi Jin-ping and his administration, as well as Taiwanese leadership in this period, specifically the Kuomintang's Ma Ying-jeou and the Democratic Progressive Party's Tsai Ing-wen, have been subjected to IR theoretical analysis and perspectives in the realist, Marxist and liberal schools of IRT thought. In particular, their international political agendas, their foreign policy decisions, speeches and remarks were analyzed. Why choose this specific timeline? In short, it corresponds to Xi's term as the Chinese head of state. Being one of the main actors and constants in this analysis, he has helped defined contemporary China's general and foreign political landscape.

Based on a reading of scientific papers, journal publications, mediatic articles that expose translated speeches, this work shall attempt to understand which aspects of relevant IRT can help explain the question of Taiwan. For building a theoretic basis off of which to

work, primary sources and essays/reflections on them were also reviewed. Through a deductive analytic methodology, it is supported here that IRT can indeed explain the question of Taiwan if they are interpreted in specific ways. Particularly, not only do they contribute by providing their own theoretic basis, they can also compliment each other where others are lacking. As such, there is no single theory that provides a unilaterally better explanation than others.

Keywords: China; Taiwan; Asia; Asia Pacific; Geopolitics; Theories of International Relations; Realism; Liberalism; Marxism

Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

ELP	Exército de Libertação Popular
EUA	Estados Unidos da América
KMT	Kuomintang
NATO	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OBOR	<i>One Belt One Road</i>
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PCC	Partido Comunista Chinês
PPD	Partido Progressista Democrático
RC	República da China
RI	Relações Internacionais
ROC	<i>Republic of China</i>
RPC	República Popular da China
TEH	Teoria de Estabilidade Hegemónica
TRI	Teorias das Relações Internacionais

Índice

INTRODUÇÃO	1
O contexto e objeto de estudo.....	1
O objetivo, a problemática e a pergunta de partida	3
O contributo e a relevância	4
Enquadramento teórico.....	5
Metodologia.....	10
A estrutura da obra.....	16
CAPÍTULO 1. OS FUNDAMENTOS DO REALISMO.....	18
1.1. O realismo clássico	20
1.2. Kenneth Waltz e o neorealismo	21
1.3. O realismo defensivo	24
1.4. Mearsheimer e o realismo ofensivo	26
1.5. A Teoria de Estabilidade Hegemónica dentro do neorealismo.....	30
CAPÍTULO 2. A FACE REALISTA DO PARTIDO COMUNISTA CHINÊS	32
2.1. As bases das abordagens realistas do PCC.....	34
2.1.1. A Guerra da Coreia.....	35
2.1.2. A anexação do Tibete e a Guerra Sino-Indiana	36
2.1.3. A Guerra Sino-Vietnamita	38
2.1.4. Taiwan antes de Xi Jin-ping.....	39
2.2. O Realismo de Xi Jin-ping e da sua administração	43
CAPÍTULO 3. O KMT E O PPD DE TAIWAN COMO REALISTAS.....	54
3.1. As abordagens realistas do KMT.....	56
3.2. A política externa do PPD no realismo	61
3.2.1. O nacionalismo taiwanês e o PPD.....	61
3.2.2. A Política Continental e Externa do PPD.....	61
3.2.3. A agenda política de Tsai Ing-wen e os desafios à sua administração.....	66
CAPÍTULO 4. UMA DICOTOMIA MARXISTA-LIBERAL.....	70
4.1. O Marxismo nas Relações Internacionais e na questão de Taiwan.....	72
4.1.1. O Marxismo como teoria aplicada pelo PCC.....	72
4.1.1. A manifestação do Marxismo Chinês na Questão de Taiwan	74
4.2. O Liberalismo nas Relações Internacionais e na Questão de Taiwan	78
4.2.1. O Liberalismo e as suas vertentes	78
4.2.2. A Paz Nuclear	83
4.2.3. O Liberalismo manifestado na Questão de Taiwan	85
CONCLUSÃO.....	91
LISTA DE REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	96

Introdução

O contexto e objeto de estudo

Em 1945, o mundo celebrava o fim da Segunda Guerra Mundial. A China, no entanto, entrava agora na fase mais intensa da sua Guerra Civil, lutada entre o governo Nacionalista de Chiang Kai-shek e os rebeldes comunistas de Mao Tse-tung, que em breve se tornariam uma força formidável. Grande parte do povo chinês, exausto devido a mais de 10 anos de guerra contínua desde 1937, perdera gradualmente a fé no governo autoritário de Chiang, e colocava-a agora no Partido Comunista Chinês (PCC) de Mao. Milhões de mortes depois, o Exército de Libertação Popular capturava Pequim, e em 1949, Chiang Kai-shek viu-se obrigado a escapar para a ilha de Taiwan, de onde planejava a reconquista do Continente que nunca viria a ocorrer. Começava então um dos dilemas mais controversos e causadores de discórdia na Ásia de Leste, e que ainda perdura, mais de 70 anos depois.

Desde então, a questão de Taiwan causa grandes preocupações aos líderes na região, mas também tem sido projetada internacionalmente (Cunha, 2008, p. 21). Considerando que a sua discussão nas Relações Internacionais se tem tornado cada vez mais inevitável nos últimos anos, existem inúmeras vertentes através das quais se pode analisar a questão. O objeto desta dissertação são as relações entre a China e Taiwan no período entre 2013 e 2022, relativo ao mandato de Xi Jin-ping. No entanto, vale a pena notar que neste período, Taiwan teve duas presidências diferentes, uma chefiada por Ma Ying-jeou, do Kuomintang (KMT), acabada em 2016, e outra chefiada por Tsai Ing-wen,¹ do Partido Progressista Democrático (PPD). Como tal, a análise da liderança taiwanesa será mais multifacetada visto que estes dois partidos (e, por conseguinte, os seus líderes) têm abordagens consideravelmente diferentes uma da outra. Por sua vez, a China Continental só teve um líder no período estudado, um líder que ideologicamente não é tremendamente diferente dos seus

¹ Os nomes próprios em chinês consistem em uma ou, mais comumente, em duas palavras que podem ou não estar separadas por um hífen em inglês e português (ex.: Tse-tung, Kai-shek; Ingwen, Jinping, etc.), enquanto os apelidos são uma única sílaba (ex.: Mao, Chiang, Tsai, etc.). Em chinês, os nomes próprios tipicamente vêm depois do apelido (ex.: Mao Tse-tung, Chiang Kai-shek, Tsai Ing-wen, etc.) No entanto, alguns autores e textos ocidentais apresentam-nos no formato normal no Ocidente, ou seja, primeiro o nome próprio e de seguida o apelido. O modelo utilizado aqui será o chinês: apelido primeiro, depois nome próprio, e sempre com hífen.

antecessores. O PCC é um regime unipartidário e autocrático (Truex, 2016), enquanto o sistema político em Taiwan é uma democracia que se tornou total depois de um período transitório nos últimos anos do século XX (Tien & Chu, 1996).

A questão de Taiwan é em si complexa devido à dinâmica das entidades e interesses envolvidos. A anexação da ilha tem sido um objetivo consistente de todos os Secretários-Gerais do PCC desde Mao Tsé-Tung (Congresso Nacional do Povo, 1979; Taiwan Affairs Office & Information Office, 1993). No entanto, os métodos e abordagens para realizar este objetivo mudam de líder para líder. Na atual Era da Informação, os métodos da administração de Xi Jin-ping para levar a cabo este objetivo são largamente distintos dos seus antecessores. De igual modo, Taiwan tem agarrado as vantagens diplomáticas, políticas e económicas que consegue para defender a sua independência não oficial. Um exemplo deste esforço foi a visita do Presidente taiwanês Lee Teng-hui aos EUA em junho de 1995, a qual, com a frustração diplomática de Pequim, levou à Terceira Crise do Estreito de Taiwan (New York Times, 1995).

Existe ainda uma polarização considerável e relevante no ambiente político Taiwanês que será analisada em detalhe, numa divisão ideológica bem representada pelos dois maiores partidos políticos no país. O KMT apoia uma maior identidade chinesa bem como a preservação da cultura e língua chinesas, esforçando-se para apagar qualquer “ideia de identidade Taiwanesa” (Chen, 2017a, p. 51). Em contraste, o PPD defende uma identidade cultural Taiwanesa distinta da Chinesa Continental, uma identidade que é política e etnicamente separada da Mandarina, e defende que em vez de se unificar com o Continente sob um governo Chinês democrático liberal, Taiwan deve ser a sua própria nação, não mais dependente da identidade chinesa (Chen, 2017a, p. 42). Tanto as diferentes agências de cada líder do PCC como as diferentes abordagens defensivas de Taiwan tornaram a questão muito dinâmica historicamente, e o período de 2013-2021 não é diferente. O que torna este período único para a problemática em questão nesta dissertação é, por um lado, a relação das abordagens de Xi Jin-ping numa China que se torna uma potência cada vez mais significativa no quadro global, mediante o uso de informação e propaganda (Washington Post, 2016), o uso de capital para isolar Taiwan politicamente, e até o crescente orçamento militar (Funaiole & Hart, 2021) pelo qual Xi é conhecido. Por outro lado, há também as “manobras” defensivas de Taiwan, que se aproxima cada vez mais de países como o Japão, a Coreia do Sul e os EUA à procura de alianças, e se esforça para tornar a sua presença inegável, contrastam Pequim num *tug-of-war* político.

O objetivo, a problemática e a pergunta de partida

O objetivo desta dissertação é enquadrar a questão de Taiwan dentro de teorias fundamentais das RI, entendendo como contribuem para a análise da questão de Taiwan e, ao mesmo tempo, expondo de forma crítica os comportamentos de cada lado em relação ao outro. Tenta-se, portanto, contribuir para a literatura existente sobre a Questão de Taiwan e Estudos Geopolíticos Asiáticos com uma análise teórica (através do estudo das teorias fundamentais das RI) e semi-empírica (através da análise de discursos e retórica política dos líderes de cada lado). Pretende-se explicar e entender de que forma concreta é que as relações de Taiwan podem ser analisadas de uma forma teórica das RI. Adicionalmente, pretende-se expor de forma relativamente sucinta os comportamentos de cada lado do Estreito de Taiwan. Tal esforço não será só relevante para uma análise teórica, mas também para efetuar uma catalogação crítica de forma a expor os conhecimentos adquiridos durante o curso de Mestrado e durante a escrita deste trabalho. A problemática em questão consiste em averiguar se as teorias fundamentais das relações internacionais podem explicar validamente a relação entre os dois estados neste período, e como o fazem. Apesar de haver alguma literatura que tente fazer uma análise semelhante, a maioria não é extensiva, nem se aplica especificamente ao mandato de Xi Jin-ping e ao governo de Tsai Ing-wen, presidente atual de Taiwan. Já a escolha do período temporal sob análise coincide propositadamente com o mandato de Xi Jin-ping como presidente chinês. O motivo para tentar ajudar a “resolver” esta problemática reside na certa falta de clareza sobre como as Teorias das Relações Internacionais (TRI), apesar de serem tão recorrentes na academia, explicam a questão de Taiwan na contemporaneidade. Adicionalmente, existem imensas teorias possíveis. Com suficiente flexibilidade crítica, é possível aplicar pontos de qualquer uma delas. O objetivo aqui é afunilar as possíveis teorias a um número mais reduzido entre as principais, através de leituras e da observação de retórica política, para depois se averiguar quais se aplicam melhor à questão de Taiwan, e como é que o fazem.

Devido em parte à natureza dinâmica e complexa da questão de Taiwan, pode ser desafiante enquadrá-la no estudo das relações internacionais. Mas o cerne desta dissertação é motivado em parte por uma frase particular de Scott Kastner: “*At the end of the day, if we are going to understand how these different trends affect the China–Taiwan relationship, and how they fit together, we need theory*” (2018, p. 162). Já Wu Yu-shan (2000) pedia que se deixasse de analisar a questão de Taiwan de forma jornalística e através de argumentos partidários. É

preciso “direção teórica” para podermos responder às questões colocadas por esta questão geopolítica. Far-se-á aqui um esforço para aprofundar e contribuir para a literatura previamente mencionada. A pergunta de partida que inicia esta discussão incide sobre as afirmações de Kastner e Wu: tendo em conta o contexto histórico e político-económico, bem como as políticas externas da China Continental e de Taiwan, é possível explicar a questão de Taiwan com recurso a teorias fundamentais das RI? Quais são, e como é que contribuem para tal explicação?

Para responder, é necessário fazer um levantamento teórico e analítico das TRI que mais relevo têm para a questão de Taiwan. O realismo, que é uma das teorias, se não a teoria mais desenvolvida e recorrente no estudo das RI, tem um certo peso para este tópico. Como veremos, a natureza das relações no Estreito coincide com alguns conceitos centrais ao realismo fundamental, como o “egoísmo” e o desejo pela segurança e sobrevivência. O realismo em si não se trata de uma única teoria; integra diferentes ramos que tentam explicar as relações entre estados de formas diferentes. Afixar na questão de Taiwan que é simplesmente uma “questão realista” não é adequado, nem suficiente. Logo, a análise ao realismo, ou mais especificamente, às suas vertentes mais relevantes, ocupará um grande lugar nesta dissertação. A sua análise como uma das principais teorias e a sua conseguinte aplicação à questão de Taiwan requer um considerável desenvolvimento. Também se procederá a outra análise teórica, mas o peso do realismo implica que todas as outras teorias serão propostas como alternativas ao pensamento realista, alternativas ao que é o “status quo teórico”. Como tal, far-se-á também uso do Marxismo e do Liberalismo, cujas aplicações à questão de Taiwan assumem formas não-lineares. Sem dúvida, estas serão as principais teorias às quais se recorre aqui graças à sua relevância, não obstante as dezenas de teorias alternativas cujos principais aspetos podem descrever o padrão de ação de ambos os lados do Estreito.

O contributo e a relevância

Esta dissertação espera contribuir para os estudos asiáticos, estudos da China contemporânea e estudos de segurança e geopolítica. Espera oferecer uma perspetiva atualizada da questão de Taiwan e contribuir para a literatura académica de relações internacionais em Portugal sobre a China. Graças ao cariz de superpotência da China, a

questão de Taiwan acaba por ter repercussões globais, o que torna contribuições nesta área sempre relevantes para as relações internacionais. Espera-se com esta discussão contribuir para o debate contemporâneo das RI, esperando adaptar alguma teoria existente à China, ou contemplar aquelas que consigam explicar o estado único que é a relação entre os dois países. Não se espera fazer uma descoberta científica que seja de tremendo valor a nível inovador, mas sim fazer uma contribuição analítica ao expor comportamentos de ambos os lados no período entre 2013 e 2022.

A relevância do tema existe, não necessariamente pela falta de análise da questão de Taiwan, mas sim pela falta de literatura que a submeta às TRI de uma forma analítica. Da mesma forma, não existe falta de literatura sobre as TRI em si, quer seja primária e fundamental, quer seja secundária que desenvolva as fontes fundamentais. Existe sim, de modo geral, uma falta de afunilamento dessas mesmas obras sobre a questão de Taiwan, sejam elas fundamentais ou secundárias. Este trabalho pretende ajudar a preencher esse vazio de uma forma qualitativa e que demonstre domínio por parte do autor tanto das TRI como de assuntos geopolíticos internacionais.

Enquadramento teórico

O enquadramento teórico através da exposição do estado da arte é importante para entender em que área específica das RI este tema se insere. O objetivo desta secção é expor brevemente a literatura existente sobre o tópico das TRI, em particular as teorias que serão analisadas nos capítulos mais avançados. Deve notar-se que, graças à vertente de análise teórica desta obra, vertente essa que é uma abordagem central, a exposição e análise da literatura disponível terá lugar em maior detalhe nos capítulos de relevo. Por exemplo, o Capítulo 1 expõe de forma mais extensa as linhas principais e as ramificações do realismo. Esta secção pretende simplesmente expor de forma breve que literatura e campos teóricos se podem esperar adiante.

O Estado da Arte

Três dos autores mais relevantes do realismo, Hans Morgenthau, Kenneth Waltz e John J. Mearsheimer, oferecem as bases cruciais através do qual o realismo é tão bem

conhecido. Com Morgenthau, deve considerar-se os seus princípios do realismo, que fundaram a teoria na sua forma mais fundamental. Morgenthau (1985, pp. 4-5) estabelece cedo que o que move a política internacional de acordo com a perspetiva realista é a natureza humana, movida pelos fatores e decisões racionais tomadas em prol de “interesse”, definido em termos de poder. Adicionalmente, um agente político não age de acordo com os seus motivos ou preferências ideológicas, dado que os motivos pessoais de um ator são dados psicologicamente evasivos, e é quase sempre impossível determinar não só quais são, como também se sequer têm impacto na política externa de uma nação (Morgenthau, 1985, p. 6).

Kenneth Waltz (1979, p. 126) afirmava, ao expor o conceito de ordens anárquicas e equilíbrios de poder, que numa sociedade internacional, ninguém quer poder como objetivo final. Poder é um meio através do qual se atinge um objetivo, e geralmente esse objetivo é a segurança, como conceito de impedimento a agressões. Por este motivo, poder é quase paradoxalmente algo contra o qual poderes secundários se tentam defender. Isto pode ser feito através de coligações, onde as potências secundárias, caso lhes seja dada a oportunidade de se juntar a uma de duas coligações, a potência secundária tentará juntar-se à mais fraca por ver a coligação mais forte como a ameaça contra a qual se quer defender (Waltz, 1979, p. 127).

Enquanto Morgenthau é considerado o quintessencial do realismo clássico no pós-Segunda Guerra Mundial, Waltz e o seu neorealismo ou realismo estrutural dominam a academia das relações internacionais depois de 1979. A teoria desatualizada de Morgenthau, em “*A Política entre as Nações*”, acaba por ser substituída por Waltz e a sua obra “*Teorias das Relações Internacionais*” em meados da Guerra Fria. “Na década de 1960, dizia-se que a teoria das RI era um debate entre Morgenthau e os seus críticos; nas décadas de 1980, 1990 e 2000, o nome de Waltz substituíra o de Morgenthau”² (Brown & Ainley, 2012, pp. 79-81). Para Waltz, uma ideia recorrente do realismo estrutural está no conceito de princípios das ordens. As ordens dividem-se em dois tipos: hierárquicas e anárquicas. Uma sociedade doméstica rege-se por uma ordem hierárquica – o superior ordena o subordinado, o que significa que enquanto alguns mandam, outros obedecem. Por outro lado, as ordens internacionais são anárquicas, ou seja, “política na ausência de um governo” (Waltz, 1979, p. 88). Mearsheimer (2001) propõe que um país naturalmente pensa e age ofensivamente graças à procura de hegemonia. Adiciona ainda que discorda diretamente de Morgenthau no

² Tradução livre do autor. Nesta dissertação, a maioria das traduções serão livres e de autoria própria. No entanto, quando houver a possibilidade de o significado de um excerto se perder com a tradução, ou se for ambíguo na língua original, a versão original será mantida.

sentido em que não crê que os estados ajam de forma agressiva por algum desejo instintivo de adquirir poder e sim porque é objetivo primário das grandes potências sobreviver. Graças à anarquia internacional, este instinto de sobrevivência encontra-se em todos os estados e é o principal motivo do comportamento agressivo (Mearsheimer, 2001, pp. 53-54).

Como se irá averiguar mais atentamente no Capítulo 1 relativamente ao realismo, as escolas dominantes advêm do realismo estrutural, também conhecido como “neorrealismo”. Entre algumas teorias que se ramificam a partir do neorrealismo pode incluir-se a “teoria de estabilidade hegemónica”. No neorrealismo, os estados tentam gravitar para um equilíbrio de poder, o qual pode traduzir-se numa hegemonia. Segundo Cox (1981, pp. 139-140)³, “a teoria de estabilidade hegemónica afirma que estruturas hegemónicas dominadas por um único país normalmente levam ao desenvolvimento de fortes regimes internacionais”. Tal como, para Cox, a Alemanha desafiou e eventualmente levou ao fim da hegemonia britânica (ou *Pax Britannica*), Mearsheimer (2001, p. 56) acredita que a China e a sua ascensão preocupam os EUA, o atual estado hegemónico. A China tem o potencial de destabilizar o equilíbrio de poder, não necessariamente de forma militar, mas sim graças aos seus recursos humanos e crescimento económico. Como tal, é um país com poucos aliados. O seu comportamento agressivo pode resultar de uma ameaça percecionada à sua sobrevivência, e a sua agressividade económica, militar e política pode ser o resultado do que Mearsheimer profetizou como sendo a gravitação para a hegemonia.

Além do realismo e das suas muitas teorias descendentes, existem duas teorias que podem alternativamente ser aplicadas à relação entre a China e Taiwan: o Marxismo e o Liberalismo. Apesar de terem vários princípios opostos, podem ter relevância para a nossa análise. Embora a ideia central do Marxismo seja a divisão entre proletariado e burguesia, onde a burguesia é uma classe que pretende explorar globalmente um mercado constantemente expansivo (Reus-Smit & Snidal, 2008, p. 163), a relevância do Marxismo para a questão de Taiwan está no poder económico chinês. A China é coloquialmente conhecida como “fábrica do mundo” (The Economist, 2020) graças ao seu domínio da produção em massa, que emparelhado com uma numerosa população e baixos custos de mão-de-obra e indústria, lhe colocam firmemente num quasi-domínio capital. De acordo com a hipótese Marxista de que aqueles que controlam a produção a podem usar como controlam uma sociedade, a relevância do Marxismo para esta análise poderá residir no facto de que a China faz uso do seu potencial capital, isto é, da sua capacidade colossal de

³ Aqui, Cox cita o neoliberal Robert Keohane.

produção como arma política e económica contra Taiwan. Dos exemplos mais concretos deste argumento foi a recente abertura de relações diplomáticas oficiais entre a Lituânia e Taiwan. O resultado desta manobra diplomática lituana foi o corte completo de relações comerciais entre Pequim e Vilnius. “*Chinese customs no longer lists Lithuania in its list of origin countries. So customs forms for cargoes from Lithuania cannot be filed*” (Reuters, 2021). A China mostrou, assim, que qualquer estado que se posicione contra os seus interesses em Taiwan (que vê como região integral do seu território e, portanto, não lhe é devida qualquer representação diplomática) verá as consequências da sua economia como arma diplomática e política. Apesar de o comércio entre a China e a Lituânia não ser significativo (cerca de 0,7% das exportações e 3,7 das importações como percentagem do PIB (LRT, 2021), Pequim tornou claro que pode usar a sua economia e potencial industrial como arma.

Na outra face está o liberalismo, que por muito pouco ortodoxo que pareça a uma China que se diz socialista, conecta os dois lados do estreito de Taiwan de forma estranhamente cooperativa. Alguns autores centrais ao liberalismo nas RI incluem Immanuel Kant, Michael W. Doyle, Joseph Schumpeter, Robert Keohane, etc. O contributo de Immanuel Kant para as ciências sociais é maior nas disciplinas da filosofia e metafísica, mas a sua obra “*Perpetual Peace: A Philosophical Sketch*” e os conceitos de paz democrática, paz comercial e paz perpétua são de extremo relevo para o liberalismo em geral e para a questão de Taiwan. A razão para tal é simples: tanto a China como Taiwan desenvolveram ao longo das últimas décadas fortes laços comerciais (Cunha, 2008, p. 69). A integração de ambos os lados na Organização Mundial do Comércio (OMC) foi, em larga escala, benéfica tanto para os dois, como para o comércio global em geral (Chow et al., 2001). Resumidamente, uma lente liberal da questão de Taiwan defenderia que a cooperação e diplomacia entre os dois lados pode ser fomentada em prol da vertente económica. Com crescentes laços comerciais, é possível teorizar que cada lado prefira uma abordagem menos agressiva/realista ou militar e para manter o desenvolvimento económico. Immanuel Kant propôs já no século XVIII que o comércio tinha o potencial de manter a paz. Deveras, a sua posição era que a guerra é incompatível com o espírito do comércio, e que o poder do dinheiro, sendo o meio mais confiável entre os poderes subordinados à autoridade estatal, é o que alicia aos estados a promoção de uma paz que Kant chama de “nobre” (1795, p. 92). Este princípio de “paz comercial” é o conceito principal da filosofia Kantiana que importa para esta dissertação, mas nem todos os seus pontos são aplicáveis ao quadro internacional contemporâneo. De igual modo, nem todas as proposições, artigos e suplementos presentes

na obra de Kant são compatíveis com as políticas externas chinesas, como a ideia de republicanismo generalizado ou o “direito cosmopolitano” (1795). Realmente, a teoria de paz democrática iniciada por Kant tem os seus limites quando é aplicada a uma questão que não envolve duas democracias. No entanto, como vemos com Joseph Schumpeter, a paz comercial não é exclusiva a democracias. É o estatuto preferido da “burguesia,” isto é, a entidade capitalista. Ao capitalismo, que não está necessariamente preso a democracias ou repúblicas, não interessa a guerra (Schumpeter, 1974, p. 95). Restam perguntas leigas, tais como “a China é capitalista?”, “a China é democrática?” Para estas questões, não existe resposta que não justifique a sua própria dissertação. As opiniões não são lineares, mas há uma breve resposta que se pode dar com alguma segurança: à China interessa o comércio. Sendo a segunda maior economia do mundo, e especialmente se se tiver em conta como o Ocidente⁴ reagiu a uma ação militar por parte de outra autocracia, i.e., à invasão russa da Ucrânia em fevereiro de 2022, é quase um truísmo afirmar que a China prioriza a paz no estreito de Taiwan, independentemente das suas ambições geopolíticas, para manter a artéria vital que é o comércio. Como disse Henry Kissinger em entrevista ao Financial Times, “qualquer líder chinês deveria agora refletir sobre como evitar colocar-se na situação em que Vladimir Putin se colocou (...) de forma a estar numa posição que não posicionasse o mundo inteiro contra si” (Financial Times, 2022).

Por ser uma teoria sem definição canónica (Doyle, 1986, p. 1152), o liberalismo é de uma aplicação ligeiramente constrangedora na questão de Taiwan. No entanto, tal como no Marxismo, existem bastantes pontos desta teoria que se podem usar para justificar abordagens diplomáticas de ambos os lados. Essa tarefa será executada em maior detalhe no Capítulo 4, que as colocará num espetro ideológico e prático.

⁴ Nesta dissertação, entende-se por Ocidente todos os países que pertençam à NATO e a Austrália e Nova Zelândia. A Coreia do Sul e Japão também poderão estar incluídos na nomenclatura, mas merecerão referência própria sempre que relevante.

Metodologia

No âmbito desta dissertação, a recolha e análise dos dados foi dividida em duas partes, nomeadamente entre “dados fundamentais” e “dados circunstanciais”. Os dados fundamentais são de natureza maioritariamente teórica e científica e dizem respeito às TRI. Foram apelidados aqui de dados fundamentais por representarem a teoria fundamental das RI. Numa obra sobre as relações internacionais, este tipo de dados seria sempre necessário, independentemente do objeto de estudo circunstancial. Os dados circunstanciais dizem respeito aos instrumentos utilizados para estudar o caso prático que é a Questão de Taiwan. Estes dados dizem respeito somente a este tópico e são de natureza mais prática e contemporânea. Exemplos de dados (fundamentais ou circunstanciais) incluem qualquer tipo de obra, artigo de jornal, ensaio, livro ou capítulo de livro, relacionado com o estabelecimento de conceitos teóricos e fundamentais das RI no caso dos dados fundamentais, ou relacionados com a China contemporânea, com Taiwan ou até com a região da Ásia Oriental no caso dos dados circunstanciais.

A análise de fontes secundárias faz-se por duas razões. Uma delas é que nem sempre é necessário considerar tudo numa obra o tópico em questão. A obra *Theory of International Politics* de Kenneth Waltz, por exemplo, é considerada uma obra “decisiva” para a conceitualização da anarquia no realismo e que domina o campo das RI desde 1979 (Donnelly, 2015, p. 400; Mearsheimer, 2001, p. 14). No entanto, entender a crítica de teorias redutoras e a sua substituição por teorias sistémicas, tópico que domina uma parte considerável do livro de Waltz, provavelmente não ajudará a encaixar a Questão de Taiwan numa teoria das relações internacionais. É por isso mais benéfico analisar obras de investigadores de Waltz que tenham exposto e feito as suas interpretações sobre este livro para se poder conceitualizar mais diretamente a sua significância e a sua posição mais contemporânea no campo.

A relevância no contexto contemporâneo é a segunda razão para analisar fontes secundárias em vez de primárias. A maioria dos fundadores ou contribuidores para as RI viveu e esteve ativa na segunda metade do século XX. Isto potencialmente traduz-se em incongruências trazidas pela passagem do tempo. Waltz em particular é alvo de críticas, tanto dos realistas estruturais a que a sua obra deu origem como de académicos de outras escolas teóricas. Hoje em dia, particularmente depois das questões de segurança e geopolítica internacionais levantadas pela invasão russa da Ucrânia, a interpretação “atualizada” de

autores contemporâneos ganha relevância face a fontes primárias, escritas há três ou quatro décadas atrás.

A análise dos dados circunstanciais deste tipo de dados difere da anterior pelo facto de ser uma interpretação bastante mais prática. Trata-se de um estudo de caso que não envolve teoria tanto como desenvolvimentos geopolíticos práticos. O objetivo desta análise circunstancial é salientar pontos relevantes na Questão de Taiwan através da interpretação secundária de bibliografias contemporâneas específicas à circunstância estudada por esta dissertação. Essas bibliografias são a principal fonte de análise de desenvolvimentos geopolíticos. No fundo, trata-se de identificar características no contexto histórico chinês e taiwanês, bem como identificar padrões na política externa dos dois países. Estes padrões e características são a chave para se poder identificar a abordagem teórica tomada por ambas partes. O resultado procurado passa por entender em que aspetos teóricos é que “encaixam” os aspetos práticos, circunstanciais, que serão definidos ao longo do texto com a ajuda de bibliografias.

Considere-se o seguinte exemplo de um possível padrão observável: observando as afirmações públicas do PCC, pode assumir-se que não consideram a administração de Taiwan soberana, e sim parte integral e inevitável da China. A posição do governo chinês é acompanhada de um discurso extremamente redutor da administração taiwanesa, chegando até a chamar ao antigo governo de Nanjing,⁵ chefiado por Chiang Kai-shek, de um “*clique*”:⁶

Since the KMT ruling clique retreated to Taiwan, although its regime has continued to use the designations "Republic of China" and "government of the Republic of China," it has long since completely forfeited its right to exercise state sovereignty on behalf of China and, in reality, has always remained only a local authority in Chinese territory (RPC, 2000).

Esta noção de que o PCC desacredita o governo de Taiwan pode ser identificada em vários documentos/*websites* governamentais, artigos, livros, etc. Torna-se então um padrão estabelecido que é tomado como facto nesta dissertação e será usado mais à frente para entender como é que esta relação entre dois governos, sendo que um nem sequer reconhece o outro, se traduz nas teorias das RI.

⁵ Antiga capital chinesa, sede do partido nacionalista KMT chefiado por Chiang Kai-shek (Wasserstrom & Johnson, 2016, p. 154)

⁶ Um clique, definido como um “círculo fechado de pessoas” (Merriam-Webster, s.d.), era o nome utilizado para os diferentes governos regionais rebeldes que se haviam estabelecido na China pré 1937. Utilizando a palavra clique para definir o governo de Chiang Kai-shek, o PCC pretende descredibilizar o governo taiwanês até nos detalhes do seu discurso.

É necessário fazer a observação de que o termo “facto” é usado de forma relativamente flexível aqui. Afinal, o conceito de “facto”, particularmente nas ciências sociais, não é necessariamente transparente como, por exemplo, nas ciências exatas. O mesmo se aplica na política e nas relações internacionais, que estão repletas de diferentes perspectivas e mentalidades. Deveras, o conceito de realidade é, como atestam Peter Berger e Thomas Luckmann, alvo de muito debate na história da filosofia: “A realidade para um homem de negócios americano é diferente da realidade para um monge tibetano” (1991, p. 13). Este tema é abordado abaixo em maior detalhe.

A força do método: porquê este?

O “desk-based research,” o nome dado a este tipo de recolha de dados, é um método de recolha de dados recorrente em estudos académicos. É particularmente útil para investigar dados secundários, que são mais acessíveis quando se trabalha “a uma secretária” (desk-based). De acordo com Umberto Eco (1977, pp. 45-46), a pesquisa de fontes secundárias é baseada em literatura crítica e académica. Analisar fontes primárias é analisar textos originais ou observar fenómenos em primeira mão. “Analisar estas fontes primárias é necessário quando o objeto de estudo é entender o argumento original sem se pretender considerar interpretações de outros autores” (fontes secundárias).

Nesse ponto, Eco toca precisamente numa das maiores vantagens de pesquisa secundária: a questão de acessibilidade. A pesquisa literária científica é dos tipos de pesquisa mais acessível a todos os investigadores. Não necessita viagens nem encontros pessoais, que seriam necessitados, por exemplo, por entrevistas pessoais, sendo que outra desvantagem de entrevistas é a dependência da disponibilidade do entrevistado. Não requer expedições de observação em primeira mão de fenómenos ou eventos. Esta vantagem acentua-se especialmente durante a pandemia do vírus SARS-CoV-2, onde tanto viagens como encontros são dificultados.

Outra vantagem do estudo *desk-based* é o quão recorrente é. Graças ao uso geral de fontes bibliográficas para trabalhos de investigação, não existe falta de apoio pela pesquisa qualitativa baseada em bibliografias. Graças à facilidade de aquisição de fontes secundárias na atual Era da Informação e ao facto de que as ciências sociais, mais especificamente as Relações Internacionais são uma área bem documentada e onde a literatura é rica e variada, o *desk-based* torna-se o método central de pesquisa para obras semelhantes a esta.

Por fim, há também, a revisão de pares. É relativamente fácil encontrar trabalhos revistos por pares, e essa qualidade significa que a informação encontrada nos mesmos é, geralmente, de qualidade acadêmica.

Limitações e considerações interpretativas

Por fim, existem certas considerações filosóficas a fazer no que cabe tanto à recolha de dados como à execução do método. A primeira é a questão de subjetividade ideológica e filosófica, que irá certamente impactar a interpretação dos dados e até como as premissas e conclusões feitas podem ser expostas. Ainda que a maioria das bibliografias consultadas e interpretadas sejam ocidentais, o Ocidente não é uma entidade ideológica única, singular. Deveras, é uma coletiva simbólica de sociedades que partilham determinados valores, mas as ideologias são em si múltiplas e diversas. Peter Berger e Thomas Luckmann (1991, pp. 15-17) defendem que a subjetividade da realidade está ligada à socialização, aliás, com a relatividade social. Viver em diferentes sociedades e até esferas de sociedades é o que torna a realidade subjetiva. Pode, portanto, assumir-se que o contexto cultural, social e político de indivíduos tem um impacto natural na ideologia individual de cada um, o que, por conseguinte, tem impacto na forma como interpretam dados científicos. Esta consideração é ainda mais válida quando se fala de esferas culturais tão diferentes como a portuguesa e a chinesa. Sendo o autor desta obra português, é inevitável que haja discordâncias na interpretação de um discurso de Xi Jin-ping e o seu significado pretendido. Adicionalmente, um leitor chinês continental pode vir a discordar muito mais das perspetivas expostas do que um taiwanês, por exemplo. Pelo espírito da imparcialidade científica, que é tremendamente difícil de atingir em análises qualitativas, é necessário deixar clara esta consideração.

A questão de relatividade social e, em geral, a qualidade de “verdade subjetiva” solicitam outra discussão: aquela do “discurso” como definido por Michel Foucault (1980), ou “controlo,” como definido por Yvonna Lincoln e Egon Guba (2000). Estes dois conceitos, apesar de mencionados em disciplinas diferentes, suscitam uma discussão comum. O conceito de discurso, tipicamente ligado à linguística, foi muito utilizado por Foucault no contexto das ciências sociais. “O discurso trata-se de produzir conhecimento através da linguagem. Mas (...) como todas as práticas sociais têm um significado, e significados moldam e influenciam o que fazemos, (...) todas as práticas têm um aspeto discursivo” (Hall, 2001, p. 72). Foucault (2001, p. 75) acabara por ver o conhecimento como “estando sempre interligado com o conceito de «poder» por estar sempre a ser aplicado à regulação das

condutas sociais em prática”. A verdade pertence então a quem tem poder, não só porque quem tem poder pode ditar o que é a verdade, mas especialmente porque quem tem poder pode aplicar o que acha ser a verdade no mundo, tornando-a uma verdade efetiva. “Cada sociedade tem o seu regime de verdade (...), isto é, o tipo de verdade que aceita e permite funcionar, os mecanismos que nos permitem distinguir afirmações verdadeiras ou falsas (...); o estatuto daqueles cuja função é dizer o que conta como verdade” (Foucault, 1980, p. 131). O conceito de “controle” proposto por Lincoln e Guba na disciplina de pesquisa qualitativa é, de certa forma, paralelo ao conceito de “verdade” de Foucault. Os autores argumentam que a questão de controle está encrustada nas questões de voz e representação. “Quem é que determina as questões salientes? (...) Quem é que determina como os dados são recolhidos? (...) Quem é que determina quais representações serão tornadas públicas?” Defendem ainda que cabe aos investigadores e *inquirers* tomar as “rédeas” do próprio futuro. A questão de controle pode ser dominada pelos próprios investigadores. Adicionalmente, afirmam eles, “o controle é o caminho para a emancipação, para a democracia e para a representatividade, onde aqueles previamente marginalizados podem usufruir das correções nos desequilíbrios de poder e ganhar voz” (Lincoln & Guba, 2000, p. 175). Cabe, portanto, aos investigadores e escritores, incluindo os menos experientes, como os estudantes de mestrado, não recuar ambientes académicos intimidantes ou discriminatórios, não vão as suas vozes e descobertas ser apagadas por isso.

Estes conceitos clarificam que a verdade, especialmente nas ciências sociais, não é linear nem objetiva. Clarificam que, com o controle da narrativa, da verdade, é possível enviar o conhecimento existente e, por extensão, os resultados da pesquisa qualitativa. Esta é uma consideração permanente não só para qualquer investigador e autor nas RI como também para qualquer consumidor do conhecimento produzido pelos mesmos. Este trabalho é uma consequência do ambiente académico e epistemológico em que se encontra. Talvez as suas conclusões não sejam uma verdade universalmente aceite ou baseadas em dados objetivamente verdadeiros, mas tentará ao máximo produzir hipóteses lógicas e sensíveis ao que, no presente contexto socio-cultural e científico, se podem chamar de verdadeiras.

Por último, há ainda a questão técnica de interpretação linguística, que está intensamente presente em traduções de línguas chinesas. Um excelente exemplo deste fenómeno é um dos últimos discursos mais populares de Xi Jin-ping, que teve traduções maioritariamente mediáticas que lhe deram um tom agressivo. Quando interpretadas por plataformas de notícias ocidentais, as palavras pareciam quase uma ameaça violenta: “*China’s President Xi Jin-ping warns bullies will ‘face broken heads and bloodshed’*” (New

York Post, 2021). No entanto, quando as mesmas palavras foram interpretadas pelo *South China Morning Post*, uma plataforma de notícias de Hong Kong, a tradução foi feita de forma diferente, e o próprio jornal admitiu que as palavras originais em mandarim tinham um significado mais “diplomático”, ainda que pudessem ser interpretadas de uma forma agressiva: “(...) *finding “themselves on a collision course” also means “broken heads and bloodshed” in the Chinese language*” (South China Morning Post, 2021).

Deveras, deve ser clarificado que o autor não sabe mandarim nem qualquer outra língua chinesa. Todos os dados que forem adquiridos no âmbito desta dissertação estarão ou em inglês, ou em português. Como tal, qualquer interpretação linguística e intercultural que afete traduções não será feita pelo autor. Irá haver, naturalmente e sempre que possível, um esforço para encontrar a interpretação mais neutra e aceite possível. No caso de não haver uma interpretação com essas qualidades, tentar-se-ão expor as interpretações existentes. No entanto, é pouco provável que haja mais do que uma interpretação de trabalhos científicos. No caso de o autor académico em questão ser de naturalidade chinesa, por exemplo, a interpretação virá de como a sua escrita está traduzida (no caso de o autor não escrever originalmente em inglês ou português) ou de como o autor a transmitiu (caso a obra do autor chinês tenha sido originalmente escrita em inglês ou português). Qualquer idiossincrasia de um autor chinês a escrever inglês não será considerada, pelo que se vai assumir que pretende transmitir o que quer que seja que escreveu. O mesmo acontece com documentos oficiais do governo da República Popular da China (RPC) e do governo da República da China (Taiwan, ou RC). Esta dissertação irá sempre assumir que as versões em inglês de documentos e declarações oficiais estão corretas e profissionalmente traduzidas e interpretar os dados exatamente como eles foram produzidos. No entanto, reconhece-se que graças às diferentes interpretações ideológicas e filosóficas, produtos de diferenças culturais, isto afetará, de uma forma ou de outra, as conclusões finais, ainda que provável e esperançosamente muito pouco.

Concluindo, o derradeiro objetivo desta obra é tentar compreender de que forma as TRI, particularmente o realismo e as suas vertentes, o marxismo e o liberalismo e as suas vertentes, ajudam a explicar a Questão de Taiwan. Fontes primárias e secundárias serão analisadas; as primárias, os dados fundamentais, terão um papel importante em ajudar a estabelecer, por exemplo, a extensa base teórica do realismo. As fontes secundárias, isto é, os dados circunstanciais, ajudarão a entender que interpretações existem tanto acerca das fontes primárias como da questão de Taiwan em si.

A estrutura da obra

Em termos de estrutura, esta dissertação é composta por quatro capítulos principais. O primeiro capítulo irá expor os fundamentos do realismo e será, por isso, o mais extenso a nível teórico. Este capítulo em si terá cinco subcapítulos que discutirão todas as vertentes do realismo que foram consideradas relevantes para a análise da questão de Taiwan. Começar-se-á pelo realismo clássico, que apesar de ter uma relevância debativelmente desatualizada, é importante para servir como fundamento teórico às restantes vertentes. Estabelece conceitos base como o egoísmo e a ausência de emoção e ideologia na governação doméstica e internacional. Segue-se o realismo estrutural, que é possivelmente o ramo do realismo mais importante e que mais “sequelas” deixou. Tendo o conceito de realismo estrutural sido chefiado por Kenneth Waltz, a discussão literária centrar-se-á à volta do mesmo e à volta das obras em resposta, crítica e continuação ao seu trabalho. Como tal, a análise evoluirá naturalmente para a discussão do realismo defensivo e de seguida do ofensivo. Analisar-se-á também de seguida a Teoria de Estabilidade Hegemónica, que partiu do realismo estrutural.

Acabada a extensa análise teórica do realismo e do diálogo entre as suas vertentes, passa-se à aplicação prática e ao estudo de caso. É no Capítulo 2 que se analisará o PCC e Xi Jin-ping como atores realistas. Primeiro, olhar-se-á para a história do PCC e como ela mostra as suas abordagens realistas. Vários conflitos que ajudaram a marcar a política externa do PCC na segunda metade do século XX serão analisados para tal. Também será analisada a política de Taiwan do PCC antes de Xi Jin-ping. Feita esta contextualização, virá no final do Capítulo 2 a aplicação prática do realismo às políticas de Xi Jin-ping tanto a nível externo como a nível bilateral com Taiwan.

É o Capítulo 3 que traz a mesma aplicação do realismo e das suas vertentes relevantes a Taiwan e aos seus dois partidos governadores, ou seja, o KMT e o Partido Progressista Democrático. Ao contrário do que acontece na China Continental, Taiwan tem atores que detêm o poder neste período de 2013-2022 cujas agendas políticas e internacionais são drasticamente diferentes. Portanto, o Capítulo 3 terá espaço para analisar como os dois têm abordagens realistas, e, visto que são diferentes nas suas agendas, como é que o realismo de cada um difere. Deixe-se notado que o KMT governou durante três dos nove anos em análise (2013-2016), enquanto que o PPD governou os restantes seis (2016-2022). Como tal, cerca de um terço do Capítulo 3 será dedicado ao KMT e ao Presidente de Taiwan durante esse

período, Ma Ying-jeou. O restante será dedicado ao PPD e à Presidente de Taiwan, Tsai Ing-wen. Cada uma das secções dedicadas a cada partido terá também uma breve vertente de contextualização histórica, como foi feito com o PCC.

O Capítulo 4 será o capítulo final, dedicado ao Marxismo e ao Liberalismo como teorias alternativas que pretendem ajudar a explicar a questão de Taiwan de uma forma não-Maquiavélica, como o realismo faz. As análises Marxista e Liberal, que estarão providas das suas respectivas secções, tentarão observar a questão de um ponto de vista materialista e económico, ou seja, um ponto de vista que coloca maior ênfase no poder da indústria e produção (ou seja, o capital), nas instituições internacionais, e no investimento financeiro como elementos dissuasores do conflito armado. A função principal do Capítulo 4 é fornecer uma perspetiva diferente ao *status quo* da análise realista que é tão disseminada e quase aceite como realidade. Como tal, não terá o nível de contextualização e de fundamentação teórica dos capítulos anteriores, mas terá uma vertente analítica importante para considerar outras formas de interpretar a questão de Taiwan.

A Conclusão vem depois do Capítulo 4 e servirá para rematar as ideias e hipóteses realizadas em cada capítulo. Será onde se averigua se alguma teoria analisada é mais eficiente a explicar a questão de Taiwan do que as restantes, ou se existe alguma “combinação” teórica particular que seja melhor a fazê-lo. A Conclusão também terá uma breve explicação do porquê de as teorias analisadas terem sido as escolhidas, e do motivo pelo qual outras TRI não foram analisadas. A dissertação acaba com notas finais, às quais se segue a lista bibliográfica completa.

No fundo, não é feita uma análise teórica que sujeite a questão de Taiwan a todas as teorias estudadas nas RI. Usam-se algumas das teorias mais relevantes e cujos aspetos tenham o potencial de melhor explicar a questão de Taiwan, observando como se contrastam e como se complementam. Naturalmente, nenhuma teoria única consegue sozinha explicar um evento ou questão internacional, e é por isso necessário observar como se complementam umas às outras. É possível, talvez, que o título desta obra invoque uma ideia errada de uma análise larga de todas as teorias *mainstream* na academia das RI, mas lembra-se que uma teoria apenas, apesar de ter um nome, inclui extensas ramificações, cada uma com os seus fundamentos e explicações para a realidade política internacional. Seria inclusive possível escrever uma dissertação inteira que submetesse a questão de Taiwan a uma única teoria, e o título de “Uma análise teórica” continuaria igualmente válido.

Capítulo 1. Os fundamentos do realismo

A relevância das TRI para prever ou explicar dilemas internacionais por vezes é vista como limitada. Como afirma Paul Nitze (1993, p. 2), a maioria do que foi ensinado na ciência política desde a Segunda Guerra Mundial tem sido de valor reduzido, se é que não foi contraproducente. A opinião contrastante de John J. Mearsheimer (2001, pp. 8-9) é importante para explicar o fundamento deste capítulo. Para ele, o mundo da política internacional, independentemente de como os seus “praticantes” o veem, é impossível de interpretar sem teorias. As teorias são o que torna possível a simplificação dos eventos complexos que rodeiam a ciência política, e sem elas, não seria possível tomar decisões inteligentes.

Este capítulo será o produto da análise dos dados fundamentais do realismo. Na introdução, foi feito o levantamento teórico dos principais autores e obras que estabeleceram os principais conceitos das RI que serão relevantes para este trabalho. Ir-se-á agora recorrer a esse levantamento para fazer a devida análise do realismo para de seguida vermos de que forma é relevante para a questão de Taiwan. Em capítulos seguintes, veremos como o Marxismo, liberalismo e o construtivismo são relevantes para a análise. Ainda assim, vale a pena notar que o realismo desfruta de uma exposição de dados mais extensa dada a sua natureza como teoria bem estabelecida e discutida.

O realismo é uma teoria que, de certa forma, tem uma importância decisiva para todas as outras. As principais teorias do realismo partem de si, ou tentam contrastá-la de alguma forma (Wohlforth, 2008) Na introdução foi estabelecido que para proceder à análise das teorias das RI, o melhor a fazer não é analisar as literaturas fundamentais de cada teoria individualmente, o que levaria demasiado tempo e resultaria em conclusões possivelmente tangentes ao que se pretende. Isso não significa que as obras fundamentais de cada teoria não sirvam como fonte, simplesmente não serve como fonte principal. As interpretações contemporâneas de académicos e autores das Relações Internacionais mostram-se relevantes pelo facto de oferecerem uma perspetiva atualizada do que é o “dia-a-dia internacional”. As posições de autores mais tardios adicionam à teoria e tornam-na no que ela é hoje. Poderemos, portanto, proceder a uma análise que junte os contributos fundamentais e os contributos que daí ramificaram e desenvolveram as bases estabelecidas. Este dinamismo é uma qualidade das ciências sociais que justifica a análise de várias bibliografias que não as “originais”. Por essa razão, os contributos de Morgenthau, Waltz, Mearsheimer, entre outros,

são indispensáveis sem serem exclusivos. Este capítulo pretende assim compilar os pilares do realismo que se creem relevantes para a Questão de Taiwan e desenvolver uma lista de características necessárias a uma abordagem diplomática “realista”.

1.1. O realismo clássico

O realismo das RI constitui um vasto corpo teórico que engloba uma coletiva de posições e, portanto, é necessário definir qual das suas vertentes é que é relevante para este estudo. As origens desta teoria são tipicamente atribuídas a um cientista político do Renascimento, Thomas Hobbes. Apesar de Nicolau Maquiavel ser por vezes mencionado como o fundador do pensamento realista, é Hobbes quem estabelece os princípios do realismo político, dando prioridade à legitimidade sobre a justiça e à relação entre ética e política (Douglass, 2016). Apesar de fundamental, esta linha de pensamento não é ideal para a questão de Taiwan graças à sua antiguidade. É uma linha aplicável ao pensamento político internacional contemporâneo de Hobbes, mas não prevê as convenções e nuances do quadro internacional de hoje. Edward H. Carr é considerado como um dos primeiros e mais importantes pensadores realistas do século XX. Carr estabeleceu na sua obra *Twenty Years' Crisis* (1939) que o poder, bem como o desejo dos estados de o obter, era o principal motor das relações internacionais. Para Carr, o estado e a sua agência eram centrais (Mearsheimer, 2005). Para Morgenthau (1948), grande apoiante da teoria de Carr, as crenças ou filosofias pessoais de um político não têm impacto nas suas políticas; a história mostra, argumenta ele, que não há necessariamente uma correlação entre os seus motivos e as suas políticas externas (1985, p. 6). “O realismo considera uma política externa racional como sendo uma boa política externa; (...) O realismo político mantém que (...) a política externa tem de ser racional na perspetiva dos seus próprios propósitos práticos e morais” (Morgenthau, 1985, p. 10). Apesar disso, Morgenthau crê que o mundo social é uma projeção da natureza humana no plano coletivo. Ultimamente, mesmo que um conflito possa ser explicado pelas suas circunstâncias, os realistas clássicos concluem que as causas da guerra se resumem ao orgulho, à luxúria e à demanda pela glória. Basicamente, o conflito resume-se à natureza humana (Donnelly, 2005).

Podemos então concluir um dos pilares do realismo tradicional, estabelecido pelos realistas clássicos, tal como descrito por William C. Wohlforth: o egoísmo. Por outras palavras, a ideia de que atos políticos são uma reflexão de interesses pessoais e humanos. O que move os estados é a própria natureza humana e a perseguição constante de poder. O egoísmo pode ser influenciado por políticas, instituições ou valores internacionais (2008, p. 132).

1.2. Kenneth Waltz e o neorealismo

O realismo clássico acabaria por ser eventualmente substituído em larga escala pelo realismo estrutural, também conhecido como neorealismo, de Kenneth Waltz em 1979. Para Waltz, o estado é central ao realismo. O estado é a entidade que vive na comunidade de outros estados, uma comunidade que é constantemente assolada pela sombra da violência. A comunidade dos estados reflete a comunidade do Homem, e tanto entre pessoas como entre países, vive-se numa anarquia que está associada à violência. Mas para Waltz, “se a ausência de um estado suscita a violência, a sua presença ainda mais” (1979, pp. 102-103). Mas não é a presença de violência que separa a política internacional da doméstica. A violência existe nas duas, e se fosse o único fator diferenciador, não seria possível distingui-las. Em vez disso, a diferença está nas diferentes maneiras de reação à violência. Um governo local ou doméstico é a autoridade que regula a força e tem a legitimidade para a usar. No sistema internacional, isto não acontece. É um “sistema de autoajuda” (id., p. 104). Aqui, é argumentado que a única razão pela qual o sistema internacional existe e pela qual os estados se juntam ao mesmo é para benefício próprio. As estruturas domésticas seguem uma imperativa de “especialização”. Cada unidade dentro de um sistema é incentivada a seguir uma especialização, um “*premium*” para aumentar o seu valor num sistema de trabalho dividido. Num plano desorganizado e anárquico, o incentivo de cada estado consiste em despende o máximo de recursos possíveis para assegurar a sua própria segurança, mesmo que os gastos sejam pouco produtivos. Isto acontece porque nesta estrutura anárquica que é a estrutura internacional (oposta à estrutura hierárquica que é a doméstica), não existe detentor da autoridade nem do uso legítimo da força.

A posição de Waltz sobre a dicotomia hierarquia-anarquia afeta outro pilar característico do realismo, que é a própria anarquia. Para o neorealismo, o sistema internacional é anárquico. A anarquia influencia drasticamente tanto atores individuais e as suas agências como os equilíbrios de poder (Wohlforth, 2008). Não existe autoridade central que zele pela segurança dos demais, o que significa que um estado gravita para as decisões que o tornarão mais seguro. Esta ideia leva a outro conceito fundamental do neorealismo.

Uma noção considerada a derradeira conclusão do neorealismo é o equilíbrio de poder (Donnelly, 2005, p. 35). Segundo Waltz, a meta que os estados pretendem alcançar é a segurança, e não o poder. O poder é um meio para atingir a segurança, mas não deveria ser visto como o objetivo em si. Isto porque uma congregação de poder geralmente é indesejável na política internacional. A segurança é preferível para o estado porque é o fator principal

que permite outros objetivos como a “tranquilidade, o lucro e o poder” (Waltz, 1979, p. 126). Na política doméstica, é comum o “*bandwagoning*”, onde, por exemplo, numa campanha política, os perdedores se juntam ao potencial vencedor porque verão que aí podem ser representados e sabem que a sua segurança e tudo o que ela traz não corre riscos. Na política internacional, isto é, na anarquia, os estados preferem “equilibrar-se” (*balancing*). Este comportamento resulta do desejo defensivo que têm de segurança. Se um estado sentir que a sua segurança está em risco, pode juntar-se a outro e formar uma coligação que os fortaleça aos dois. Já duas superpotências, por exemplo, evitarão juntar-se umas às outras porque isso pode causar coligações de estados menores que tentarão atacá-los preventivamente. Nenhum estado deseja a vitória do outro, e nenhum estado deseja um desequilíbrio de poder. Se os estados pretendessem obter poder em vez de segurança, formariam coligações hegemónicas em vez de equilíbrios (ibid.). A tendência é a formação de equilíbrios, como coligações, tornando o realismo uma teoria de estruturas e de equilíbrios de poder no âmbito da preservação da segurança em reação ao “lado mais forte”. Os pólos, i.e., as alianças à volta de grandes potências, são exemplos de *bandwagoning*. As “pequenas alianças”, como os Quatro Tigres Asiáticos ou a UE podem deduzir-se cautelosamente como exemplos de *balancing*.

O ator que ignorar o seu lugar no sistema internacional desafiando o *status quo* pode sofrer como consequência, podendo até vir a perder a sua independência. Dependendo do seu posicionamento geográfico ou alguma vantagem natural, há estados que desrespeitam a “etiqueta” do sistema internacional e saem impunes. Outros chegam mesmo a perder a independência, como terá acontecido no século XX (Brown & Ainley, 2012, p. 43). Existem alguns exemplos de estados que terão sofrido as consequências de não gravitarem para uma coligação menor e defensiva enquanto não cumpriram as preocupações securitárias de uma potência, se bem que aplicar esta teorização no mundo real e histórico é sempre suscetível a debate e desacordo. Pode argumentar-se que os países Bálticos, agarrando-se à neutralidade e evitando formar uma coligação reativa à URSS, terão perdido a independência como consequência após serem anexados pela mesma enquanto o pacto de Molotov-Ribbentrop estava em vigor.

Jack Donnelly aponta uma falha na teoria de Waltz: se o único objetivo dos estados é a sobrevivência, i.e., “se a sobrevivência é o único motivo pelo qual os estados regulam as suas decisões e se juntam a alianças defensivas, então não pode haver agressão” (2005, p. 41). Os estados no mínimo procuram a sua preservação, e no máximo o domínio universal (Waltz, 1979, p. 118). Mas como nota Donnelly (2005, p. 42) as falhas na teoria de Waltz, a

preservação não é uma fração da dominação e a dominação não é um excedente da preservação. Outros críticos de Waltz incluem Richard Ashley e Robert Cox. Ashley questionou o determinismo no realismo estrutural (Smith, 2019), isto é, a questão de que as unidades dentro das estruturas agem de acordo com motivos pré-determinados politicamente, assumindo pessoas como estados no que Ashley denomina uma assunção “estado-cêntrica” que ignora princípios científicos e enquadramento histórico. Ashley considera que assumir o estado como ator principal e unitário é um “compromisso metafísico” de questionável rigor científico (1984, p. 239).

Robert Cox (1981, pp. 132-133), por outro lado, critica a forma estática como o realismo estrutural interpreta os estados e quem os governa, e assume que todos os atores num sistema irão pensar nesta forma neorrealista e adotá-la como “guia para a ação.” Cox critica o realismo ao afirmar que os neorrealistas descontextualizam o ator e o estado da história, colocando ênfase na “continuidade” do que será o pensamento humano.

Fruto talvez da necessidade de um realismo atualizado e “polido” que se adequasse às críticas e ao passar do tempo, as conclusões de Waltz eventualmente levaram ao desenvolvimento de duas grandes linhas paradigmáticas do realismo estrutural: o realismo defensivo e o ofensivo. As proposições de Waltz sobre a preferência dos estados de se posicionarem em coligações para criarem um equilíbrio de poder defensivo tornam-no, de certa forma, um dos primeiros realistas defensivos. A dicotomia destas duas linhas de pensamento, graças à sua dinâmica e contemporaneidade, é crucial para ver a questão de Taiwan através de uma perspectiva realista.

As relações no Estreito não estão inseridas num contexto anárquico ignorante das circunstâncias ideológicas e políticas. Também não dependem unicamente da natureza humana dos líderes Chineses e Taiwaneses. No realismo defensivo e ofensivo, poderemos encontrar lógicas que melhor enquadram o tema do que o realismo clássico e até certo ponto, o estrutural. Esta possibilidade surge em parte graças à peculiaridade da questão de Taiwan assim como o facto de que ambas as teorias foram desenvolvidas em alturas onde não era tão proeminente. Como adiantava Wohlforth (2008, pp. 137-138), o maior problema do neorrealismo era a desconsideração de “variáveis importantes dentro das relações internacionais, como geografia e tecnologia”, e certamente muitas nuances que dificultam a padronização da questão de Taiwan.

1.3. O realismo defensivo

A ideia geral do realismo defensivo pressupõe a proposta de Waltz que os estados preferem “*balancing*” ao “*bandwagoning*”. A origem do realismo defensivo poderá estar na questão do Dilema dos Prisioneiros (“*Prisoner’s Dilemma*”).

De forma superficial, este dilema retrata dois prisioneiros que podem optar entre uma sentença ligeira que ilibará o outro ou sair em liberdade em troca de condenar o outro. É comum a segunda escolha. Em termos de política internacional, um estado coloca-se a si próprio em primeiro lugar em prol de obter o melhor “resultado” para si, mesmo que ao fazê-lo prejudique muito mais o seu vizinho, e que mesmo que ao não o fazer não sofra consequências assim tão graves.

Para Jack Snyder (1991, p. 11), a origem da divisão entre realismo defensivo e ofensivo está neste dilema. Os estados receiam ameaças securitárias e, portanto, reagem aumentando o seu potencial destrutivo. No entanto, as ameaças securitárias são exacerbadas por esta iniciativa. Seriam praticamente eliminadas se todos os estados escolhessem cooperar em vez de temer o que farão os seus vizinhos. Como tal, nem todo o conflito entre estados realistas se deve a motivos defensivos. É necessário dividir o neorealismo em duas ramificações.

Ao dividir o realismo em duas escolas, Snyder critica o ofensivo, dizendo que a sua aplicação provém de políticas domésticas baseadas em conceitualizações mitológicas. Estados que sigam esta lógica ofensiva esforçam-se para eliminar ameaças através de posturas agressivas e expansionistas, mesmo que não haja efetivamente ameaça alguma. Para si, o realismo defensivo é o que mais condiz com os seus argumentos, e numa lógica de “*balancing*”, avança que os estados realistas defensivos formam alianças defensivas para conter a expansão de estados agressivos (Snyder, 1991, p. 12).

Stephen van Evera, considerado outro realista defensivo, propôs juntamente com outros académicos do realismo defensivo a teoria “*offense-defense*” (Brown & Ainley, 2012, p. 44; Walt, 1998, p. 31). Esta teoria ofensiva-defensiva prometia ser a que melhor saberia explicar as causas da guerra no realismo. A proposta de van Evera (1999, pp. 116-119) resumia-se na expressão: “A guerra é mais provável quando conquistar é fácil”. Era uma teoria que dava a procura por segurança como um conceito central. De acordo com esta teoria, os estados ofensivos tipicamente expandem e agridem por questões de segurança própria, enquanto “os defensivos se recusam a conceder para preservar a própria segurança”. Exemplos destas ofensivas em nome da segurança incluem as conquistas romanas, que

inicialmente tinham como objetivo único a segurança dos romanos; a adesão da Suécia e da França à Guerra dos 30 Anos para conter a expansão do Império Habsburgo no século XVII e a consequente destabilização da Europa e o Japão Imperial no século XX, que seguiam uma retórica de que a expansão era a única forma de acabar com as ameaças existenciais ao povo alemão e que “a expansão é uma questão de vida ou morte para o Japão” (terá dito Hideki Tojo) (Evera, 1999, pp. 185-188).

Poderá assumir-se que a teoria ofensiva-defensiva é uma versão diferente do “Dilema de Segurança,” o problema que está na origem do “efeito em espiral securitário”: estados que se sintam ameaçados procuram aumentar o seu potencial defensivo (i.e. militar), e este aumento é visto por outros estados como uma ameaça, causando então corridas de armamento em espiral. É interessante notar que o realismo já havia tocado no Dilema de Segurança quando Waltz mencionou que o único objetivo dos estados é sobreviver, mas tendo sido criticado, como vimos, por Jack Donnelly, que disse que se assim fosse o caso, não haveria guerras. A teoria ofensiva-defensiva possivelmente poderia responder a esta questão: a sobrevivência pode ser o objetivo principal ou único dos estados e ainda assim haver guerras ofensivas, que são justificadas pelos agressores como sendo guerras preventivas.

No entanto, van Evera (1999, p. 117) desprova que as únicas causas da guerra são securitárias. A teoria ofensiva-defensiva é diferente do Dilema de Segurança nesse sentido. Ela não nega a existência de objetivos ofensivos e expansionistas que não tenham qualquer intenção de autopreservação. Em vez disso, vê as capacidades ofensivas de um estado como um risco de guerra ao facilitar a conquista de outros estados.

Em conclusão, resta a questão. O que é que torna a teoria ofensiva-defensiva uma teoria do realismo defensivo? A resposta pode encontrar-se na expressão repetida por van Evera: “A guerra é mais provável quando conquistar é fácil.” A dedução lógica que se pode pressupor desta afirmação é que quando a conquista, i.e., a agressão não é facilitada, a paz e a segurança são mais comuns. “Quando a defesa era mais fácil do que a agressão, (...) a cooperação podia florescer” (Walt, 1998, p. 31). Os realistas defensivos acreditam, portanto, na estabilidade das relações entre estados com doutrinas defensivas.

1.4. Mearsheimer e o realismo ofensivo

O realismo ofensivo pode considerar-se como um lado da moeda do neorealismo pós-Waltziano⁷ onde o outro lado é o realismo defensivo. Ambos os ramos concluem que as motivações dos estados para agir envolvem segurança e expansionismo. O debate, em vez de divergir na questão de motivos, diverge na questão de incentivos: os realistas ofensivos acreditam que a justificação das agressões é maioritariamente baseada em autodefesa (Snyder & Lieber, 2008, pp. 181-182).

O realismo ofensivo propõe que a anarquia internacional é a essência das agressões e guerras/atos ofensivos. Sem uma autoridade que imponha tratados, regras ou em geral o direito internacional, os estados nunca podem estar seguros de que as condições que impõem a paz hoje estarão presentes no futuro. “*Given this uncertainty, states can rarely be confident of their security and must always view other states' increases in power with suspicion*” (Wohlforth, 2008, p. 139). Os estados podem assim recorrer mais facilmente à agressão como resposta para problemas securitários internacionais. Como John Mearsheimer (2001, p. 2) diria, a política internacional sempre foi implacável, e o mais provável é que o continue a ser.

Mearsheimer é considerado o principal proponente do realismo ofensivo. Como tal, esta secção é dedicada largamente à análise da sua teoria realista ofensiva, exposta em *The Tragedy of Great Power Politics*. A sua teoria baseia-se puramente nos interesses dos grandes poderes, que se posicionam de forma a ganharem poder em detrimento dos outros. Mearsheimer defende que a maior diferença entre o realismo ofensivo e o defensivo é a quantidade de poder que os estados desejam. Enquanto os realistas defensivos acreditam na preservação do poder em vez da sua expansão, os ofensivos argumentam que a anarquia internacional incentiva os estados a procurar oportunidades para expandir o poder (id., p. 21). O derradeiro objetivo dos estados é a hegemonia internacional e não a segurança, como no realismo defensivo.

Os pilares do realismo ofensivo são um conjunto de cinco pressupostos (“*bedrock assumptions*”) (id., p. 29-32) que explicam o comportamento ofensivo das grandes potências. Poderemos mais tarde verificar até que ponto estas assunções serão relevantes para explicar o comportamento da China como uma grande potência emergente. O primeiro

⁷ Seria talvez mais apropriada a expressão “pós-Theory”, como por vezes é abreviado o nome da obra fulcral de Waltz. Realmente, esta opinião não é necessariamente pós-Waltziana considerando que a relevância do académico americano não se estendia apenas ao *Theory of International Politics*, a obra que estabeleceu o neorealismo.

pressuposto é que o sistema internacional é anárquico; não existe autoridade central nem um “*government over governments*”. Este pressuposto está em linha com os fundamentos do realismo estrutural e ecoa o conceito fundamental do neorealismo de um sistema internacional anárquico, além de servir como base para a teorização do realismo ofensivo. O segundo pressuposto é que as grandes potências possuem capacidades militares ofensivas que lhes são inerentes. Os estados possuem sempre alguma forma de agredir os seus próximos e têm sempre algum potencial de destruição, por mais primitivos que sejam. O terceiro pressuposto é que os estados nunca conhecem totalmente as intenções uns dos outros, e, portanto, nunca podem deixar de suspeitar intenções ofensivas. Apesar de nem todos os estados terem intenções hostis, as intenções mudam rápida e volatilmente; um estado nunca pode ter a certeza se os planos de outro são ofensivos ou não. O quarto pressuposto é que o objetivo primário dos estados é sobreviver. A sobrevivência é prioritária porque depois de conquistado, um estado deixa de poder ter outros objetivos. O último pressuposto estabelece que os estados são atores racionais. Estão cientes do sistema internacional e de como sobreviver dentro do mesmo. Têm consciência das vontades dos outros estados, bem como das consequências imediatas e não das suas ações.

Estes cinco pressupostos fazem com que os estados ajam em prol do receio, da autoajuda e da maximização do poder. Os estados agem em prol do receio porque têm medo uns dos outros, e isso acontece porque num mundo anárquico onde nada impede um estado de atacar outro caso tenha motivos e o poder para o fazer, a sobrevivência entra em questão. Os estados devem então viver em suspeição e medo constante, mesmo até dos seus aliados.⁸ Isto é exacerbado pelo facto de não existir uma autoridade que tenha o poder de punir agressores. Algo que se pode teorizar dos pressupostos de Mearsheimer é que quando um estado é punido, tal acontece devido aos interesses de terceiros e não por motivos de justiça.

Os estados agem em prol da autoajuda especificamente por causa do modelo internacional anárquico. Qualquer estado com potencial militar é uma ameaça à segurança de outros estados; adicionalmente, confrontos políticos entre grandes potências são perigosos: podem levar a guerras catastróficas, a massacres de civis ou até à destruição de um estado. Os estados agem portanto em prol de si mesmos: “*The reason is simple: it pays to be selfish in a self-help world*” (id., p. 33)

Os estados agem em prol da maximização do poder e procuram alterar o equilíbrio de poder em detrimento dos seus rivais. Seja através da economia, da diplomacia ou do poder

⁸ Como exemplifica Mearsheimer com a unificação alemã em 1990, o Reino Unido e a França, apesar de serem aliados da Alemanha há 45 anos, temiam o efeito de uma Alemanha reunificada.

militar, os estados procuram sempre estar em vantagem absoluta, pretendem que a sua vantagem seja a desvantagem de outros. A maximização de poder através desta distribuição irregular de poder é o objetivo que facilita a sobrevivência de uma grande potência e o que a permite perseguir outros objetivos. Como afirma Mearsheimer, *“the claim that states maximize relative power is tantamount to arguing that states are disposed to think offensively toward other states, even though their ultimate motive is simply to survive. In short, great powers have aggressive intentions”* (id., pp. 34). Em conclusão, a consequência da procura instintiva pela sobrevivência é o dano mútuo que as nações causam; mesmo que os motivos fundamentais de tal dano sejam defensivos, as ações acabam por ser ofensivas e destrutivas.

Em suma, o realismo ofensivo é uma teoria de estados oportunistas. Num sistema anárquico, não há garantias de segurança, nem alianças permanentes. Todos os membros do sistema têm a capacidade para destruir os seus vizinhos, e os seus vizinhos temem exatamente isso. Ao contrário do realismo defensivo, que afirma que os estados se posicionam defensivamente sempre que possível e só expandem quando têm interesses securitários, no realismo ofensivo, os únicos fatores que impedem a expansão das grandes potências são os seus interesses temporários e outras grandes potências. Por fim, uma grande potência tenta tornar-se numa hegemonia sempre que possível, e mesmo que não seja possível, tenta “incliná-la” a balança de poderes para si o máximo que conseguir, com esperanças que os seus rivais percam as suas vantagens no processo. O seu interesse é puramente egoísta e qualquer esforço de política externa será sempre no âmbito da auto-preservação em detrimento dos seus rivais, empregando várias estratégias para os enfraquecer e consequentemente maximizar o seu próprio poder. É uma teoria mais pessimista que o realismo defensivo que caracteriza os estados como entidades quase paranóicas cujos interesses residem no fracasso dos seus rivais.

Mearsheimer expõe assim a sua teoria de forma extremamente clara e integral nos primeiros dois capítulos do seu livro. Ainda assim, o autor (id., pp. 10-11) considera que o realismo ofensivo não é infalível. O problema do realismo ofensivo, como na maioria das teorias, é que realça certos fatores (como a distribuição de poderes e a anarquia), mas ignora outros (como a ideologia e motivos pessoais dos líderes). Este problema torna-o numa teoria falível, algo que Mearsheimer nunca nega. Algumas das críticas ao realismo ofensivo incluem a de Glenn Snyder (Snyder, 2002), que acredita que a mesma enfatiza demasiado a procura pelo poder e maximização de segurança como motivações dos estados.

No fim, o realismo defensivo e ofensivo não são duas perspectivas absolutas que competem por primazia no mundo teórico. Uma não é mais ideal que a outra; as duas são apropriadas e necessárias para oferecer a versatilidade e flexibilidade teórica que o neorrealismo precisa:

A world of defensive positionalists would be unrealistically peaceful. Yet unless most states are defensive positionalists, international relations would be a Hobbesian war of all against all – which it simply is not. Realism would seem to need both assumptions to retain the scope to which most realists aspire (Donnelly, 2005, p. 43).

1.5. A Teoria de Estabilidade Hegemónica dentro do neorrealismo

A Teoria de Estabilidade Hegemónica é um paradigma realista que contrasta com os restantes ramos num tema central: a anarquia. Inicialmente proposta na Economia Política Internacional, esta teoria afirma que um poder hegemónico é necessário para manter a estabilidade da economia internacional (Cohen, 2008, p. 67), não totalmente diferente a uma autoridade. A TEH refere-se ao termo Pax (paz) como o sinal da presença de uma hegemonia. Historicamente, a ideia de Pax (*Pax Romana*, *Pax Mongolica*, *Pax Britannica*, *Pax Americana*) está relacionada com a estabilidade trazida por um império ou, no caso dos EUA, por um estado dominante. Para Kindleberger (1975, p. 28), proponente original da ideia de hegemonia, o sistema internacional não pode funcionar estavelmente sem um líder, um país dominante que, seja de propósito ou não, estabeleça as regras e os padrões que os demais terão de seguir. Robert Gilpin (1981) refere que no século XX, os impérios foram lentamente substituídos por hegemonias no plano económico-político, primeiro na Europa e depois no resto do mundo enquanto potências estabilizadoras da ordem mundial. O Reino Unido e os EUA foram os que tiveram este papel no início do século XX e na segunda metade do século XX respetivamente. A *Pax Britannica* e *Americana*, tal como a *Pax Romana*, asseguraram períodos de estabilidade política para as suas eras, mantidas por uma autoridade central.

A TEH, assim batizada por Robert Keohane (Cohen, 2008, p. 68), acabaria por ser alvo de críticas do mesmo. Na sua obra *After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy*, Keohane estabelece que a existência de uma entidade hegemónica não é necessária para haver cooperação entre estados (1984, pp. 31-32). O autor também questiona a centralidade do poder no neorrealismo e como nesta teoria, as hegemonias facilitam a cooperação. Se os poderes hegemónicos desejam a estabilidade por interesse próprio, trabalhando para liderar um sistema que facilite a cooperação entre os estados, como é que esta liderança opera? Keohane responde a esta pergunta propondo que os poderes hegemónicos se debruçam sobre os interesses dos estados para persuadi-los a seguir a sua liderança. Por exemplo, a hegemonia americana na segunda metade do século XX pressupunha uma concordância relativamente geral no Atlântico Norte e Japão de que o capitalismo internacional era preferível ao socialismo. Ao seguir os valores da ideologia americana, esta concordância dependia de os estados secundários continuarem a acreditar que esta estrutura os beneficiava. A liderança americana não constituiu uma hegemonia por

ordenar os seus aliados a agir de formas que fossem convenientes aos EUA, mas sim por convencê-los a agir como tal com a expectativa de um benefício mútuo (1984, pp. 136-138).

Em conclusão, a hegemonia americana terá sido estabelecida no mundo ocidental (e no Japão), e projetada no exterior através de poder persuasivo e de ajuda mútua, que se traduziria em autoajuda para os estados. Eventualmente, essa hegemonia acabou por se enfraquecer no fim do século XX. A longo prazo, a liderança americana não preparou uma institucionalização do regime internacional para responder às ameaças de segurança na Ásia Pacífico e Europa, e também não manteve uma base de recursos suficientemente forte para exercer o seu poder internacionalmente (Keohane, 1984, p. 177). Posto isto, a cooperação internacional não se perdeu. Apesar do sistema hegemónico americano ter em essência desvanecido, a cooperação continuou com vigor e consistência no formato de programas e instituições como a OCDE ou a OMC. Keohane comprova, portanto, que, apesar de ser necessário reconhecer que a estabilidade e cooperação são trazidas por uma hegemonia, a ausência de uma hegemonia no sistema internacional atual não significa o retorno da instabilidade do pré-Guerra (1984, p. 183).

Capítulo 2. A face realista do Partido Comunista Chinês

Até agora, foi feita uma análise unicamente teórica dos vários ramos do realismo. Foi feito um levantamento da literatura realista existente, bem como dos seus principais autores, de forma a estabelecer-se uma conceitualização comum que sirva de referência para a análise de natureza mais prática deste capítulo. Aqui, analisaremos primeiro os fatores que renunciaram o realismo na política externa chinesa desde Mao Tse-tung, seguida de uma análise das abordagens chinesas a Taiwan antes do mandato de Xi Jin-ping. A secção que se segue dirá respeito à administração de Xi e em que sentido segue paradigmas realistas.

A maioria da literatura existente sobre o enquadramento teórico da RPC nas TRI recai sobre o realismo. De acordo com David Shambaugh (2013, p. 14), na China, as abordagens multilaterais e abertas à cooperação são propostas pelos reformadores; o realismo é maioritariamente visto como uma teoria proposta por conservadores. Ainda assim, o realismo é a teoria tradicionalmente aceite na academia chinesa. Além de crerem na anarquia e estruturas de poder, os chineses acreditam fortemente no conceito realista de “pólos” como estabelecidos por Waltz. No entanto, diferem de Waltz no número de pólos existentes. Enquanto Waltz propunha que o sistema internacional era bipolar e eram necessárias duas potências para manter a estabilidade anárquica, a academia chinesa acredita cada vez mais que o mundo é multipolar, questionando se só as grandes potências é que são responsáveis por criar pólos, como os EUA, a Rússia e a própria China, ou se todas as potências regionais (Brasil, Índia, África do Sul, Nigéria) representam um potencial polo.

Existe ainda o debate sobre hegemonias, e sobre a queda da hegemonia americana, profetizada há quase duas décadas. John Cooper (2014, p. 155) afirma que as razões para a China se dar ao realismo são óbvias; tendo no século XIX sido vítima de imperialismo ocidental, a China foi obrigada a obedecer a uma política externa aberta ditada por estrangeiros. A política externa chinesa na segunda metade do século XX passaria por usar a defesa da sua soberania como desculpa para os abusos de direitos humanos e para a anti-democratização, que a China veria como resultado de interferência ocidental na sua soberania. No entanto, Cooper defende que o realismo não é suficiente para a China usá-lo como abordagem externa. O globalismo, que a beneficiou mais do que a outras potências, parece agora ser a nova perspetiva chinesa do mundo. A ajuda financeira e humanitária fornecida à ONU e às suas operações de manutenção da paz também poderão significar que

a China defende cada vez mais a sua expansão de influência à medida que suaviza o seu realismo estatal.

Mearsheimer (2001, p. 375) é outro acadêmico que defende que o realismo é o principal método chinês de ver o mundo, e também afirma que não é surpreendente. A China tem disputas fronteiriças com a Índia, com o Vietname, com as Filipinas, com o Japão e já teve disputas com a União Soviética. Já mostrou estar mais disposta à guerra do que a deixar a questão de Taiwan por resolver para o futuro e tende a ver uma grande parte dos seus vizinhos como inimigos, como o Japão (aliados dos EUA), a Coreia do Sul, Taiwan, a Índia e, pelo menos no passado, o Vietname.

2.1. As bases das abordagens realistas do PCC

É importante para um partido autoritário como o PCC ter em conta o contexto histórico em que se insere. Esta secção servirá para entender de que forma as bases realistas do PCC criaram um legado para Xi seguir ou não. Três eventos principais, i.e. a Guerra da Coreia, a Guerra Sino-Indiana e a Guerra Sino-Vietnamita servirão como exemplos da política externa realista do PCC. Estes exemplos foram escolhidos pela sua relevância a moldar a política externa chinesa nas primeiras décadas do regime comunista chinês.

Pode argumentar-se que a política externa chinesa, largamente dominada por Mao Tse-tung até à sua morte, terá variado entre uma realista defensiva e ofensiva, e que estabeleceu um precedente para os sucessivos líderes chineses. A política externa de Mao era uma de força e desde logo estabeleceu o precedente para uma China que não receava ver a guerra como necessária para a sua auto-preservação. A RPC, recém-estabelecida, seria um alvo fácil para o imperialismo ocidental ou até para cair sob influência americana. Nas próprias palavras de Mao (1965), “*We are advocates of the abolition of war, we do not want war; but war can only be abolished through war, and in order to get rid of the gun it is necessary to take up the gun.*” As disputas territoriais e a abordagem quase hobbesiana que a China tomou em relação às mesmas estariam de acordo com essa lógica. Alastair Johnston (1995, p. 256) acredita que a filosofia de Mao seguia em parte as escrituras estratégicas de Sun Zi,⁹ em larga escala a mais recorrente teoria estratégica na China. De acordo com Johnston, Mao fazia referência várias vezes a Sun Zi, e foi dele que adotou uma política de “*parabellum*”,¹⁰ uma política que garantia que a melhor forma de lidar com ameaças à segurança era eliminá-las previamente (id., p. X). Esta filosofia coaduna-se com o argumento realista ofensivo de que os estados são entidades “paranoicas” que se vêem uns aos outros como ameaças constantes. Johnston defende também que o maior (e talvez o único) legado que Mao deixara aos sucessores foi o seu pensamento estratégico (uma “cultura estratégica realista”), que os mesmos terão seguido com pouca variação. Feng Hui-yun (2006) refina o argumento de Johnston no seu artigo “*The Operational Code of Mao Zedong: Defensive or Offensive Realist?*” dizendo que as abordagens da RPC aos grandes dilemas securitários da Guerra da Coreia, da Guerra Sino-Vietnamita e da Guerra Sino-Indiana seguiram uma lógica

⁹ Sun Zi é o nome utilizado por Johnston para se referir ao general da antiguidade chinesa. A forma do seu nome mais tipicamente utilizada é “Sun Tzu”. Ver “孙子”, pinyin: “Sūnzǐ”

¹⁰ Este termo deriva da frase latina “*Si vis pacem, para bellum*”, que significa “Se pretendes a paz, prepara-te para a guerra”.

realista defensiva e não ofensiva. No entanto, apesar de reconhecer que Mao era um realista e não um confucionista (concordando com Johnston), os resultados de Feng mostram que a predisposição do líder chinês mudava situacionalmente. Nas suas crenças, Mao mostrava ser um realista defensivo, mas quando sob ameaça de guerra, tornava-se um realista ofensivo.

É questionável a afirmação de que a Guerra da Coreia, a Guerra Sino-Vietnamita e Sino-Indiana são de cariz realista defensivo. Para apoiar uma lógica realista defensiva, as motivações chinesas para estas guerras teriam de estar na preservação da sua segurança. As ameaças representadas pelos adversários chineses nestas guerras teriam de ser potencialmente existenciais para se justificar uma lógica de agressão preventiva, mas será esse o caso?

2.1.1. A Guerra da Coreia

O caso da Guerra da Coreia é, talvez, o mais compreensível para validar a afirmação anterior. Um ano depois do exílio de Chiang Kai-shek e do KMT para a ilha de Taiwan, o PCC enfrentava um caos doméstico (Wasserstrom & Johnson, 2016, p. 178). No entanto, o povo chinês teria apenas um ano de “paz” até à Guerra da Coreia. Quando a guerra eclodiu em 1950, nem a nova administração de Pequim nem o Exército de Libertação Popular (ELP) estavam preparados para reagir. Inicialmente, graças ao estado caótico pós-guerra em que a China se encontrava, Mao estava disposto a apoiar Kim Il-sung moral e economicamente apenas. No entanto, com o desenvolver da guerra, as forças Sul-Coreanas, com ajuda americana e da ONU, recuperaram os territórios perdidos para a “República Popular Democrática da Coreia”, ou Coreia do Norte. O governo chinês viu o rápido avanço como uma ameaça aos interesses chineses na região, e quando as forças Sul-Coreanas recapturaram Seul e a guerra passou a decorrer em território Norte-Coreano, a opinião chinesa sobre o evento seria transmitida pelo líder militar chinês, Zhou Enlai: “O povo chinês [...] não tolerará ver os seus vizinhos selvaticamente invadidos por imperialistas” (Hao & Zhai, 1990, pp. 101-103).

Desconfiando da palavra da ONU e dos interesses americanos, a perspetiva chinesa deste conflito é uma defensiva. A recém-estabelecida administração comunista não só temia que as forças da ONU não se limitassem a ocupar grande parte da Península Coreana, temiam também que os EUA decidissem invadir a China depois de consolidar a península (id., p. 103). De uma perspetiva realista, é possível conceder à perspetiva chinesa que ter um estado pro-americano, capitalista e anti-comunista como vizinho imediato é uma ameaça quase

direta. Num mundo tipicamente anárquico, isolada e com pouquíssimos aliados, a China ver-se-ia ameaçada existencialmente se estivesse rodeada por mais um estado pro-Occidente sem um “*buffer state*”¹¹ intermédio e menos um possível aliado. Pode considerar-se que a intervenção chinesa na Guerra da Coreia foi semelhante a uma “expansão defensiva”, ou um ataque preventivo. Em linha com o conceito realista defensivo de equilíbrios de poder, a China terá visto o estabelecimento de uma Coreia do Norte pró-Pequim como uma forma de equilibrar a região da Ásia de Leste, pelo que segue uma lógica realista defensiva. A RPC não pretendia inicialmente intervir na guerra, mas esta intenção mudou assim que a sua segurança foi ameaçada, não necessariamente interessando-se pela segurança norte-coreana. Apesar das afirmações oficiais, o comportamento chinês mostrou-se quase puramente egoísta e auto-preservador, mas constantemente defensivo.

2.1.2. A anexação do Tibete e a Guerra Sino-Indiana

No conflito Sino-Indiano de 1962, qualquer lógica defensiva está muito menos presente. A guerra, iniciada pela RPC, tinha objetivos muito mais ambíguos moral e politicamente do que a anterior Guerra da Coreia. Está diretamente relacionada com a Anexação do Tibete, que em si foi uma guerra ofensiva chinesa, apesar de, presumidamente por motivos de propaganda, ser chamada de “Anexação Pacífica do Tibete”¹² (Norbu, 2001, p. 301). John Garver (2004) explica que a Guerra Sino-Indiana resultou das suspeições de Mao de que a Índia conspirava com os EUA para sabotar o controlo chinês do Tibete. Após a anexação, a Índia viu tal expansão territorial como uma ameaça à sua segurança, pelo que reagiu fortificando as suas fronteiras com a China nos Himalaias. Também aceitou refugiados tibetanos, ignorou atividades da CIA na área, e continuou o comércio com o Tibete, ainda que ilegalmente (id., 2004)., algo que terá sido visto por Mao como uma ameaça às novas fronteiras chinesas.

As Cimeiras de Simla de 1913-1914 também seriam um dos fatores que causariam disputas na região:

In the Chinese view, whatever may have been agreed on by the Tibetan and Indian delegations at Simla did not result in the establishment of a formal border. According

¹¹ *Buffer-state*: Geralmente, um estado neutro entre duas grandes potências (Merriam-Webster, s.d.). Também pode ser um estado “fantoche” ou politicamente alinhado com um dos lados, mas que sirva como “amortecedor” entre duas potências graças ao seu tamanho e menor poder. Exemplo: Mongólia atualmente; Ucrânia pré-2022, Polónia pré-1991, Coreia do Norte, etc.

¹² As tropas chinesas terão invadido o Tibete na década de 1950 e obrigado o governo de Lhasa a aceitar um acordo de anexação “pacífica” (Norbu, 2001, p. 301)

to the Chinese government, Tibet lacked the right to conclude such an agreement, and the British-Indian methods were illegitimate (Hoffman, 2006, p. 168).

A atitude de Mao ao que evidencia Hoffman é que não só o Tibete não tem poder autodeterminante, a separação do Tibete e da China como entidade política milenar era ainda mais desacreditada por ter sido causada por forças imperialistas, neste caso, o Império Britânico.

Para definir esta guerra como uma ação realista defensiva ou ofensiva, é talvez necessário averiguar os motivos da anexação do Tibete. Sem anexação do Tibete, não existiria Guerra Sino-Indiana. Novamente de acordo com Hoffman (2006, p. 168), nenhuma administração chinesa continental alguma vez negou que o Tibete era uma parte integral da nação chinesa. Apesar de o Tibete ter sido uma nação independente e efetivamente soberana há quatro décadas, o governo de Mao nunca o considerou como tal. Numa lógica de reivindicação de território perdido, poderia argumentar-se que a China estaria simplesmente a reaver o que é seu para se poder consolidar. Inclusive, Hoffman faz a comparação entre o Tibete e Taiwan dadas as semelhanças das questões de soberania. Em termos práticos, a China anexou um estado independente. Mesmo considerando a “consolidação de território”, não houve qualquer ação defensiva, porque não só o Tibete não representava qualquer perigo à RPC, sendo uma nação largamente estéril e com baixíssima população (RPC, 2008), a dimensão do território tibetano e a sua neutralidade (que o país se esforçou por manter ao longo de toda a sua independência) teria representado um excelente *buffer state* entre duas potências emergentes e rivais, a saber, a China e a Índia. Ao apagar um estado neutro e potencial *buffer state* do sistema internacional, a China expandiu agressivamente. Esta expansão resultou noutra guerra ofensiva com a mesma lógica de reivindicação de território perdido contra a Índia. Como já referido na secção 1.1.3. sobre Realismo Defensivo, a guerra é mais comum quando conquistar é fácil (Evera, 1999, p. 4). Adicionalmente, os estados defensivos geralmente recusam-se a ceder à agressão para não colocarem em causa a sua segurança. Os estados ofensivos usam ativamente a agressão para garantir a própria segurança.

2.1.3. A Guerra Sino-Vietnamita

Por fim, resta nesta secção sobre as bases históricas do realismo da RPC discutir a Guerra Sino-Vietnamita, outro conflito considerado por Feng Hui-yun como “defensivo”. O contexto histórico e político desta guerra é profundo e complexo; insere-se na Guerra Civil do Camboja e na revolução do Khmer Rouge de Pol Pot, apoiado por Pequim, e dá-se já depois da morte de Mao Tse-tung, durante a administração de Deng Xiao-ping.

Inicialmente, a RPC mostrou apoio ao governo de Ho Chi Minh, administração comunista do Vietname do Norte, especialmente durante a Guerra do Vietname (Lin, 2009, pp. 36-37). O que veio exatamente a despoletar a invasão é, de certa forma, vago. Daniel Tretyak (1979, p. 741) refere que é difícil confirmar quem “disparou o primeiro tiro”. Ambos os lados afirmam que as disputas fronteiriças foram começadas pelo outro. Zhang Xiao-ming (2015, p. 2) explica que as razões oficiais para a invasão envolviam “responder a provocações e ambições hegemónicas” do Vietname ao longo da fronteira, bem como aos “maus-tratos de minorias étnicas chinesas e a crescente aproximação diplomática entre a URSS e o Vietname”. Fontes chinesas relatam que entre 1978 e 1979, vários regimentos vietnamitas ocuparam colinas e secções do lado chinês da fronteira. A China terá, alegadamente, demorado cerca de um ano a consolidar o comando central para responder às “provocações vietnamitas” e pretendia uma invasão total do país. Estes planos contrastam com a motivação política de defender o Khmer Rouge: a campanha chinesa contra o Vietname tinha começado a ser planeada antes dos vietnamitas atravessarem o rio Mekong (id., p. 41-43).

Enquadrar este desenvolvimento no realismo defensivo é difícil. Pode argumentar-se que as ambições chinesas passavam por proteger os seus interesses políticos ao defender o Khmer Rouge, mas mesmo que fosse esse o único motivo da sua invasão do Vietname, a razão do ataque vietnamita ao Camboja era a resposta a ataques lançados pelas forças de Pol Pot. O Khmer Rouge era o agressor inicial, pelo que é plausível dizer que defendê-lo tornaria a China num agressor. Não obstante, a causa mais importante da invasão chinesa terá sido, provavelmente, o receio de um eixo Hanói-Moscovo. Ao longo da década anterior, a URSS e a China sofreram um cisma ideológico e tornaram-se, de certa forma, rivais. O governo soviético ter-se-á aproximado do Vietname como esforço de desenvolvimento de influência no Sudeste Asiático. Receando estar rodeada por dois governos hostis e com a expulsão de minorias étnicas chinesas do norte do Vietname, Pequim iniciou assim uma invasão. Mais uma vez, é difícil dizer se estas manobras diplomáticas se podem considerar defensivas, considerando que a hipótese de o Vietname representar uma ameaça real à existência da RPC

não era muito alta. Mesmo com o alinhamento com Moscovo por parte de Hanói, os dois países partilham história e ideologia. É possível dizer-se que a invasão chinesa fez mais para destabilizar a região e destruir a possibilidade de amizade entre os dois países do que qualquer solução pacífica. Finalmente, o Vietname não teria grandes razões pragmáticas para provocar um conflito com um vizinho que, além de politicamente semelhante,¹³ é mais poderoso economicamente e militarmente. É difícil defender a retórica de que uma potência regional como o Vietname tinha quaisquer intenções hegemónicas. Os sinais deste conflito apontam para uma retórica chinesa realista defensiva onde o objetivo não é necessariamente a expansão territorial e material do país, mas sim a preservação dos interesses chineses de um possível desequilíbrio de poderes onde uma potência regional (o Vietname) se alinha com um rival de Pequim (a URSS). Ainda assim, na prática, as ações chinesas revelam-se ofensivas. Não houve sinais de que a China se tenha esforçado significativamente por procurar mediar o conflito Vietnamita-Cambojano nem efetuar “*balancing*” contra ameaças externas, aliando-se com pequenas potências. Ainda assim, é de notar que a perspetiva chinesa nesta situação é de desconfiança para com o sistema internacional, e que sendo uma potência emergente com cada vez menos aliados, qualquer ameaça poderá escalar para uma que seja existencial, pelo menos no seu ponto de vista.

2.1.4. Taiwan antes de Xi Jin-ping

Resta saber como é que a China lida com a questão de Taiwan antes de Xi Jin-ping. A Primeira (1954-55) e Segunda (1958) Crise do Estreito de Taiwan mostram a tensão entre os dois lados do estreito durante o governo de Mao, altura em que a Guerra Civil estava ainda em curso. Durante estas crises, o PCC, lançou devastadores ataques de artilharia contra a ilha de Quemoy e Matsu, possessões Taiwanesas à costa da província continental de Fujian, convidando assim intervenção americana e oito meses de tensão e ameaças nucleares na primeira crise e uma resolução mais rápida de duas semanas na segunda. A resolução pacífica dos conflitos acabou por reforçar o sentimento nacionalista da RC em vez de intimidar os taiwaneses. Pouco depois da segunda crise em 1958, Chiang anunciou que a filosofia de “Três Princípios do Povo” de Sun Yat-sen, fundador do KMT, iriam guiar a RC na sua evolução económica e na reconquista do Continente (Pang, 2019). Mais de vinte anos depois, surge uma das primeiras referências diretas e oficiais à questão de Taiwan por parte

¹³ Considerando que ambos os países seguiam (e seguem) um sistema político unipartidário Marxista-Leninista num sistema internacional dominado pelos EUA e os seus aliados anticomunistas.

do PCC em janeiro de 1979, a saber, a publicação da “mensagem aos compatriotas em Taiwan”, uma mensagem governamental chinesa de apelo à unificação. Nela, o governo continental designa a situação como “lamentável” e promete que ambos os lados procuram a unificação o mais rápido possível. Garante que até os próprios taiwaneses pretendem voltar à “pátria-mãe”: “[they have] stated their desire "to identify themselves with and rejoin their kinsmen," and raised diverse proposals which are expressions of their earnest hope for an early return to the embrace of the motherland” (Congresso Nacional do Povo, 1979). O documento assume que os Taiwaneses desejam a unificação tanto quanto os chineses do Continente, e que é o derradeiro objetivo da atual geração: “(...) *the reunification of the motherland is the sacred mission history has handed to our generation*” (id, 1979). De acordo com Luís Cunha (2008, p. 49), em setembro de 1981, o Presidente do Comité Permanente do Congresso Nacional do Povo, Yi Jian-ying, garantia que Taiwan poderia disfrutar de um grau elevado de autonomia como região administrativa especial. Yi prometeu o fim dos bombardeamentos à ilha de Quemoy como investimento da RPC num esforço de reunificação pacífica. Deveras, como Cunha viria a argumentar mais à frente e em concordância com a posição de Sean Cooney (1997), a proposta governativa de “um país, dois sistemas” terá originalmente sido desenhada pelos primeiros líderes do PCC e proposta por Deng Xiao-ping. Ela teria Taiwan em mente mais do que Hong Kong e Macau, mas o KMT nunca a viria a aceitar, e, portanto, terá sido aplicada aos atuais territórios administrativos especiais.

Em 1993, primeiro ano da presidência de Jiang Ze-min da RPC, viria a próxima declaração oficial de Pequim sobre a questão de Taiwan no que Cunha (2008, p. 49) considera ser a “(...) primeira vez [que] a China explicava oficialmente a sua posição face à Questão de Taiwan”. Esta declaração, intitulada “A Questão da Reunificação da China”, começa por estabelecer que a história moderna da China está preenchida com agressões imperialistas à sua soberania e que a questão de Taiwan provém daí mesmo. O documento culpa o KMT e Chiang Kai-shek tanto pela origem da questão como por ter causado a guerra civil. Culpa os Estados Unidos pela ajuda oferecida ao KMT e por intervir na guerra civil durante a Guerra da Coreia ao enviar a 7ª Esquadra para o estreito de Taiwan. Também defende que a RPC sempre pretendeu negociações diplomáticas e sempre se esforçou por seguir uma resolução pacífica da questão. O documento defende que ambos Mao Tse-tung e Zhou En-lai sempre promoveram a via pacífica e que “todos os patriotas são uma família” (RPC, 1993), mas a unificação pacífica sempre foi impedida por potências estrangeiras. Apesar de aceitar que, no fundo, “os povos americano e chinês são amigos” (id, 1993),

afirma que há muitos nos Estados Unidos que arranjam pretextos para evitar a reunificação da China. Por fim, é neste documento que se estabelecem os princípios fundamentais para a reunificação:

1) “Só existe uma China no mundo”: Taiwan faz parte inegável da China, cujo governo está sediado em Pequim. Este é um facto universal;

2) “Coexistência de dois sistemas”: Apesar das diferenças entre capitalismo e socialismo, os dois sistemas podem coexistir pacificamente sem um dominar o outro durante muitos anos. O estilo de vida taiwanês pode continuar, bem como a sua estrutura económica e financeira;

3) “Um alto grau de autonomia”: Depois da reunificação, Taiwan será uma região administrativa especial com o seu próprio sistema administrativo e legislativo. Irá governar-se política, militar, económica e financeiramente. Poderá manter as suas forças armadas e a RPC não enviará para lá qualquer força militar;

4) “Negociações pacíficas”: O povo chinês pretende uma reunificação pacífica acima de tudo. Ambos os lados do estreito são chineses, pelo que seria uma tragédia se houvesse um conflito fratricida.

Dois anos mais tarde, em 1995, deu-se a Terceira Crise do Estreito de Taiwan. Enquanto a administração Nixon seguia uma narrativa de aceitação do princípio “Uma-China”, a década de 1990 iria ver uma erosão deste laço diplomático que unia os EUA e a RPC. Em 1992, a administração Bush havia vendido 150 caças a jato a Taiwan, violando a sua política de venda de armas de acordo com o princípio Uma-China. Em 1994, a administração Clinton reviu o protocolo que regia as regras do tratamento não-oficial de diplomatas taiwaneses. No ano seguinte, o presidente taiwanês na altura, Lee Teng-hui, visitou uma reunião de graduação da sua universidade (de Cornell) nos EUA. O presidente taiwanês entrou no país com um visto aprovado, algo que seria contrário à política dos EUA sobre Taiwan. Esta foi a decisão americana que, da perspetiva chinesa, “encorajava líderes taiwaneses a procurar um reconhecimento formal de soberania”, algo que sem dúvida levaria a RPC à ação militar (Ross, 2000). A Terceira Crise aconteceu ao longo de dez meses e envolveu intensos exercícios militares por parte da China bem como uma resposta americana que consistiu no envio de dois esquadrões de porta-aviões para o estreito de Taiwan. Robert Ross (id, 1-2) argumenta que a China utilizou métodos coercivos de força para atingir os seus objetivos. Estes incluíam intimidar os EUA a desistir de prestar apoio à RC bem como intimidar a própria RC a desistir das suas tentativas de redefinir a sua política de Uma-China.

Finalmente, é publicado em 2000 o documento oficial sobre a questão de Taiwan intitulado “O Princípio Uma-China e a Questão de Taiwan”. É mais agressivo ao fazer referência ao governo de Chiang Kai-shek como um “clique”, ao culpá-lo pela origem da questão de Taiwan e ao acusar Lee Teng-hui e a sua administração de trair o princípio Uma-China, chamando-o de “líder de forças separatistas”. Como em documentos semelhantes, procede a explicações históricas que se esforçam por provar que Taiwan pertence à China histórica e factualmente. Acaba por acusar os EUA e a sua interferência na Guerra Civil Chinesa no início da Guerra da Coreia por prolongarem o conflito entre as duas partes. Novamente declara que o governo da RPC é o único governo legítimo de toda a China, Taiwan incluído. Uma lógica notável proposta pelo documento que acaba por ser grande parte da posição continental acerca da questão de Taiwan encontra-se na citação: “*If Taiwan denies the One-China Principle and tries to separate Taiwan from the territory of China, the premise and basis for peaceful reunification will cease to exist*” (RPC, 2000). Por outras palavras, na eventualidade da RC fazer esforços para se identificar como estado soberano ou negar o princípio de Uma-China, uma anexação violenta e militar da ilha de Taiwan é uma opção real da RPC. Diferente da primeira declaração de 1979, este documento é muito menos reservado na sua narrativa. É mais acusatório e mostra uma China mais assertiva do que diplomática. Dadas as referências a Lee, serve como resposta quase direta à Terceira Crise de Taiwan.

O padrão estabelecido ao longo da segunda metade do século XX é variado. Em certas alturas, a China mostra-se aberta ao discurso e reage de forma defensiva, como foi o caso da Guerra da Coreia. A maioria das guerras com os seus vizinhos acaba por seguir uma retórica defensiva e em nome da sua autopreservação, mas as suas abordagens práticas são ofensivas. No entanto, pode concluir-se também que, da perspetiva chinesa, as suas abordagens resumem-se a reações defensivas ao que entende como ameaças. Se a China considerar a questão de Taiwan como doméstica, tendo em conta que se recusa a reconhecer a administração de Taiwan como mais do que rebeldes separatistas, pode ver a interferência estrangeira, em particular a americana, como uma ameaça externa. A demonstração de força da Terceira Crise do Estreito de Taiwan é, de acordo com o ponto de vista chinês continental, uma simples intimidação contra forças externas e a sua interferência no que considera serem assuntos internos. Na próxima secção, analisaremos a política externa da administração de Xi Jin-ping e como aborda a questão de Taiwan.

2.2. O Realismo de Xi Jin-ping e da sua administração

Foi em 2012 que Xi Jin-ping subiu ao posto de Secretário-Geral do PCC, o cargo supremo de liderança no país. Em *Xi Jinping's Operational Code Beliefs and China's Foreign Policy*, Feng Hui-yun e He Kai (2013) analisam o código operacional do novo líder chinês mesmo antes do início do seu mandato. Na altura, não se sabia ao certo como Xi iria atuar nem domesticamente nem a nível de política externa, visto que o único material disponível para análise eram os seus discursos como vice-presidente da RPC (2008-2012). No seu estudo, Feng e He comparam-no ao seu antecessor, Hu Jin-tao. Hu foi um líder assertivo, especialmente ao lidar com os EUA e Taiwan, e o estudo mostra que Xi não seria muito diferente, exceto na possibilidade de se mostrar mais otimista em relação a alternativas diplomáticas. Tanto Hu como Xi seguem padrões discursivos de abertura à cooperação, mas Xi parecia ser mais aberto à cooperação e abordagens pacíficas. Mas como é que o líder chinês se enquadra no realismo? Nesta secção, serão analisados excertos de discursos e desenvolvimentos de política internacional durante os quais Xi Jin-ping é o líder da RPC e, portanto, o principal decisor. O objetivo é enquadrar no realismo as tendências de política externa e da questão de Taiwan de Xi e do PCC durante a sua administração.

Entre os vários dados sobre a política de Xi Jin-ping, é necessário destacar desde já o seu primeiro discurso enquanto Secretário-Geral do PCC, no qual foi delineada a ideia de “Sonho Chinês”.

Nesse primeiro discurso, de inauguração, totalmente disponibilizado pela BBC, Xi começou por fazer referência ao passado, dizendo que o trabalho do Partido passa por reviver o esplendor da civilização chinesa, e que esse fardo não foi suportado pelos regimes e líderes anteriores do PCC. A primeira referência à política externa vem cedo e desde logo nota-se um tom de assertividade, como previsto por Feng e Kai:

Our responsibility is to unite and lead people of the entire party and of all ethnic groups around the country while accepting the baton of history and continuing to work for realising the great revival of the Chinese nation in order to let the Chinese nation stand more firmly and powerfully among all nations around the world and make a greater contribution to mankind (BBC, 2012).

Ao mencionar a questão do “renascimento” chinês e de “finalmente” dar à China a sua relevância na era moderna, o novo Secretário-Geral do PCC faz assim um prelúdio à ideia do “Sonho Chinês”, à qual a sua administração ficou notoriamente ligada. O discurso

passa a desenvolver a ideia de que a China é uma “linda casa” para todas as suas etnias viverem em harmonia passando pela vertente doméstica. Curiosamente, Xi toma a decisão de falar da corrupção dentro do Partido como um dos maiores problemas domésticos que a sua administração irá enfrentar. O discurso acaba com o apelo aos membros das instituições mediáticas presentes que ajudem o mundo a aprender mais sobre a China e a China a aprender mais sobre o mundo.

A noção de “Sonho Chinês”, inicialmente mencionada por Xi numa visita a Cantão em 2012, já fora mencionada em vários discursos e num ensaio propagandístico de quatro páginas publicado pelo jornal estatal *Chinese Law and Government*¹⁴. Este ensaio desenvolve a ideia de Xi Jin-ping referindo que é o espírito de todos os chineses e da sociedade democrática, civilizada, harmoniosa e socialista. O sonho chinês é descrito como sendo a “vontade dos chineses de avançar com o grande rejuvenescimento da nação chinesa” (RPC, 2016), expondo uma China ambiciosa que está pronta para tomar as rédeas do mundo. Cooper (2014, p. 155) aliás defende que o Sonho Chinês trata de preparar o mundo para uma nova ordem mundial não-ocidental, e que tal como é o objetivo americano espalhar a democracia e valores americanos, a administração de Pequim pretende espalhar o sonho chinês. Cooper argumenta que o Sonho Chinês é um desvio do realismo para a nova administração. Isto não é necessariamente verdade, visto que se podem detetar tons vagos de expansão de segurança através do crescimento económico e cultural no sonho chinês, quase como forma de “*soft power*”. Com efeito, o *hard power*, isto é, a força militar e coerção, não é a única forma de expansão da segurança, e a sua ausência não implica a ausência de uma abordagem realista. Adicionalmente, para ser cumprido, o sonho chinês deve responder a três grupos de necessidades. Primeiro, ele pressupõe “três deveres”, como sendo seguir um caminho chinês; avançar o espírito da China e reunir as forças da China. Segundo, “três desígnios comuns” devem ser prosseguidos: os povos que vivem na China partilham a oportunidade de sucesso, a oportunidade de atingir os próprios sonhos e a oportunidade de crescer dentro da nação e ajudar a avançá-la. Terceiro, as “três confianças” devem imperar: todas as pessoas dentro da China têm de confiar no caminho, na teoria e nas instituições socialistas com características chinesas do país.

Pelo menos duas destas necessidades, os “três deveres” e as “três confianças”, colocam uma grande ênfase no país e no povo chinês como um coletivo ou unidade. O sonho chinês nunca menciona liberdades individuais, nem faz grande esforço para separar o povo

¹⁴ O jornal *Chinese Law & Government* consiste em documentos oficiais traduzidos pelo *Taylor & Francis Group*, uma renomeada empresa de publicações e revistas científicas e académicas.

da nação. Faz apenas a distinção de vários povos diferentes dentro da China, referindo-se a eles como “todas as nacionalidades dentro da China” (id, 2016). Esta erosão da identidade individual do cidadão, apesar de referente à política doméstica e não externa, pode ser considerada um fator realista dentro do sonho chinês.

Xi iria mencionar o sonho chinês múltiplas vezes depois disso, incluindo numa visita à Tanzânia, em vários discursos pela China, em cimeiras, entre outras. Por fim, o ensaio acaba mencionando a necessidade de proteção do ambiente e controlar os níveis de poluição, exemplo que evidencia que a China está, ou pelo menos anuncia-se como, aberta a resolver problemas globais de importância para a comunidade internacional.

Algo que a análise de Feng e Kai não terá previsto seria a crescente autoridade do governo de Xi na política doméstica, como a eliminação dos limites de mandato de Presidente da RPC ou a repressão dos protestos de Hong Kong. No Ocidente, cresce a percepção de Xi como um líder autoritário após a eliminação dos limites do mandato presidencial (The Guardian, 2017; CBC, 2017; CNN, 2017). Já em 2015, a censura da internet na China tornava-se cada vez mais séria e um objetivo do partido, com o lançamento do “*Great Cannon*”, um sistema cujo objetivo passava por bloquear *websites* estrangeiros. À medida que Xi liderava, a internet na China tornava-se numa ferramenta de propaganda e controlo cada vez mais útil (The Guardian, 2018). Em 2021, o Comité Central do PCC declarou a ideologia de Xi Jin-ping como sendo a “essência da cultura chinesa” (NPR, 2021), confirmando assim um crescente culto de personalidade à volta do líder do partido.

Talvez dos maiores desafios à liderança de Xi antes da pandemia da SARS-CoV-2 tenham sido os protestos de Hong Kong.¹⁵ A resposta policial e estatal aos protestos acabaria por revelar a posição do governo de Xi sobre as questões das regiões autónomas do país e de soberania e integridade territorial na China. Numa visita ao Nepal em 2019, o presidente chinês fez várias afirmações que sustentam a política externa chinesa como sendo de cariz realista. Notando que o Nepal apoia firmemente o princípio de Uma-China,¹⁶ Xi avisou de que qualquer um que participasse em atividades de separatismo seria “despedaçado”: “*Those*

¹⁵ Os protestos de Hong Kong foram inicialmente causados pela proposta de uma lei de extradição que facilitaria o julgamento de criminosos em Hong Kong na China Continental. Temendo tendências autoritárias do governo de Pequim, que poderia considerar dissidentes políticos refugiados em Hong Kong como criminosos, os protestos mais significativos deram-se até setembro de 2019, altura em que a Chefe Executiva de Hong Kong, Carrie Lam, finalmente removeu a proposta de lei (ABC News, 2019). No entanto, as manifestações, que atraíam milhões de cidadãos de Hong Kong, já tinham evoluído para o protesto de outros problemas (Congresso Nacional do Povo, 1979), e a remoção da proposta era apenas uma das cinco exigências dos protestos, que só vieram a acalmar no início de 2020 com o começo da pandemia da Covid-19.

¹⁶ Princípio este que nega a existência de duas Chinas, a RPC e a RC. Um país que apoie este princípio apoia o mandato de Xi Jin-ping e, mais importantemente, nega a existência de Taiwan como nação soberana, tal como evidenciado num dos “*China White Papers*” (RPC, 2000).

who engage in separatist activities in any part of China will be smashed into pieces, Xi said, adding that external support for separatists will be seen by the Chinese people as delusional” (China Daily, 2019).

Esta afirmação pode ser considerada como um aviso tanto a interferências exteriores como a protestos domésticos de liberdade, como é o caso de Hong Kong. De certa forma, é interpretável como uma declaração realista defensiva que vocaliza questões de soberania e integridade territorial, dois conceitos necessários para a segurança de um estado no realismo. Um estado realista defensivo terá interesse em preservar a sua própria integridade tentando dissuadir outros de interferir em questões que vê como dizendo respeito à soberania, como é o caso de Hong Kong. Deve ter-se em conta que este apelo terá vindo depois do presidente americano da altura, Donald Trump, ter aprovado leis de apoio à preservação dos direitos humanos e da democracia no território, e de apoio semelhante ser pedido ao Reino Unido (PBS News, 2019). Pode considerar-se que o aviso de Xi veio em resposta a estas ações, que a China veria como uma interferência na sua soberania. No entanto, faz uma alusão evidente à questão de Taiwan. Funciona como aviso aos EUA e qualquer outra potência de que o questionar da soberania chinesa, ou seja, considerar Taiwan como independente e interferir no princípio de Uma-China, será visto pelos chineses como “delirante”, e os seus esforços serão “esmagados”. Seguindo esta lógica, a retórica de Xi é realista defensiva, mas neste contexto de política doméstica há contribuições realistas neoclássicas relevantes a considerar.

No realismo neoclássico, a política doméstica de um estado é tida como fator central de influência da sua política externa. O impacto da política doméstica da China na sua posição como membro da comunidade internacional é algo já discutido em literatura, e pode ajudar a ajustar o realismo à situação chinesa. De acordo com Leng Tse-kang (2013, p. 51), o que determina o posicionamento da China no sistema internacional, mais do que mudanças no equilíbrio de poderes, é a própria política doméstica.

De acordo com Leng, as quatro questões domésticas “por resolver” da China que a definem no sistema internacional são: 1) a China deveria ser dos países mais desenvolvidos do mundo, mas ainda está muito atrás dos EUA, Japão e UE em termos de desenvolvimento cultural, tecnológico e educacional; 2) a China deve ser uma potência mundial, mas ainda não conseguiu consolidar uma posição como líder regional asiático sequer; 3) a China deveria ter um sistema [socialista] único que atendesse às necessidades da sua diversidade e dimensão, mas ainda está numa fase transicional; 4) a China deve ser um membro beneficiário do sistema internacional, mas está sujeita a regulações ocidentais.

Estas problemáticas de política doméstica tornam a China num caso único, cuja ascensão e posicionamento na comunidade internacional se tornou inevitavelmente interligada com a sua política interna. No contexto da era da globalização, argumenta Leng, “*Chinese foreign policy is used to promote domestic reform and development. This inside-out explanation carries analytical importance in explaining Chinese external behavior after China regained its international status and reputation* (Leng, 2013, p. 67). Leng propõe, portanto, que talvez sejam necessários ajustes ao realismo político para explicar a situação da China, considerando que a mesma tem um histórico de mudar a sua política externa em função da política interna. A sua política de Uma-China é o exemplo mais prático disto; em 2021, a RPC apagou a Lituânia do seu registo de alfândega por ter aberto uma missão diplomática em Taiwan (Reuters, 2021), algo que estaria em violação clara do princípio de Uma-China e que seria por isso uma interferência estrangeira no que a China vê como sendo os seus assuntos internos.

Se a China de Xi alterar a forma como aborda a comunidade internacional dependendo da sua política interna, pode ser considerada como realista neoclássica além de simplesmente seguir uma retórica realista defensiva. Nesta abordagem, é especialmente relevante o contributo de Dean Chen (2017a), que segue a lógica realista neoclássica de que as políticas externas de um estado são pesadamente influenciadas pela sua política interna – dando o exemplo dos EUA nas décadas de 1870 e 1880, onde o governo americano era descentralizado e a administração do país era altamente ineficaz a assegurar recursos naturais e humanos para cumprir objetivos nacionais. A partir da década de 1890, isso muda e os EUA ganham lentamente o estatuto de superpotência. Foi primeiro preciso consolidar o governo interno para poder projetar a sua força externamente. Numa abordagem que parece utilizar princípios do neo-liberalismo, Chen cita Scott Kastner ao afirmar que a economia e os laços comerciais no estreito têm impacto em ambas as partes. Particularmente, Xi poderia enfrentar consequências dentro do PCC na eventualidade de perseguir ações militares agressivas pelo simples facto de prejudicar o comércio entre os dois lados, que se tornou intenso nos últimos 30 anos:

(...) the negative impacts of international political conflict on trade tend to be less severe when “internationalist economic interest coalitions” hold strong political clout in the states involved. Leaders, whose domestic support depends on those internationalist interests, would pay higher political costs (i.e., penalized electorally if in a democracy) for taking actions detrimental to commerce (2017a, p. 50).

A importância da economia é algo que será visto em maior detalhe no Capítulo 4 sobre (...), mas parece ser igualmente válida para a interpretação realista neoclássica. Pode explicar grande parte da tolerância do PCC quanto a Taiwan, especialmente quando ambos os lados desfrutam de consideráveis relações culturais e sociais (Schneider, 2002, p. 18-21; ROC, 2022). Ao iniciar um conflito militar, a administração Xi estaria a prejudicar não só a sua imagem internacional, como também a causar uma possível crise doméstica que poria a segurança do estado e do partido em causa.

Poderemos ainda analisar alguns discursos e notas feitas por Xi Jin-ping que definem a sua política externa. Especialmente nos últimos anos, a sua administração tem-se tornado mais assertiva na sua retórica. No discurso do centenário do PCC em 2021, Xi dirigiu-se à nação inteira sobre os objetivos cumpridos do partido desde a sua fundação, bem como os objetivos que restam cumprir. O tema do discurso é inicialmente doméstico, mas faz alusões indiretas à política externa através da referência de como potências imperialistas enfraqueceram a China durante o Século das Humilhações e através de um “cumprimento” às regiões administrativas especiais de Hong Kong e Macau, a Taiwan e aos chineses no estrangeiro. Xi apela à modernização mais rápida das forças armadas do país, e sublinha que “o que se tornou evidente é que o partido tem de controlar a arma e constituir um exército do povo” (Nikkei Asia, 2021). Xi anuncia que adiante, será necessário implementar um pensamento de reforço militar bem como manter a liderança absoluta do partido sobre as forças armadas: *“We will elevate our people's armed forces to world-class standards so that we are equipped with greater capacity and more reliable means for safeguarding our national sovereignty, security, and development interests.”*

A segunda metade do discurso é dedicada à política externa em geral. Xi garante que o PCC não tem “genes hegemónicos”, nem de dominação, que se preocupa com o futuro da humanidade e que contribui para a paz mundial. Através de, por exemplo, a iniciativa *“One Belt, One Road”* (OBOR), um plano de expansão económica e desenvolvimento de rotas comerciais, a China pretende contribuir para o desenvolvimento global. Xi promete que a RPC promoverá sempre cooperação em vez de confrontação, assim como o benefício mútuo. É nesta secção do discurso que Xi utiliza a expressão que gerou controvérsia entre analistas e plataformas de notícias estrangeiras:

We have never bullied, oppressed, or subjugated the people of any other country, and we never will. By the same token, we will never allow any foreign force to bully, oppress, or subjugate us. Anyone who would attempt to do so will find themselves on a collision course with a great wall of steel forged by over 1.4 billion Chinese people (Nikkei Asia, 2021).

A retórica desta declaração é claramente a de um estado realista defensivo que não procura a expansão, nem conflito militar ou subjugação dos seus vizinhos. No entanto, como vimos anteriormente, é uma afirmação efetivamente errada. Há pelo menos três cenários de campanhas ofensivas por parte do PCC, a saber, o Tibete, as disputas territoriais com a Índia nos Himalaias, e a Guerra Sino-Vietnamita. Pelo menos uma destas campanhas, no Tibete, pode ser considerada uma de subjugação. Esta parte da história do PCC torna a afirmação de Xi errada sobre os “genes” do partido, ainda que o aviso de que será impossível intimidar e ofender a nação chinesa seja claramente defensiva e possivelmente real. No entanto, isto diz respeito à história do PCC. Como é que a administração Xi se posiciona? A resposta a esta pergunta pode ser encontrada em dois fatores principais que definem o PCC de Xi particularmente nos últimos anos, nomeadamente as disputas territoriais da China Continental e a iniciativa OBOR.

A OBOR poderá estar, de certa forma, interligada com as disputas territoriais chinesas no mar do Sul da China.¹⁷ No 70º aniversário do ELP, o secretário-geral do PCC assegurou que a China nunca deixaria que a sua soberania territorial fosse comprometida e que o povo chinês nunca procuraria expansão ou agressão. Apesar disso, a China tem inúmeras reivindicações de ilhas e território marítimo de países como o Vietname, as Filipinas e a Malásia, no Mar do Sul da China (Deutsche Welle, 2017). Mike Pompeo, Secretário de Estado dos EUA durante o governo de Donald Trump, refutou como ilegais as reivindicações e construção de ilhas artificiais com o propósito de estabelecer bases aéreas e navais (CNN, 2020). Na visita do Secretário de Estado para a Defesa dos EUA, James Mattis, em 2018, Xi disse que a China não podia perder nem um centímetro de território, e que não estava interessada no que é dos outros. Apesar da declaração, a China tem reivindicado a maior parte do Mar do Sul da China, que afirma ter-lhe pertencido durante séculos (BBC, 2018).

¹⁷ O qual é partilhado entre a China e países como o Vietname, as Filipinas, a Malásia e mesmo Taiwan. Pode por vezes considerar-se a Tailândia e a Indonésia como tendo acesso ao Mar do Sul da China.

As reivindicações dos territórios marítimos do Mar do Sul da China não constituem um comportamento realista defensivo, independentemente das declarações de que o Mar do Sul da China, historicamente repleto de rotas comerciais, pertenceu à China durante séculos. Nie Wen-juan (2016) previu que tanto as questões no Mar do Sul da China como a iniciativa OBOR são as principais questões de política externa para Xi Jin-ping. Nie realça uma antítese na política externa chinesa: de um lado está a posição expansionista e até agressiva de Pequim no Mar do Sul da China; de outro está a iniciativa OBOR, que serve como forma de cooperar pacificamente com os estados do Sul e Sudeste Asiático. No entanto, nas palavras de Nie (2016, p. 424), “é extremamente difícil para Xi promover cooperação através da “OBOR” enquanto que ao mesmo tempo procura uma posição assertiva no Mar do Sul da China”. As reivindicações são muitíssimo disputadas internacionalmente e possivelmente prejudicam qualquer tentativa de a China ter uma postura realista defensiva.

O discurso de Xi Jin-ping também fez referência à unificação com Taiwan, reforçando a ideia de que é o derradeiro objetivo do povo chinês. É de notar a afirmação: “Devemos agir para derrotar qualquer tentativa de uma independência de Taiwan”, inferindo depois que Taiwan se insere no conceito de soberania chinesa. Jing Huang (2017) argumenta que a política de Xi na questão de Taiwan não difere assim tanto da do seu antecessor, Hu Jin-tao. É uma política de promoção da reunificação que serve para despromover ideias de independência taiwanesa, mas Xi difere de Hu na sua ênfase do enquadramento estratégico do princípio de Uma-China. Por outras palavras, o objetivo de Xi é pressionar Taiwan a favor da reunificação. Apesar de uma mentalidade cada vez mais anti-China em Taiwan, a interdependência cultural e especialmente económica tem vindo a crescer no estreito, algo que será parte da abordagem de Xi. “Portanto, em termos de desenvolvimento económico, os dois lados do Estreito de Taiwan já caminham para a reunificação (Huang, 2017, pp. 240-242).” De acordo com Huang, as relações no Estreito têm sido estáveis com a eleição de Xi. O presidente da RPC defende regularmente que é necessário haver uma maior construção de confiança tanto política como militar. No entanto, dada a OBOR, que significa a expansão de influência política e desenvolvimento económico para a China, e dadas as relações com os EUA, Taiwan não é, neste momento, uma prioridade para a administração Xi. Como diz Xi Jin-ping, “Pequim tem paciência e confiança” (Huang, 2017, p. 242). Xi realça a derradeira necessidade de uma reunificação pacífica, independentemente das políticas a colocar em prática. Apesar disso, faz um apelo aos compatriotas para que se mantenham vigilantes contra a ideia de independência taiwanesa: uma “*no-nonsense approach*” (id, pp. 444-445). Já com os EUA, o objetivo de Xi é isolar Taiwan do seu apoio americano, e não

deixar que a ilha seja usada como moeda de troca em negociações entre as duas grandes potências.

Qual é, então, o tipo de abordagem realista que Xi Jin-ping tem demonstrado ter? Tendo em conta todos os fatores analisados até aqui, esta pergunta não pode ser respondida sem primeiro abordar a questão de soberania de Taiwan. Se se considerar que a posição do PCC é legítima, a questão tem de ser analisada de uma forma. Se se considerar que Taiwan é um país independente e com a sua autodeterminação, a questão deve ser analisada de outra forma.

Duas hipóteses são possíveis aqui. Na primeira, a ilha de Taiwan é tida como parte integral da China. Nesta hipótese, o governo em Taipé não é legítimo, mas controla em termos efetivos a ilha de Taiwan como uma região rebelde da China. Neste cenário, a administração Xi, como as anteriores, tem o direito de abordar a questão de Taiwan como uma questão de política interna, e não como um estado distinto. A política externa do governo continental neste tópico é realista defensiva quando potências exteriores como os EUA ou países da UE interferem na questão para proteger a autonomia de Taiwan. Considerando este primeiro cenário, a administração Xi vê estas interferências como ameaças ofensivas e posiciona-se defensivamente. Também se verificam as mudanças na política externa graças à influência da política doméstica; como a RPC considera Taiwan parte de si, e por isso vê a questão de Taiwan como doméstica, então a sua política de Uma-China, que castiga estados que a desrespeitem, pode ser uma abordagem realista neoclássica;

A segunda hipótese é a de Taiwan, apesar da falta de reconhecimento internacional, ser um estado soberano, independente e autónomo. A RPC não retém qualquer controlo político, administrativo, militar ou de qualquer outro tipo sobre a ilha. O que separa a RC do reconhecimento internacional é a própria RPC e a sua influência política. De acordo com o Governo Australiano (2022), dos poucos países que reconhecem Taiwan como estado soberano, nenhum tem relações diplomáticas oficiais com Pequim (dado o “desrespeito” pelo princípio de Uma-China). Adicionalmente, Taiwan pode considerar-se como uma democracia liberal. Joseph Wong (2003, p. 236) considera que o processo democrático em Taiwan, que tem vindo a aprofundar-se gradualmente, ajuda a criar uma nova identidade nacional para o país. Considerando a natureza mais autoritária como o PCC governa a China Continental, os dois lados do estreito são fundamentalmente diferentes em termos de ideologia e, portanto, desenvolveram identidades nacionais igualmente distintas. Tendo os fatores deste cenário em consideração, isto é, que a RPC e Taiwan são duas nações distintas, a administração de Xi Jin-ping age de forma realista ofensiva ao tentar expandir o seu

território, influência e recursos com as suas intenções de anexar (ou unificar-se com) uma nação soberana. Por fim, a ideia de reivindicação de “território perdido” pode ser vista como irredentista, na medida em que se refere “a uma posição de um estado-nação que defende, baseando-se em ligações étnicas, culturais, geográficas ou históricas, a anexação de território que pertença a outro estado-nação” e “estando tipicamente associado a movimentos sociais nacionalistas e etnonacionalistas” (Baird, 2015). O irredentismo tem sido aliás uma causa comum de conflitos no último século, que leva, tipicamente, a guerras ofensivas de recuperação de território (Siroky & Hale, 2017), algo que um estado realista defensivo se esforçaria por evitar, e não instigar.

Em conclusão, a interpretação da abordagem do PCC de Xi à questão de Taiwan varia dependendo da perspectiva que se adota na questão de soberania de Taiwan como identidade política. Concordando com o primeiro cenário, a RPC pode ser considerada um estado realista defensivo na sua abordagem internacional por considerar Taiwan como assunto doméstico. Interferências de potências como os EUA são vistas como campanhas ofensivas exteriores, ao que a China reage defensivamente. A retórica de Xi é claramente cuidadosa, e o presidente chinês mostra entender que as nuances da questão justificam cautela. A sua abordagem é uma “sem disparates” (*no-nonsense*), isto é, diplomática e compreensível, mas assertiva com o princípio de Uma-China. Este princípio apresenta também indicações de uma abordagem realista neoclássica, na medida em que a diplomacia com outros estados depende da sua aceitação do princípio doméstico de Uma-China. Concordando com o segundo cenário, a RPC é um estado agarrado à história com ambições expansionistas e irredentistas na ilha de Taiwan, que vê como sua por direito puramente tradicional, apesar não ter qualquer controlo prático sobre a ilha, os seus recursos, o seu povo ou o seu sistema político. Mesmo que Taiwan se declare como estado separado da China e que não representa os chineses, a RPC continuará a reivindicar a ilha para si, e a tentar abater tentativas de independência taiwanesa. A política de Xi Jin-ping com Taiwan é uma que não aceita a existência do estado insular como nação soberana, quer os líderes taiwaneses afirmem representar o povo chinês, quer não. É, nesta ótica, uma abordagem realista ofensiva de natureza expansionista. Taiwan é uma “pedra no sapato” para Xi que impede a expansão de influência chinesa até estar resolvida.

Também há outros pressupostos teóricos que se podem fazer dentro do realismo, nomeadamente dentro da Teoria da Estabilidade Hegemónica, mencionada na secção 1.5 sobre o realismo e a TEH como teoria realista. Através da expansão do seu *soft power* com a iniciativa OBOR e com o princípio Uma-China, a China pode ser considerada como uma

potência crescente que tenciona desafiar o *status quo* global unipolar americano e criar um pólo regional no Leste Asiático. Segundo esta lógica, a China estaria a caminhar para uma hegemonia regional chinesa e estabelecer uma “*Pax Sinitica*” na região para substituir a hegemonia americana. Previsivelmente, no entanto, o desafio ao *status quo* e a tentativa de substituição de hegemónias causam instabilidade.

Ainda assim, Xi é notavelmente mais aberto à via diplomática do que o PCC da segunda metade do século XX, e bastante mais cuidadoso. Os conflitos descritos na secção 2.1. “As bases das abordagens realistas do PCC” descrevem uma China agressiva e aberta à confrontação muito mais facilmente do que a China de Xi, apesar da fricção entre a sua administração e o sistema internacional. Tal poderá dever-se à posição global estável que a China tem atualmente, pelo menos relativamente à China de Mao, Jiang ou Deng. É algo que cai em linha com as conclusões de Feng Hui-yun e He Kai: Xi é um líder assertivo, mas aberto à cooperação. É possivelmente esta descrição o que mais solidifica a classificação de Xi Jin-ping como um líder realista. No entanto, se é realista ofensivo ou defensivo, depende da interpretação. Certamente, este realismo parece ofensivo para a liderança taiwanesa. Mas, como já se concluiu, a Questão de Taiwan é, para os chineses, uma questão de integridade territorial, uma questão interior e que, até estar concluída, representa uma nódoa na honra nacional e uma dolorosa memória causada pelo Imperialismo Japonês que dominou a ilha entre 1895 e 1945 (Fu, 1997, pp. 334-336). Para a liderança da RPC e para os chineses, esta é uma questão doméstica, e qualquer ideia de independência taiwanesa e daí consequente alinhamento de Taiwan com outras potências é, sem dúvida, visto como uma afronta à integridade nacional chinesa. No fundo, é uma questão realista defensiva para os chineses, mesmo que não o seja para mais nenhuma nacionalidade.

Capítulo 3. O KMT e o PPD de Taiwan como realistas

Depois de ter abordado as bases históricas que estabelecem o PCC e a administração de Xi Jin-ping como entidades realistas, este capítulo debruça-se a política externa de Taiwan, tanto sob o governo do KMT como do Partido Progressista Democrático. Por meio de uma análise semelhante àquela usada com o PCC e Xi Jin-ping, isto é, uma análise do discurso dos líderes partidários e da história do partido, pretende-se assim compreender de que forma o KMT e o PPD são realistas nas suas políticas externas.

Se a administração Xi e a RPC se posicionam como realistas neoclássicos em geral e ofensivos em relação a Taiwan, existe a possibilidade de argumentar que a RC, em reação, se posiciona como realista defensiva. Em linha com esta lógica, Wu Yu-shan (2000, p. 428) defende que a política externa de Taipé para com Pequim está cruamente limitada a *balancing* e *bandwagoning*. Tal pode ser verificado, por exemplo, na forma como a RC lida com o Continente e os seus vizinhos; as relações tensas entre as duas partes encorajam Taipé a procurar laços económicos com Pequim, algo a que Chen (2017a, p. 48) chama uma “*perplexing duality*”, isto é, embora os dois países sejam quase completamente opostos em várias frentes, Taiwan procura comumente através do meio económico atenuar as hostilidades entre os dois lados do Estreito. Estes laços económicos podem ser uma forma de *bandwagoning*, onde uma pequena potência se tenta aliar a uma grande para reduzir o nível de ameaça. No entanto, é mais realista acreditar que tais relações comerciais existem por conveniência do que *bandwagoning* neste caso. Já as aproximações diplomáticas da RC ao Japão e aos EUA podem evidenciar que Taiwan pretende equilibrar as relações no estreito ao criar impedimentos a um possível conflito militar, posicionando-se no espectro realista como defensivo. Estados fracos e vulneráveis pretendem “equilibrar-se” (*balancing*) contra ameaças existenciais. Taiwan é um exemplo prático desta teoria; o estado insular pretende nomeadamente que alianças com os EUA e o Japão, duas potências tradicionalmente opostas à RPC, impeçam uma potencial invasão. No entanto, é possível observar uma mudança na Política Continental de Taiwan dependendo do ciclo eleitoral (Wu, 2019, pp. 194-195). Quando próximos de eleições, os dois partidos tomam posições no espectro identitário, que domina grande parte da política em Taiwan. A questão identitária, analisada adiante, é, para Wu, central para analisar as relações no Estreito de uma perspetiva taiwanesa. É a “variável

mais significativa que despoleta reações fortes de Pequim” (id, pp. 195) acompanhada pelas relações Sino-Americanas e pela segurança regional.

Se existe abundância de literatura que coloca o PCC e Xi Jin-ping num quadro realista, a literatura que apoia o realismo para o KMT e para o PPD é relativamente escassa. Ainda assim, a análise previamente referida de Wu Yu-shan contém um sólido ponto de partida para enquadrar a política externa de Taiwan numa lógica realista. Se a diplomacia taiwanesa com Pequim está resignada ao *balancing* e ao *bandwagoning*, certamente estas abordagens mudam dependendo do partido no poder graças às diferentes agendas de cada um. Este capítulo tentará averiguar que partido adota uma abordagem realista, e que partido adota outra. Defende-se que é nesta dicotomia de política continental, intensamente inserida na questão identitária e que modifica as relações no Estreito, que se pode enquadrar Taiwan no realismo. Para tal, será primeiramente exposta a política externa do KMT durante os anos de Ma Ying-jeou, e depois uma análise semelhante será feita do PPD e da atual presidente taiwanesa, Tsai Ing-wen. Devido ao mandato de Tsai (2016-2022) coincidir com a maior parte do período de análise (2013-2022), a secção que diz respeito ao PPD será notavelmente mais extensa.

3.1. As abordagens realistas do KMT

A liderança do KMT em Taiwan no período de análise desta dissertação é a de Ma Ying-jeou, presidente taiwanês entre 2008 e 2016. Apesar do período a analisar ser 2013-2022, irá fazer-se uso do que for relevante no mandato de Ma, mesmo que aconteça antes de 2013. No âmbito de uma análise realista de Taiwan, é essencial mencionar a questão de identidade étnica e cultural que divide o país desde o êxodo do KMT para a ilha. Esta divisão tem vindo a definir a política interna do país, mas também influencia criticamente as políticas externas. Taiwan é dividido por dois nacionalismos distintos, a saber, o nacionalismo chinês e o taiwanês (Laliberté, 1997), num contraste que causa uma crise identitária no país e que domina constantemente a política de Taiwan (Cunha, 2008, p. 64). Laliberté argumentava que o espectro político de Taiwan não é de facto um de “esquerda-direita”, nem de “autoritarismo-democracia”, sendo antes dominado por um eixo polarizado entre os que defendem a reunificação com a China (o nacionalismo chinês) e a independência do país (o nacionalismo taiwanês) (Laliberté, 1997, p. 2). Poderá dizer-se que o KMT é o principal proponente do nacionalismo chinês, algo que está no fundamento da sua “Política Continental” (*Mainland Policy*).

As identidades chinesa e taiwanesa não se separam por etnia, pois esta é largamente Han, mas sim por faixa etária. No entanto, a nomenclatura de “taiwanês” é bastante mais complexa, atendendo ao meio milhão de aborígenes polinésios que vivem na ilha e são descendentes dos “taiwaneses originais” (Laliberté, 1997, p. 2-3). Quando o governo de Chiang Kai-shek foi exilado para a ilha de Taiwan, os taiwaneses nativos não vieram os seus novos governadores Han positivamente. O governo da RC em Taiwan começou de forma autoritária de maneira a evitar qualquer subversão ideológica por parte do continente (Chao & Myers, 2000, p. 388). Vivia-se uma ditadura liderada pelo KMT onde os oficiais do governo eram escolhidos pelo partido e pertencer ao partido era um requisito para ser promovido. O KMT podia descrever-se sucintamente como fez Xu Dian-qing (1997, p. 407), “nenhum partido pode representar o povo inteiro. A nação pertence a todos e o partido só a alguns”. Após anos de erosão do seu autoritarismo, o KMT acabaria por ceder gradualmente a uma política mais liberal e tolerante.

A posição do KMT de Chiang acerca da questão de Taiwan é, ironicamente, a mesma que a do PCC, isto é, só existe uma China e a ilha de Taiwan faz parte dela. No entanto, o KMT é o verdadeiro representante do povo chinês, enquanto o PCC é um governo ilegítimo (Laliberté, 1997, p. 7). A posição do partido de Chiang acerca do PCC era particularmente

severa. Em resposta à “Mensagem aos compatriotas em Taiwan” de Deng Xiao-ping, Chiang emitiu uma política de “Três Nãos”: “Não há contacto; não há compromisso; não há negociação com o regime comunista” (Weng, 2002, p. 714). Independentemente da posição do KMT acerca do Continente, o regime já se teria habituado à realidade de que o PCC controlava o Continente quando Chiang Ching-kuo, filho de Chiang Kai-shek, subiu ao poder em 1978 (Laliberté, 1997, p. 7). A administração de Chiang Ching-kuo causou a “Taiwanização” do país, bem como do partido (Tan, 2002, p. 155).

O KMT é, contudo, o partido unificador de Taiwan. Acredita na unificação do Continente e da ilha (Laliberté, 1997, pp. 10-11), apesar de inicialmente ver o PCC como uma facção rebelde e ilegítima. Hoje em dia, o KMT é visto por uns como “amigável” ao Continente, em parte graças aos seus esforços pela unificação. A plataforma de notícias “Nikkei Asia” (2021) notou a eleição do líder do KMT, Eric Chu, como um sinal de que o partido se aproxima cada vez mais de Pequim, e que a “eleição de Chu evidencia que o KMT é um partido que está a olhar para trás”.¹⁸ O KMT é o partido que representa o nacionalismo chinês no sentido em que acredita que Taiwan é parte inalienável da China e que o destino dos chineses continentais em Taiwan é voltar à pátria mãe eventualmente. Ma Ying-jeou, presidente taiwanês do KMT entre 2008 e 2016, foi um grande proponente do nacionalismo chinês e das políticas de reunificação. A análise de Dean P. Chen (2017b, pp. 101-102) ajuda a compreender as nuances da política externa e continental do KMT. O autor argumenta que a sua política de aproximação com o Continente poderá ter ajudado a alienar a base eleitoral do KMT, que se mostraria cética acerca de relações mais próximas com a RPC bem como o esforço do KMT de colocar a RC num enquadramento de “Uma-China”. Adicionalmente, sendo Taiwan uma democracia liberal, as elites governativas do país tendem a ser castigadas eleitoralmente sempre que se mostram demasiado alheias à sua base eleitoral, algo que acabou por acontecer em 2016 quando o KMT passou a ser o partido de oposição após oito anos de mandato.

Durante a presidência de Ma Ying-jeou, a Política Continental do KMT parece ter andado à volta do Consenso de 1992, quando o KMT e o PCC chegaram ao acordo de que só havia uma China e Taiwan pertencia a essa China. O KMT promovia uma reunificação cultural e que deixasse claro que os Taiwaneses são chineses, não um povo diferente (id, p. 102-103). A abordagem de Ma à China Continental era uma de reintegração, numa política que afirmasse a cultura e identidade taiwanesa como chinesa Han.

¹⁸ Aqui, a *Nikkei Asia* utiliza a expressão “*looking backward*”, que sugere uma conotação “retrógrada” e não simplesmente “reminiscente do passado”.

Esta campanha “Sino-cêntrica”, que negligenciaria a identidade e herança cultural taiwanesa, e por conseguinte, uma significativa parte do eleitorado taiwanês, terá sido o principal fator que custaria as eleições de 2016 ao KMT. A integração económica, traduzida na erosão de soberania económica de Taiwan, também terá contribuído para o facto (ibid.).

Esta aproximação de Pequim da administração Ma pode ser vista como uma sugestão de *bandwagoning*, a abordagem realista de política externa onde um estado se alinha com uma grande potência por vê-la como uma potencial ameaça, ou, alternativamente, por crer que uma aliança com dita potência poderá funcionar como impedimento a outras ameaças. Neste caso, o *bandwagoning* do KMT não existe necessariamente só por causa do benefício de uma RPC amigável (e por isso menos disposta ao confronto militar como solução para a questão de Taiwan), mas sim porque a legitimização da RC como representante de todos os chineses está no interesse do KMT. O *bandwagoning* do KMT justifica-se pelo partido, em particular com Ma Ying-jeou, crer que as vantagens de uma aproximação ao Continente ultrapassam as desvantagens. A filosofia do KMT na sua aproximação ao continente poderá potencialmente ser sumariada com as palavras de Luís Cunha (2008, p. 185): “a China é uma ameaça, mas também uma oportunidade para Taiwan”, i.e., o KMT poderá pretender utilizar o potencial económico chinês para se desenvolver economicamente em torno. A gradual democratização da China também poderia tornar o KMT mais popular e aproximar Taiwan à ideia de reunificação pacífica.

Por fim, poderemos notar que o KMT não faz *bandwagoning* somente com Pequim. Esta aproximação política também se verifica com os EUA. Isto poderá dever-se ao facto de que se a segurança de Taiwan é potencialmente ameaçada pelo Continente, é por contrapartida salvaguardada pelos EUA (Chen, 2017, p. 104). A amigabilidade do KMT aos EUA, e vice-versa, poderá dever-se também ao facto de que entre os dois partidos principais em Taiwan, o KMT é o menos perturbador do *status quo*. Para os EUA, é importante alinhar-se com o princípio de Uma-China da RPC, que o KMT também respeita, pelo menos parcialmente: “*We oppose any unilateral decision by either China or Taiwan to change the status quo*” (ibid.).

No seu discurso por ocasião do Dia Nacional de Taiwan, a 10 de outubro de 2014, Ma falou das relações com o Continente. Mencionou que tinham passado de confrontação à aproximação, mais uma vez reforçando o seu compromisso a manter o Consenso de 1992, ao qual chamou a “chave para a paz nas relações no Estreito”. Acaba por fazer um apelo aos Chineses Continentais, afirmando que “agora é a melhor altura para (...) caminhar em direcção à democracia constitucional” (ROC, 2014).

O Gabinete Presidencial de Taiwan (*ROC Presidential Office*) tem patente, no seu site oficial, a Política Continental do presidente. Ma “*consistently seeks, under the framework of the ROC Constitution, to maintain the status quo, defined as "no unification, no independence, and no use of force" in the Taiwan Strait*” (Office of the President of the ROC, 2016). A postura oficial da RC parece, portanto, ser que Ma respeita e reconhece a importância do Consenso de 1992, mas mantém a sua interpretação do seu significado. Num discurso “remoto”¹⁹ perante a “*Society of Publishers in Asia*” de Hong Kong, já depois da eleição de Tsai Ing-wen como nova presidente em Taiwan, Ma recordou o seu mandato como um que trouxe maior estabilidade ao Estreito de Taiwan (Taiwan News, 2016). Ao mesmo tempo, inferiu que os seus antecessores e as suas tentativas de renegociar o Consenso de 1992 ou insistir na existência de dois estados separados no Estreito tinham ajudado a destabilizar as relações com Pequim.

O partido mostrou-se muito mais próximo de Pequim do que o seu rival, o PPD. Com Ma, Taiwan adotou uma política de “*chinezização*”, por meio de campanhas culturais de disseminação da identidade chinesa. Aproximou-se de Pequim com maior integração económica e cultural, mas pouco mostra que tanto o KMT como a sua base eleitoral aceitariam qualquer tentativa de uma reunificação atualmente. O cenário descrito por Laliberté (1997, p. 10) há 25 anos parece válido ainda hoje: “*(...) No defender of the “One China” thesis advocates reunification within the coming decade. Everyone in Taiwan sees that the gulf in socio-economic conditions between the two countries is too vast and that Taiwan would lose in the process.*” No fundo, para inserir o KMT no realismo, pode concluir-se, portanto, que no período de análise em questão de 2008-2016, o KMT com Ma Ying-jeou tomou uma abordagem com elementos característicos de *bandwagoning*. No entanto, não se pode totalmente chamar à Política Continental do KMT de *bandwagoning* porque este processo político requer que um estado mais pequeno forme uma aliança com uma grande potência. Mas não é esse o caso, pois o KMT, como evidenciado pela sua aceitação do Consenso 1992 com interpretações próprias, não deseja uma aliança com a China, mas sim uma reunificação sob sua alçada e sob um sistema democrático. Além disso, apesar de favorecer um cenário de reunificação, é pouco provável que o KMT aceite qualquer atual proposta de Pequim. Tudo indica que esta política de aproximação com elementos semelhantes a *bandwagoning* serve os interesses do KMT de apaziguar uma China intimidante enquanto que ao mesmo tempo defende a ideia utópica de que um dia o

¹⁹ O ex-presidente Ma notou que tinha sido proibido de viajar para Hong Kong pela administração Tsai, lamentando não poder estar em pessoa e mostrando a animosidade para com a nova presidente e o PPD.

partido de Chiang Kai-shek irá novamente governar no Continente, uma visão pragmática que faz sentido para uma abordagem realista. A análise de Dean P. Chen defende esta lógica:

Taipei's rapprochement toward the PRC began, initially in May 2008, as a rational national interest policy to stabilize Taiwan's precarious strategic and economic positions after years of cross-strait tensions under the former Chen Shui-bian administration that severely strained Taipei's ties with both Beijing and Washington (Chen, 2017, pp. 56-57).

Por outras palavras, Taiwan sob o KMT de Ma aproximava-se da China Continental numa abordagem semelhante a *bandwagoning* não para se alinhar com a mesma mas sim numa ótica defensiva que impedisse o PCC de alienar o país bem como o seu povo. Poderá dizer-se que, na sua ambição tradicional de se considerar como o governo legítimo de toda a China, o KMT aproximou-se do Continente para evitar o afastamento político e identitário entre os Chineses Han e os Taiwaneses. No entanto, seriam as políticas de reaproximação de Ma Ying-jeou que acabariam parcialmente por levar à derrota do KMT nas eleições de 2016.

3.2. A política externa do PPD no realismo

Se o KMT é o partido reunificador de Taiwan com uma política realista aproximada de *bandwagoning*, há espaço para argumentar que o PPD é o partido independentista que prefere *balancing*. Para analisar a política externa do PPD bem como se insere no realismo, é, no fundo, necessário analisar o conceito de nacionalismo taiwanês, a Política Externa e Continental do PPD e a agenda política da líder Tsai Ing-wen, atual presidente de Taiwan. Atualmente, o PPD é o partido governante já desde 2016.

3.2.1. O nacionalismo taiwanês e o PPD

Comece-se por analisar o conceito de nacionalismo taiwanês, ideologia principal do PPD, que faz deste partido oposto direto do KMT em assuntos de identidade (Laliberté 1997, pp. 10-11), apesar de não representar grande oposição para o KMT até finais do século XX, tendo até então o seu poder político limitado por pressão do PCC. Chen (2017, pp. 41-42) descreve o PPD como um partido com uma ideologia fundamentalmente diferente da do seu adversário, e como um partido hostil a Pequim. Por exemplo, o PPD apelou a um maior orçamento militar durante a administração Ma, que também criticou como sendo demasiado amigável a Pequim. Apoiou o “Movimento Girassol” (*Sunflower Movement*), um movimento de protestos estudantis contra a crescente integração económica do KMT com Pequim em 2014.

Em suma, o PPD é um partido que não se agarra à ideia de governar o continente como líder do povo chinês. Em vez disso, apoia o movimento independentista em Taiwan, argumentando que o povo taiwanês é cada vez mais distinto do chinês continental e apoiando a ideia de um estado Taiwanês totalmente independente de Pequim. É uma ideologia que descarta por completo o princípio de Uma-China, não obstante as duas interpretações existentes do PCC e do KMT. Por esse motivo, o PPD é muito menos amigável a Pequim, e também não pretende manter o *status quo* no Estreito.

3.2.2. A Política Continental e Externa do PPD

Nesta secção serão analisadas textos de vários autores que descrevam a política continental e externa de Tsai Ing-wen. O objetivo é ter uma ideia das tendências do PPD através do levantamento teórico para depois entender como se insere no realismo.

A Política Continental do PPD é bem resumida por T.Y. Wang (2000) e está em linha com o seu princípio de nacionalismo taiwanês moderado.²⁰ Primeiro, a fórmula “Um País, Dois Sistemas” é totalmente inaceitável para o PPD, porque o partido assume que existem dois estados no Estreito. A promessa de Pequim de que Taiwan terá um elevado grau de autonomia e autogovernança se aceitar tornar-se uma região especial administrativa da RPC é vista pelo PPD simplesmente como uma tentativa de convencer Taipé a abandonar a sua liberdade. O facto de Pequim se recusar a renunciar à violência militar para tomar a ilha é um muito melhor indicador das suas verdadeiras intenções, argumenta o PPD. A forma como este princípio é defendido pelo partido tem variado de líder para líder. PCC não exerce, nem nunca exerceu, controlo sobre a ilha,²¹ e, portanto, com a manutenção do *status quo* no Estreito, Taiwan permaneceria efetivamente independente, mesmo sem reconhecimento internacional.

Na atualidade, Tsai Ing-wen é uma líder cuidadosa que reconhece o Continente como uma ameaça expansionista e se posiciona continuamente com órgãos e estados que efetuem ações como demonstração de apoio por Taiwan (Office of the President of the ROC, 2022). É possível entender que o PPD não é um *bandwagoner* e que se distancia ao máximo do Continente a todos os níveis, sem perturbar demasiado o *status quo*.

Já a política externa do PPD passa por esforços que levem ao reconhecimento de Taiwan internacionalmente. Ela reconhece as nuances da Questão de Taiwan, mas ao contrário do KMT, não tenta apaziguar Pequim de forma ativa. No entanto, fora do Estreito de Taiwan, o PPD tem três vias diplomáticas por onde pode enveredar, e as quais podem justificar uma abordagem de *balancing*. A primeira e mais óbvia é a dos Estados Unidos, aliado-chave de Taiwan. Em segundo, há o Japão como potência regional e seguro aliado americano. Terceiro, Taiwan tem opções diplomáticas no Sudeste Asiático, uma região que se mostra economicamente acolhedora para o estado insular. Relativamente à relação entre o PPD e os EUA, o *status quo* no Estreito de Taiwan é essencial para manter a estabilidade das relações do triângulo Pequim-Taipé-Washington. O PPD mostra reconhecer a importância dos EUA como aliado, e age de forma cuidadosa para não interromper o *status quo*, algo que afastaria o apoio americano. No entanto, a liderança do PPD antes da vitória

²⁰ De acordo com Wang, até mesmo os mais fervorosos proponentes do nacionalismo taiwanês no PPD exercem alguma moderação, pois não descartam por completo as ligações culturais e linguísticas entre as identidades chinesa e taiwanesa.

²¹ Inclusive, o PPD defende que legalmente a RPC não tem qualquer direito sobre a ilha de Taiwan. Quando o Japão renunciou o controlo da ilha depois da Segunda Guerra Mundial, o tratado não especificou que a posse da ilha seria transferida para o PCC.

de Ma Ying-jeou em 2008 “foi responsável por 13 anos de tensão entre Washington e Pequim, uma tensão que veio a ser apaziguada com a eleição de Ma do KMT e as suas políticas de reaproximação com o Continente” (Stutter, 2019, pp. 209-210). A posição nacionalista, relativamente amigável com Pequim, mostrou-se como preferida pela administração Obama por ser a que menos perturbava o *status quo*. Com a eleição de Donald Trump em 2016, no mesmo ano em que Tsai Ing-wen venceu as eleições com maioria absoluta pelo PPD, a política americana quanto a Taiwan mudou, tendo Trump abertamente questionado a passada preferência dos EUA em negociar com Pequim em vez de Taipé (id, p. 211).

Wang Yuang-kang (2019, p. 249) relata que as relações do triângulo Pequim-Taipé-Washington são vistas por apaziguadores como uma em que os EUA devem abandonar Taiwan e respeitar a esfera de influência chinesa para uma resolução pacífica da questão. No entanto, Wang acredita que este “acomodacionismo” é a perspectiva errada. Por exemplo, acomodar a China com Taiwan significa que Washington poderia perder uma importante posição estratégica na Ásia Pacífico: “*the ultimate objective of US grand strategy toward Asia is to maintain a regional balance of power. In that regard, Taiwan is an asset, not a liability*” (Wang, 2019, p. 263). Por outras palavras, Taiwan como uma potência regional democrática alinhada com os EUA pode servir os interesses americanos na região Ásia-Pacífico servindo como obstáculo às ambições chinesas continentais. Por essa razão, está no seu interesse equilibrar-se com os EUA e usufruir da sua vantagem geopolítica.

Na perspectiva de Vincent Wang e Jacques deLisle (2021, p. 161), as relações entre a administração Tsai e os EUA têm mostrado ser estáveis e prósperas, particularmente à medida que a administração Trump desenvolveu a sua política de Taiwan para lhe fornecer mais apoios. Já com a administração Biden, apesar da incerteza de muitos em Taiwan acerca da manutenção de boas relações com os EUA após a mudança da presidência, a política americana relativa a Taiwan “foi mais marcada por continuidade do que por uma quebra com a administração anterior” (Kühn, 2021). Por outras palavras, Joe Biden não irá alterar significativamente a política de Taiwan em relação a Donald Trump, tendo já várias vezes dito que em caso de um ataque chinês, os EUA estariam lá para defender a ilha (BBC, 2022).

Portanto, a nível de alinhamento com os EUA, Taiwan está numa posição favorável. O governo americano garantiu administração após administração, mesmo de partidos e alas diferentes, que Taiwan é uma prioridade securitária na Ásia Pacífico. É pouco provável que haja uma rutura de aliança entre os dois países; mais, o alinhamento entre os dois e os continuados esforços de Taiwan e do PPD de se aproximarem aos EUA mostram uma

tendência de *balancing*, onde Taiwan receia o expansionismo de uma grande potência vizinha e se alinha com outras potências como método de defesa.

Resta entender o nível da relação entre o PPD e o Japão. Fukuda Madoka (2019), na sua análise à relação entre Taiwan e o Japão, afirma que as relações entre o Japão e Taiwan têm vindo a ser cada vez mais próximas. Fukuda descreve as relações entre os dois estados como “normais”, como qualquer outro tipo de relações entre dois estados, apesar de oficialmente estarem limitadas aos campos cultural e económico.

Durante Ma Ying-jeou, apesar da proximidade do falecido ex-Primeiro Ministro japonês a Taiwan, as relações entre os dois países estagnaram graças à preferência do KMT de se aproximar do Continente. Já Tsai chegou a dizer que a relação Taiwan-Japão “é de muito maior importância do que a relação com os EUA” para si (id, p. 311).

Os constrangimentos estruturais internacionais são cada vez menos impeditivos às relações entre Tóquio e Taipé. Isto pode notar-se na retórica mais ousada de importantes figuras japonesas sobre uma potencial invasão chinesa continental. Por exemplo, Nakayama Yasuhide, Vice-Ministro da Defesa japonês, afirmou numa conferência sobre segurança em junho de 2021 que “o Japão tem de proteger Taiwan como país democrático” (NPR, 2021). Em novembro de 2021, Abe Shinzo²² disse no *think tank* taiwanês *Institute for National Policy Research* que “uma emergência taiwanesa é uma emergência japonesa, e, portanto, é uma emergência para a aliança Japão-EUA. As pessoas de Pequim, em particular o presidente Xi Jin-ping, não devem ter quaisquer dúvidas acerca disto” (CNBC, 2021). Após um período de relações relativamente distantes durante o governo de Ma Ying-jeou, “as relações entre Tóquio e Taipé nunca foram tão próximas como com Tsai Ing-wen” (Dreyer, 2021). Os dois países partilham laços ideológicos e económicos, como afirmou o Ministro de Negócios Estrangeiros japonês, Kishida Fumio, em 2016.

Apesar da falta de relações diplomáticas oficiais, os dados académicos e mediáticos revistos aparentam mostrar que Taiwan e o Japão se veem como importantes aliados, especialmente com Tsai no poder. Dada a semelhança ideológica/governamental entre os dois, tal não é impressionante. É um exemplo perfeito do *balancing* de Kenneth Waltz.

Finalmente, sobre as relações entre PPD e o Sudeste Asiático, estas são maioritariamente de cariz económico e não-oficial, mas isso não faz delas menos notáveis para análise. Samuel Ku (2019) afirma que Taiwan é um dos maiores parceiros económicos

²² Tal como em mandarim, os apelidos vêm antes do primeiro nome em japonês. Este foi o modelo adotado com o nome de Abe Shinzo e qualquer outro nome japonês aqui apresentado. No entanto, é comum encontrar o nome do ex-PM japonês como “Shinzo Abe”, com o primeiro nome vindo em primeiro lugar.

dos países da região, e que 95% dos trabalhadores estrangeiros na ilha são Sudeste Asiáticos. Ainda assim, argumenta o autor, a impossibilidade de participar em órgãos internacionais que requerem reconhecimento internacional como requisito para se ser membro dificulta muito a credibilidade de Taiwan como parceiro diplomático.

Com a postura da presidente Tsai de negar o Consenso de 1992, as relações com Pequim estão particularmente fracas (id., p. 287). Desde a sua democratização, Taiwan em si não teve nenhuma relação bilateral notável com um país do sudeste asiático exceto as Filipinas, que têm uma grande quantidade de trabalhadores migrantes em Taiwan. De resto, não é certo como é que os estados do Sudeste Asiático poderão ajudar Taiwan numa altura de isolamento diplomática.

A democratização de Taiwan pode funcionar como base para o fortalecimento de relações com estados democráticos forneceu um modelo importante para os variados estados da região, como as Filipinas, a Tailândia ou a Indonésia. Apesar disso, há poucos dados que comprovem que Taiwan pode depender destes estados numa crise envolvendo Pequim. O mais provável é a relutância dos mesmos em ajudar graças à sua dependência da China Continental. Vale a pena lutar que as Filipinas e a Tailândia se consideram aliados dos EUA, ainda assim. Torna-se incerto o posicionamento destes países na questão de Taiwan.

As cuidadosas aproximações de Taiwan mostram que procura parceiros diplomáticos à medida que tenta com grande esforço dissimular abordagens diplomáticas sob o manto de trocas culturais e económicas. Exemplo desta dissimulação é uma espécie de abordagem de “diplomacia indireta” que Taiwan tem com outros países; não podendo abrir gabinetes diplomáticos oficiais no estrangeiro por não ser reconhecido, Taiwan abre “Centros Culturais e Económicos”, como acontece em Tóquio, Manila, Nova Iorque, Lisboa, etc. Qualquer relação que possa ter com o exterior, mesmo que não seja oficial, é uma prioridade alta para o país. Tal não é necessariamente único ao atual governo do PPD, mas sendo o partido hostil a Pequim, faz mais esforços para procurar boas relações com os seus vizinhos e com os EUA do que o KMT, que tinha com Ma Ying-jeou uma política de apaziguamento. Tendo em conta os recentes apoios dos EUA, tanto durante a administração Trump, como sob a atual administração Biden, Tsai Ing-wen procura boas relações com os vizinhos que sejam ideologicamente semelhantes, nomeadamente as Filipinas, o Japão e a Coreia do Sul. As relações com o Sudeste Asiático mostram-se notavelmente mais difíceis para o PPD. Considerando que a China é o maior parceiro de comércio de muitos dos países na região, poucos têm coragem para aguentar as consequências dos boicotes chineses.

3.2.3. A agenda política de Tsai Ing-wen e os desafios à sua administração

Desde a sua eleição em 2016, a líder do PPD tem enfrentado vários desafios com o Continente. A ambição de maior autonomia taiwanesa por parte do PPD pode sentir-se em algo tão simples como a declaração de Tsai em 2016 de que a sua administração tinha planos para subir o orçamento de defesa para 3% do PIB do país (Wang, 2019, p. 261).

No seu discurso inaugural, Tsai Ing-wen mencionou a ASEAN e a Índia ao discutir o quarto ponto de foco do seu governo, “Paz e Estabilidade Regional e Relações no Estreito de Taiwan”. A presidente disse que Taiwan iria trabalhar para construir relações de desenvolvimento económico e tornar-se num parceiro indispensável em discussões de paz e estabilidade. Usando linguagem cuidadosa, optando por se referir à RPC como “o outro lado do Estreito” e “a área continental” em vez de nomes oficiais, referiu também a possibilidade de construir ligações de desenvolvimento com o Continente. De forma ainda mais decisiva, afirmou que Taiwan se tornará num “guardião da paz”, que pretende criar um mecanismo para resolver disputas ou permitir o desenvolvimento mútuo (ROC, 2016a). Torna-se claro pelo discurso de Tsai que os valores democráticos e progressivos do país são importantes para a sua agenda e para a identidade do seu partido. Também é evidente a linguagem propositadamente ambígua em temas de aproximação diplomática e económica.

Para Pequim, é problemático que Tsai não tenha feito reconhecimento explícito do Consenso de 1992, nem apresentado propostas concretas para assegurar a estabilidade e segurança no Estreito (RPC, 2016). No mesmo ano, a RPC suspendeu canais de comunicação intergovernamentais a alto nível. Daqui em diante, o mandato de Tsai a nível de relações no Estreito foi marcado por uma retórica menos sinocêntrica (contrária à de Ma Ying-jeou), incluindo o diálogo com o Continente num enquadramento regional de “*Southbound Policy*”. Mostrando maior assertividade em relação ao seu antecessor, Tsai também apelou várias vezes aos líderes de Pequim para que “não ignorassem a realidade de que a República da China existe” (ROC, 2016b). Ao mesmo tempo, a campanha de desinformação, propaganda e guerra diplomática da administração Xi intensificou-se, à medida que entre 2016 e 2019, sete dos países que reconheciam Taiwan em detrimento da RPC trocaram Taipé por Pequim (Hsiao & Hsiao, 2021, pp. 131-134). A administração Tsai é, até à data, a mais afetada por campanhas de desinformação mandatadas pelo governo Continental, mas também é a mais atenta a combatê-las. Por exemplo, em 2019, a Ministra Digital de Taiwan, Audrey Tang, revelou que o governo tinha criado “fábricas de *memes*” cujo propósito era combater a propaganda do PCC na internet (Blanchette, et al., 2021). No mesmo ano, o Gabinete de Guerra Política do Ministério da Defesa Nacional taiwanês anunciou que iria

estabelecer uma equipa especializada com o propósito de combater propaganda numa filosofia de “apagar e clarificar todas as mensagens falsas” (id, 2021).

No entanto, o PCC não se fica pela guerra de informação; outro desafio constante que certamente preocupa o governo taiwanês e justifica o aumento do investimento na defesa é a consistente violação da “ADIZ” (*Air Defense Identification Zone*).²³ Nos últimos dois anos, e particularmente em 2022, houve violações deste espaço aéreo de identificação por parte da Força Aérea do ELP com uma frequência quase semanal. Por exemplo, só em fevereiro de 2022, houve 17 incursões na ADIZ (Taiwan News, 2022). As incursões não se limitam ao espaço aéreo; a Marinha do ELP também executa exercícios combinados com a Força Aérea no sul e sudoeste da ADIZ. Em maio de 2022, houve um exemplo deste tipo de exercício (Reuters, 2022). Neste caso específico, a ELP reconheceu a realização de “exercícios militares” na zona com o propósito de testar capacidade militar. Não elaborou nem reconheceu as violações da ADIZ taiwanesa. De acordo com o Pentágono, o ELP tem um papel fundamental em tentativas consistentes de coação e ameaça militar através da projeção da Força Aérea no ADIZ de Taiwan (Hsiao & Hsiao, 2021, p. 135). Crê-se que o aumento substancial de ação militar no estreito desde a eleição de Tsai possa ser uma forma de coação para trazer de volta o *status quo*. Infelizmente para o PCC, o resultado das suas campanhas coercivas é muito diferente do pretendido, pois dois dos seus maiores impactos são a alienação e crescente desaprovação do povo taiwanês do Continente e a preocupação popular pelo orçamento de defesa e segurança.

Ao nível cultural, Tsai Ing-wen prefere rejeitar a dualidade entre chinês e taiwanês e apela à diversidade como força do país. Já em 2015, propôs o desenvolvimento de uma nova era para a arte, uma espécie de “Renascimento Taiwanês”, contrastando ao “Renascimento Chinês” promovido por Chiang Kai-shek em 1966. A presidente acredita que a cultura faz parte integral de uma nação e não crê que esteja necessariamente conectada à política, mas sim ao povo (Shih, 2021, p. 286). A política cultural de Tsai teve como objetivo facilitar as trocas culturais dentro da sociedade taiwanesa, e priorizar a proteção de todos os aspetos da cultura de Taiwan, como a arte, a história, e a diversidade, bem como utilizar a cultura como um método de aproximação diplomática entre Taiwan e a comunidade internacional (id, p. 304).

²³ O espaço aéreo de Taiwan difere da ADIZ. A ADIZ é uma área que se estende além do espaço aéreo Taiwanês, e é uma área que o país monitoriza para poder reagir a violações do espaço aéreo com maior flexibilidade.

Em conclusão, o PPD parece entender a necessidade de relações amigáveis, ou pelo menos estáveis, com o Continente, bem como a necessidade de reduzir a confrontação entre os dois lados a um mínimo. O PPD dá sinais de que entende o perigo de estar politicamente isolado, pelo que tenta manter o *status quo* de uma forma que lhe seja “ideologicamente aceitável”, mas sem provocar o Continente. Ainda assim a linguagem de Tsai Ing-wen é bastante mais assertiva do que a do seu antecessor. Enquanto Ma Ying-jeou era um apaziguador, Tsai é firme acerca da posição do seu partido; Taiwan é um país independente e distinto da China Continental, e a sua reeleição em 2020 prova que é esse o rumo pretendido pela população. As ligações culturais, identitárias e económicas entre Taiwan e a China não são negadas, mas a sociedade taiwanesa já se desenvolveu o suficiente para se poder dizer distinta da chinesa. Ao nível diplomático, o PPD procura ligações com os seus vizinhos baseadas na ideologia do país. Para o PPD, a democracia é um pilar central não só da identidade taiwanesa como das relações que tem com exterior. Quaisquer alianças procuradas pelo país serão feitas com outras democracias, nomeadamente o Japão, a Coreia do Sul e as Filipinas. São três estados vizinhos, relativamente democráticos e cujo território é disputado pela RPC, o que os torna alvos prioritários numa política de *balancing* por parte do PPD. Por outras palavras, estes estados relativamente semelhantes em escopo económico e ideológico a Taiwan são a sua melhor hipótese para uma aliança que tente impedir agressões chinesas continentais.

Vimos no Capítulo 1 relativamente ao realismo e os seus fundamentos que o debate entre o realismo defensivo e ofensivo é dominante. Por um lado, os realistas defensivos argumentam que um mundo anárquico incentiva os estados a criarem alianças, a equilibrarem-se uns com os outros e a tentar estabelecer estabilidade através de hegemonia sempre que possível. Por outro, os realistas ofensivos defendem que a anarquia incentiva os estados a tomarem posturas mais agressivas e que, apesar do objetivo principal nos dois ramos ser a sobrevivência, os métodos que os estados realistas ofensivos utilizam têm sempre em mente o próprio ganho e a perda alheia. Num *continuum* realista ofensivo-defensivo, a China apresenta práticas de um estado realista ofensivo, ainda que com retórica defensiva nas suas tentativas de expansão política, económica e até militar. Enquanto isso, Taiwan posiciona-se como realista defensivo ao tentar criar alianças com estados ideologicamente alinhados consigo, esforçando-se ao mesmo tempo para não escalar a situação e provocar uma China que é cada vez mais poderosa.

Capítulo 4. Uma dicotomia Marxista–Liberal

Até agora, estabeleceu-se o comportamento realista nas relações do estreito de Taiwan. Como Feng (2006, p. 639) notou, os realistas, tanto ofensivos como defensivos baseiam o posicionamento dos estados na incerteza da anarquia internacional. No entanto, pode debater-se que a Questão de Taiwan não é totalmente anárquica ou que envolve incertezas. Não se pode considerar como totalmente anárquica porque os Estados Unidos atuam como força mediadora até certo ponto. Também não há grande incerteza acerca das intenções de cada lado. A RPC pretende a unificação do Continente com Taiwan, e a RC, dependendo do partido no poder, pretende ou a unificação com um governo democrático no poder, ou a total independência e soberania de Taiwan.

Portanto, apesar de extremamente versátil, bem fundamentado e condicionalmente adequado para este tema, as vertentes relevantes do realismo acabam por ter certas limitações na forma como descrevem a questão de Taiwan, e pode ser complementado por diferentes teorias. Como vimos no Capítulo 1 relativamente às crenças e ideologias dos líderes realistas, estabeleceu-se que o realismo é em grande parte alheio a estes fatores ideológicos e crenças pessoais dos atores responsáveis pelos estados. Por outras palavras, no realismo, os atores individuais não são muito mais que robôs com intenções pragmaticamente egoístas. No entanto, a vertente ideológica é um dos principais fatores para definir a Questão de Taiwan. Para qualquer um dos partidos em Taiwan, a unificação seria completamente inaceitável sem que houvesse uma democratização completa do Continente, por exemplo. Já Pequim defende que “não seria razoável nem democrático forçar os 1.4 mil milhões de pessoas que vivem na RPC a um sistema político taiwanês” (Cunha, 2008, pp. 53-54). Por outras palavras, dificilmente haverá qualquer compromisso significativo neste sentido em parte devido às diferenças ideológicas de cada lado do Estreito, algo que o realismo não tem em grande consideração.

Considerando, portanto, que a origem da questão de Taiwan se deve em grande parte à vertente ideológica, na medida em que o Marxismo-Leninismo da China Continental está oposto à democracia liberal de Taiwan, descrever uma dicotomia ideológica pode ser relevante para a inserção da questão nestas duas TRI. Esta dicotomia, que será designada como “espectro Marxista-Liberal” neste capítulo, é um sólido complemento às mencionadas limitações do realismo para descrever as relações no Estreito de Taiwan, mas o que este capítulo propõe é inserir a Questão de Taiwan num *continuum* Marxista-Liberal. Este *continuum* baseia-se no materialismo e na economia como fatores centrais à questão de

Taiwan. É um *continuum*, isto é, um espectro político contínuo, porque o tema central é o materialismo, mas cada extremo deste espectro tem uma abordagem estruturalmente diferente. Um desses extremos é o Marxista, e o outro é o Liberal. Cada abordagem será abordada em detalhe nos seguintes subcapítulos.

O enquadramento da China e de Taiwan num espectro Marxista-Liberal é um enquadramento tanto ideológico como económico. Ao nível económico, o capital, i.e., os recursos económicos, humanos ou industriais, são um fator central deste enquadramento. Ao nível ideológico, importa a forma como o capital é utilizado para atingir os interesses nacionais. Far-se-á primeiro um curto resumo de cada uma dessas teorias das RI. Segue-se então o enquadramento da China e de Taiwan em cada um dos lados.

4.1. O Marxismo nas Relações Internacionais e na questão de Taiwan

O lugar do Marxismo nas RI é fortemente debatido e comumente desacreditado como tendo pouco ou nenhum contributo relevante para oferecer ao estudo das relações internacionais, o que se deve ao seu foco na produção como fator central ao sistema internacional (Linklater, 2005, pp. 111-112). No entanto, tal como o liberalismo, o Marxismo é uma teoria que veio a evoluir muito desde a concepção dos seus fundamentos.

Nesta secção, serão brevemente expostos alguns dos fundamentos do Marxismo, o que levará à análise da ideologia na China, em particular sob Xi Jin-ping. Por fim, veremos como uma visão Marxista da China influencia as relações entre os dois países.

4.1.1. O Marxismo como teoria aplicada pelo PCC

O desenvolvimento do Marxismo nas relações internacionais não caberia ao próprio Marx, mas sim aos académicos que vieram depois e discutiram a sua filosofia nas RI como Robert Cox ou Giovanni Arrighi. Adicionalmente, a adoção do Marxismo como ideologia de estado da União Soviética e da RPC também contribuiu para alterações e desenvolvimentos que servissem os seus interesses (Gilpin, 1987, p. 35), solidificando a noção de que é uma teoria que evolui com o tempo e à medida que é posta em prática. O estudo do Marxismo é vasto e contém um longo catálogo académico e literário, mas a maior parte dessa literatura não diz necessariamente respeito ao Marxismo como teoria das Relações Internacionais. Em síntese, o Marxismo é uma teoria maioritariamente económica, mas é difícil caracterizar a relação entre dois estados como “marxista”. No realismo, pode argumentar-se que a relação entre os mesmos é realista ao evidenciar que são atores numa comunidade internacional anárquica e que o objeto principal de cada um é a sobrevivência e segurança, independentemente do regime atuante. No Marxismo, é muito mais difícil identificar os fatores que identificam a relação entre dois estados como sendo marxista. É necessário observar a relação económica entre os dois para poder chegar-se a uma conclusão.

Neste capítulo, portanto, argumenta-se que as relações no Estreito podem ser vistas como um Espetro Marxista-Liberal, no qual a China Continental se posiciona na ala Marxista. Este argumento defende-se através de dois fatores principais; primeiro, a China de Xi Jin-ping tem como missão a internacionalização do seu sistema através da expansão de influência económica e eventualmente política, considerando que a internacionalização da revolução do proletariado como uma tendência da ideologia, tendo até sido apelidada por

Lenine como “global” (Rothenberg, 1995, p. 422). Segundo, tanto em geral como na questão de Taiwan, a China utiliza o seu vasto capital e peso na comunidade internacional comercial como uma vantagem, isolando assim Taiwan e garantindo que detém o capital entre os dois, algo que levará à erosão gradual da autonomia económica (e potencialmente política) Taiwanesa. Esta prática é relevante no Marxismo devido à ideia de que o detentor dos meios de produção e do capital tem maior poder numa comunidade. De acordo com Marx, “o modo de produção da vida material condiciona a vida política, social e intelectual em geral” (Morgan, 2015, p. 656). Portanto, é possível dizer que é uma visão Marxista considerar que o controlo do capital leva ao controlo de outras esferas sociais.

Um exemplo disto numa situação relativamente semelhante é a “Doutrina Hallstein” na Alemanha Ocidental pré-1990. Esta doutrina estabelecia que qualquer país que reconhecesse que havia duas Alemanhas, mais especificamente, que reconhecesse a República Democrática Alemã (a Alemanha de Leste), seria considerado como um país não amigável à República Federal Alemã (a Alemanha Ocidental), e, portanto, quaisquer laços diplomáticos seriam cortados. É uma doutrina que é quase idêntica ao Princípio Uma-China, e representava bem a disparidade económica entre as duas Alemanhas. Sabendo que não era uma potência económica que se ignorasse facilmente, a Alemanha Ocidental teve o poder de colocar esta doutrina em prática (ainda que de modo limitado) exatamente por ter acesso a um capital imenso.

Segundo Marx, um indivíduo precisa de satisfazer as suas necessidades mais básicas antes de conseguir atingir qualquer outro objetivo. Numa sociedade doméstica, isto traduz-se em “guerra de classes”, algo que Marx defendia ser a origem do conflito ao longo da história humana. Também é de se considerar que, para Marx, o socialismo seria algo internacional que superaria o capitalismo, este último sendo uma consequência de séculos de feudalismo, guerra e imperialismo. Estes conceitos estariam na origem do globalismo. Graças a eles, a isolamento das antigas sociedades humanas foi desaparecendo. Ainda assim, o socialismo tinha como objetivo espalhar-se e quebrar as barreiras do mundo, sendo que a internacionalização é um fator importante do Marxismo (Linklater, 2005, p. 114-115).

No caso da China, o Marxismo acabou por se desenvolver como uma teoria própria chamada de “Socialismo com Características Chinesas”. Esta ideologia de estado, semelhante ao próprio Marxismo, não é uniforme. Cada líder chinês desde Mao tem colocado em prática a sua própria noção deste socialismo chinês. Por exemplo, as políticas Marxistas de Mao revelaram-se desastrosas para a China, tendo ajudado a arruinar a economia chinesa e significado a morte de milhões. Já a interpretação Marxista de Deng

Xiao-ping não só tirou a China do desastre económico em que se encontrava como também a tornou na economia de maior crescimento em poucos anos. Esta interpretação, apelidada “Pensamento Deng Xiao-ping”, era a consequência do que Deng acabaria por concluir sobre o Marxismo-Leninismo, nomeadamente de que não se podia aplicar o Marxismo de forma dogmática e da mesma forma a todas as sociedades. “Não há modelos fixos” (Chang, 1996, pp. 379-380), ou seja, cada país que pretenda colocar em prática esta ideologia tem de fazê-lo à sua maneira, ritmo e com as suas características.

O Marxismo-Leninismo de Deng era um retorno ao Marxismo clássico que colocava ênfase nas forças produtivas do país. A ideologia de Deng pretendia, no entanto, ser menos dogmática; o seu Marxismo “não era um repositório de verdades impecáveis, mas sim um método para descobrir soluções para os respetivos problemas” (Gregor, 2014, p. 212). Deng estabelecerá assim o precedente para uma China com uma abordagem Marxista adaptável às suas circunstâncias contemporâneas. A China de Deng era uma China aberta não só a novas soluções políticas como era aberta ao mundo, e iniciaria um distanciamento dos dogmas do Marxismo como ideologia política e económica única.

4.1.1. A manifestação do Marxismo Chinês na Questão de Taiwan

Tal como Mao Tse-tung e Deng Xiao-ping, Xi Jin-ping e a sua administração também têm desenvolvido o seu próprio pensamento, apelidado de “Pensamento Xi Jin-ping”. Esta linha ideológica coletiva é o que dá nome ao Marxismo-Leninismo colocado em prática na China contemporânea durante o mandato do atual presidente chinês. Por essa razão, ao analisarmos o lado Marxista deste espectro Marxista-Liberal, assumir-se-á que o Pensamento de Xi Jin-ping representa a ideologia Marxista no seu mandato.

É, portanto, necessário expor em que consiste este pensamento. Em 2013, pouco depois da sua ascensão ao Secretariado Geral do PCC, Xi deu um discurso no qual desenvolveu a ideia de Socialismo com Características Chinesas (Palladium, 2019). Nesse discurso, começa por estabelecer que o Socialismo com Características Chinesas é socialismo, “não qualquer outro -ismo”; se for alterado em qualquer sentido, perde a sua base científica. Adicionalmente, explica ele, variadas ideologias tiveram a oportunidade de tirar a China da ruína, mas todas falharam. “A única que conseguiu tirar a China da escuridão foi o Marxismo-Leninismo e o Pensamento de Mao Tse-tung”. De seguida, Xi aborda a caracterização comum do sistema político e económico chinês como um que é capitalista

híbrido, ou “capitalismo estatal”. Ele caracteriza tais nomenclaturas como totalmente erradas. Em vez disso, afirma que, independentemente do quanto a China se possa abrir ao mundo exterior, deve sempre aderir-se aos requisitos base propostos pelo Congresso Nacional do Povo para o Socialismo com Características Chinesas. Poderemos considerar estes requisitos como a base teórica do que Xi considera ser “socialismo chinês” para o sucesso da sua administração. Os principais que o mesmo menciona são a “liderança absoluta do Partido Comunista Chinês”; a colocação do “desenvolvimento económico no centro”;²⁴ a aderência aos “Quatro Princípios Cardinais”;²⁵ e, “no sentido de programa de reformas e abertura ao exterior, a construção de uma economia de mercado socialista, de política democrática socialista, uma cultura socialista avançada, uma sociedade socialista harmoniosa e uma civilização ecológica socialista” (Palladium, 2019, para. 15). Adiante, Xi faz uma breve referência a um importante aspeto do Marxismo e do socialismo: o aspeto internacional. Xi refere que, à medida que a teoria socialista chinesa se desenvolve e o sistema amadurece “a superioridade do [sistema socialista chinês] será cada vez mais evidente”. Eventual e inevitavelmente, o “caminho [chinês]” terá cada vez mais influência no resto do mundo.

O Pensamento de Xi Jin-ping acabou por ser oficializado na Constituição da China em 2017. No entanto, a maior parte do que o constitui diz respeito a reformas económicas e sociais domésticas que afetam maioritariamente o povo chinês, e não diretamente a China como um ator internacional. Além disso, a distância entre a realidade e os fundamentos teóricos por detrás das políticas de Xi Jin-ping é significativa, por exemplo, no que cabe à paridade de riqueza na China. Ainda assim, há um importante aspeto relevante à posição internacional da China dentro do Pensamento de Xi Jin-ping e que também diz respeito ao chamado “Sonho Chinês”, o qual envolve a expansão da influência chinesa e a criação de laços amigáveis, mas que tenham a China como central. Esse aspeto é a Iniciativa OBOR (Garrick & Bennett, 2018, p. 101).

A OBOR, também oficializada na Constituição chinesa, é um elemento representativo das ambições internacionais do socialismo chinês. Ela pretende conectar a China continental a mais de 60 países até 2050 através da construção de infraestruturas como portos, caminhos de ferro e outras rotas comerciais, etc. O principal objetivo da OBOR é

²⁴ O termo utilizado na tradução é “*economic construction*”.

²⁵ Estes princípios, inicialmente propostos por Deng Xiao-ping, são: aderência ao caminho socialista; aderência à ditadura democrática do povo; aderência à liderança do PCC e aderência ao Marxismo-Leninismo e ao Pensamento de Mao Tse-tung (RPC, 2011).

fornecer à China vias económicas entre si e um coletivo de estados para criar um pólo económico chinês. Através do *Asian Infrastructure Investment Bank* (AIIB), o PCC pretende tornar o Rénmímbi a moeda principal dos vários estados que irão constituir este polo (id, p. 101). Tal irá sem dúvida trazer ditos estados para a esfera de influências chinesa nos próximos anos. Poderá argumentar-se que a OBOR é um motor da internacionalização do Marxismo. Através desta iniciativa, o PCC pretende influenciar economicamente estes estados e possivelmente trazê-los para a sua alçada política. Numa ótica Marxista, onde se argumenta que quem detém os meios de produção e o capital detém o poder numa sociedade, poderá defender-se que a China utiliza o seu potencial económico e comercial como uma forma de expandir o seu *soft power*. A OBOR mostra que, na divisão global da produção, a China “se tornou numa potência que estabelece regras em vez de as seguir”. Isto acontece graças ao seu papel proativo no setor industrial e financeiro e na sua “capacidade de *outsourcing*” (Xing, 2016, p. 32). A OBOR é o grande propulsor da ideia de que a China detém o capital e procura utilizá-lo como o combustível da sua expansão internacional de influência.

Na questão de Taiwan, este poder económico traduz-se em *soft power* usado para “encurtar as rédeas” ao outro lado do Estreito. Primeiro, Pequim poderá utilizar o seu crescimento e desenvolvimento económicos cada vez mais significativos como arma económica contra Taiwan, considerando que a RPC é o principal parceiro de comércio da RC. Um desvio significativo do *status quo* por parte do PPD, por exemplo, ou qualquer outro tipo de manobra política que seja considerada hostil por Pequim poderá significar sanções ou embargos económicos até que o *status quo* seja reestabelecido. Segundo, a influência económica e política da China pode ser (e é) utilizada para isolar Taiwan diplomática e politicamente. A pressão política de Pequim juntamente com o auxílio financeiro a países terceiros reduziu o reconhecimento internacional da soberania Taiwanesa a pouquíssimos países (Singh & Pradhan, 2019, pp. 9-10)²⁶. Estas duas abordagens mostram como a China, numa abordagem Marxista, utiliza os meios de produção como arma económica para fundamentar a sua posição internacional e em relação a Taiwan. Adicionalmente, vimos como a China prefere uma administração taiwanesa que favoreça laços e integração económicos com o Continente; as relações entre os dois países tornaram-se maioritariamente

²⁶ No fim de 2019, o número de países da ONU que reconhecia Taiwan como um estado independente e soberano descia de 16 para 14 (Newsweek, 2019). Em 2021, o número já havia descido para 13 quando o Nicarágua cortou relações diplomáticas com Taiwan. Atualmente, os países reconhecedores do estado insular são o Belize, a Guatemala, o Haiti, as Honduras, o Paraguai, São Cristóvão e Neves, Santa Lúcia, São Vicente e as Granadinas, as Ilhas Marshall, o Nauru, o Palau, o Tuvalu e a Suazilândia.

positivas durante a administração de Ma Ying-jeou, um líder que aproximou Taiwan da China ao nível económico e comercial. É provável que tenha sido o medo dos taiwaneses de conceder demasiada autonomia económica à China através de maior dependência comercial do continente que levou à derrota de Ma em 2016. O capital, em particular o capital financeiro, é um recurso tão importante no teatro internacional que “acaba por subjugar inclusive estados que se possam chamar de politicamente independentes” (Lenine, 1916). Isto evidenciou-se na década de 1990, quando Taiwan dependia cada vez mais do continente economicamente, uma assimetria que levou ao medo da administração de Lee Teng-hui e que fez com que a mesma pusesse em prática medidas que diminuíssem esta independência (Kastner, 2018, p. 172).

Portanto, é evidente a importância decisiva do fator comercial como um motor das relações entre a China e Taiwan. Enquanto esta secção argumentou através de uma lente Marxista onde um lado tenta obter superioridade política e económica subjugando o outro com o seu capital superior, abordagem essa que traz benefícios claros ao lado continental do Estreito, a próxima secção irá discutir a questão política e económica internacional através de uma perspectiva Liberal e observar como é que uma abordagem Liberal afeta as relações entre a China e Taiwan.

4.2. O Liberalismo nas Relações Internacionais e na Questão de Taiwan

O liberalismo é uma das teorias das RI mais antigas e um dos principais pilares teóricos nas RI. A sua origem como teoria política moderna está no Iluminismo. Pensadores como John Locke e Immanuel Kant desenvolveram o liberalismo nos séculos XVII e XVIII, preluindo conceitos como os direitos individuais, a paz comercial e a integridade territorial como um princípio internacional. Na contemporaneidade, John Rawls (1996, p. 6) descreve o conceito fundamental de justiça para o liberalismo Político em três características principais. Primeiro, a justiça política liberal especifica certos direitos, liberdades e oportunidades fundamentais; segundo, ela dá uma prioridade particular a esses direitos, liberdades e oportunidades, particularmente em prol do “bem comum”; terceiro, ela garante medidas gerais a todos os cidadãos para que as suas liberdades e oportunidades sejam asseguradas. De um modo geral, a conceção dada por Rawls ajuda a delinear a filosofia central do Liberalismo Político.

Esta secção estará provida de uma introdução inicial ao Liberalismo como contextualização, seguida de vertentes mais atuais que sejam relevantes para a Questão de Taiwan. Notavelmente, esta secção será mais prolongada do que a anterior. Isto deve-se ao facto de o liberalismo ser mais pronunciado nas Relações Internacionais do que o Marxismo. Enquanto o Marxismo se desenvolveu como uma teoria principalmente económica com aplicações políticas, o liberalismo, com raiz no Iluminismo, tornou-se uma ideologia fundamental para o pensamento ocidental no século XVII e XVIII. Tal poderá dever-se ao facto de ter sido melhor aceite no Ocidente do que o Marxismo, que foi aplicado maioritariamente na URSS e na China de Mao.

Por fim, resta-nos observar como a relação entre a China e Taiwan pode ser vista através de um paradigma liberal. O final desta secção está reservado para a aplicação da teoria liberal à Questão de Taiwan.

4.2.1. O Liberalismo e as suas vertentes

O advento do Liberalismo começou no Iluminismo. A natureza desta ideologia é diversa. Pode ser estudada na economia, na governação ou na filosofia. Um dos principais filósofos do Liberalismo como filosofia política foi Immanuel Kant com a sua obra *Rumo à*

paz perpétua: um rascunho filosófico (Kant, 2006).²⁷ Nela, o autor delinea e propõe um conjunto de compromissos que podem levar a uma paz internacional duradoura. Algumas destas propostas, apesar de nobres, são quase utópicas, como “3. Exércitos permanentes serão gradualmente abolidos por completo”. Outras, como “5. Nenhum estado interferirá na constituição ou governo de outro”, ou “2. Nenhum estado independente (grande ou pequeno) poderá adquirir outro estado através de heranças, transações, compras ou presentes”, são dois pontos que integram o direito internacional atual. Em particular, podem considerar-se como precursores do conceito de integridade e soberania territorial e política. Kant acredita que não só o comércio e a prosperidade económica são ferramentas importantes para tornar uma nação poderosa, como também cidadãos predispostos para o comércio hesitarão em dedicar as suas vidas e propriedades para chefes de estado que tenham “fantasias bárbaras” de conquistas e de guerra (Wood, 2006, p. 259).

A “Paz Democrática”

Uma das teorias emergentes da proposta de paz perpétua de Kant é a “Teoria de Paz Democrática”, um dos principais ramos do liberalismo nas RI. Kant propõe originalmente que todos os estados se tornem “repúblicas”, um sistema de governo que, apesar de imperfeito, tem a sua origem no conceito de lei e dos direitos. Posto isto, a república kantiana deposita maior poder e autonomia nas mãos dos cidadãos. É um estado democrático onde todos os cidadãos teriam de chegar a acordo para poder iniciar uma guerra. Um cidadão comum de uma república Kantiana teria de considerar muito cuidadosamente se a ameaça de guerra é algo que ele deseja trazer para si, tendo a noção que na eventualidade de haver uma guerra, serão cidadãos como ele a pagar por ela e a lutá-la. Já num estado autoritário, onde um único chefe de estado governa, a decisão de iniciar ou não uma guerra é fácil de tomar a nível de consequências, que não são equiparáveis às consequências para o cidadão comum (Kant, 2006, p. 75). A conclusão é clara; as repúblicas, i.e., as democracias liberais, não lutam entre si, e muito dificilmente iniciam guerras ofensivas.

Existem questões a levantar contra a Teoria de Paz Democrática, no entanto. Na literatura, é forte o debate entre esta e outras teorias para averiguar a que melhor caracteriza o sistema internacional como visto pelo Liberalismo. Como indica Norrin Ripsman (2007, p. 90), existe a posição de que as democracias não são estados necessariamente conciliadores e pacíficos. Apesar de estados democráticos raramente preferirem o conflito à resolução

²⁷ Tradução livre do autor.

pacífica de questões internacionais, “podem tornar-se punitivos e exigentes nas negociações de paz quando as emoções se viram para o inimigo.” Por outras palavras, um estado democrático não é necessariamente beligerante, mas quando se vê num conflito onde a população foi fervorosamente emocionada contra o inimigo, pode tornar-se violentamente injusto e rígido nas suas exigências para a paz. Ainda assim, há concordância geral de que as democracias raramente ou nunca lutam entre si. O motivo para tal está no facto de que nações democráticas confiam noutras nações democráticas para preferirem a resolução pacífica de disputas. “Consequentemente, o Dilema de Segurança não existe entre democracias, mas é muito forte entre democracias e autocracias” (id, p. 91). Tal deve-se à propensão das autocracias para utilizar coerção e força para atingir os seus fins (ibid.). A asserção lógica a retirar daqui é que a Teoria de Paz Democrática é maioritariamente ideológica, mas consegue explicar a paz entre estados democráticos e liberais na segunda metade do século XX e no século XXI. No entanto, não consegue explicar a paz entre democracias e autocracias. Na verdade, até teoriza que as democracias têm incentivos ideológicos e políticos para serem agressivas com autocracias.

A “Paz Institucional” de Robert Keohane

O Liberalismo evoluiu consideravelmente desde Kant, e a proposta de Paz Democrática também. Em particular, este desenvolvimento relevante para as RI deu-se depois da Segunda Guerra Mundial à medida que instituições de cooperação internacional surgiam e os conflitos convencionais se tornavam mais raros. Robert Keohane (1984, p. 8), por exemplo, desenvolveu a ideia de “Paz Institucional”. Os institucionalistas, defende Keohane, acreditam que “nem sempre é possível preservar a paz entre nações democráticas, mas a interdependência inerente ao sistema internacional cria a necessidade de interesses que sejam flexíveis e que possam acomodar e ser acomodados” (ibid.). Além disso, a interdependência gera ainda outra necessidade: a coordenação de políticas servida por acordos internacionais de comércio ou finanças, o que ele apelida de “regimes internacionais”. Estes regimes são o que facilita a cooperação entre estados num mundo pós-hegemonia (id, p. 50). Em conclusão, Keohane propõe que os regimes internacionais são necessários, primeiro porque num sistema anárquico, o único fator que move os estados à cooperação é o próprio interesse e não um espírito altruísta de ajuda, e segundo porque, tendo em conta o primeiro ponto, facilitam a criação descentralizada e a aplicação de acordos entre governos. São os regimes internacionais, por outras palavras, as instituições, que para Keohane apoiam a existência da cooperação internacional num mundo pós-hegemónico

onde uma hegemonia como os Estados Unidos já não têm a autoridade e capital necessários para aplicar normas e acordos internacionalmente (id, p. 244-245). Mais à frente, a base fornecida por Kant e mais tarde por Keohane poderá ser útil para entender como é que o Liberalismo, a democracia e instituições internacionais ajudam a manter a estabilidade e a paz no Estreito de Taiwan.

A “Paz Liberal”

Há outra teoria que, juntamente com a Paz Democrática, também origina do ensaio Kantiano previamente mencionado: a “Paz Liberal,” também por vezes chamada de Paz Comercial. Ambas as teorias são alvo de constante análise e escrutínio por parte da academia liberal das RI (Russett, et al., 1996, pp. 12-13), e as duas têm em comum os temas de interdependência, democracia e comércio como fatores para evitar o conflito internacional.

A Teoria de Paz Liberal defende que dois estados têm uma menor propensão para o conflito armado entre si se desfrutarem de relações económicas e comerciais prósperas. Como indica Philip Schrod (2004, p. 292), a lógica é reformulada de forma simplista com a expressão: “Dois países que têm um McDonald’s não lutam guerras entre si.” No entanto, como continua Schrod, um argumento aparentemente óbvio contra a Teoria de Paz Liberal (que foi inicialmente usada para explicar a cooperação entre os estados europeus no pós-1945) é que ela não conseguiu prever os bombardeamentos de Belgrado, uma cidade com sete McDonald’s, por parte dos EUA na década de 1990.

Este argumento contra a Teoria de Paz Liberal e a favor da Paz Democrática parece ser falacioso. Não há grande segurança ou veracidade na afirmação de que a antiga Jugoslávia era um estado democrático e pacifista, especialmente depois do início das Guerras Jugoslavas. Além disso, a existência de corporações multinacionais no território de um país não faz dele democrático nem liberal, ainda que indique alguma integração económica internacional. Também é questionável o eventual argumento de que mostra qualquer alinhamento moral entre dois países. Existem McDonald’s na China, no Vietname e na Rússia, mas nenhum desses países se pode dizer ideologicamente alinhado com os EUA, pelo contrário.

Através de uma profunda análise quantitativa no período de 1950-1985, Bruce Russett, Zeev Maov, John Oneal e Frances Oneal (1996, pp. 22-23) concluíram que as afirmações de Kant sobre a paz liberal são verídicas. As democracias nunca lutam entre si, restringem os seus líderes aquando de decisões que comprometam a segurança do cidadão comum e são interdependentes economicamente entre si. Adicionalmente, concluiu-se que

o fator de interdependência econômica não é “suficientemente apreciado como impedimento ao conflito armado, especialmente em estados “contíguos”, isto é, estados que sejam vizinhos ou que partilhem proximidade geográfica, onde a interdependência econômica tem um papel eficaz de dissuasão. Os resultados vêm a comprovar uma noção lógica do liberalismo kantiano, isto é, que a criação de laços comerciais e econômicos resilientes ao ponto de gerar interdependência são mais importantes do que atingir os objetivos que dão propósito ao conflito armado. Apesar disso, também se verificou que a interdependência pode gerar conflito de políticas (financeiras, econômicas), suspeição e atrito entre estados (id., p. 14; Keohane, pp. 5-6). Pode ainda gerar assimetrias econômicas e mudanças de influências parciais a um lado; interdependência não é sinônimo de cooperação nem interajuda.

Nas suas bases, a Teoria de Paz Democrática e a da Paz Liberal não abordam frequentemente a questão de conflitos entre democracias e autocracias que sejam iniciados ou provocados pelas democracias. John Rawls (1999, p. 49) afirma que uma sociedade democrática e liberal não luta guerras, exceto como autodefesa e como intervenção em casos extremos de abusos de direitos humanos. É uma afirmação que talvez seja uma generalização ingênua, que, por exemplo, não soube explicar as campanhas ofensivas dos Estados Unidos entre a Guerra do Vietname e a Invasão do Afeganistão (Burchill, 2005, p. 60).

Como vimos, é repetida a afirmação de que os estados democráticos não lutam entre si, mas a questão de iniciarem guerras ofensivas contra estados autocráticos propõe um dilema à academia no liberalismo. Quando são enfrentados por estes estados não-democráticos num sistema internacional anárquico, a garantia dos costumes e valores liberais, pacifistas e democráticos não existe. Isto representa um desafio que não respeita a definição normativa de Rawls. Como afirma Michael Doyle (1986, pp. 1162-1163), apesar de o conflito não ser uma preferência, as repúblicas de Kant, isto é, os estados democráticos, estão preparados para defender e projetar (muitas vezes forçosamente) os valores liberais de direitos individuais, de democracia, de propriedade privada, etc. Com a exceção das grandes potências, cujos conflitos são desencorajados por uma “paz nuclear”, as repúblicas estão sempre prontas para defender os seus princípios ideológicos no estrangeiro, mesmo quando o custo destas guerras ultrapassa o lucro econômico que trazem.

Assim, as democracias agem de forma irracional e “irrealista”. Enquanto numa análise realista os estados tipicamente agem em prol da sua sobrevivência e da manutenção da sua própria segurança acima de tudo, numa análise liberal, as democracias agem de forma

moral e ideológica mesmo quando não há nenhum retorno económico aparente e, mais crucialmente ainda, quando o retorno securitário não é garantido e as consequências de um conflito são devastadoras a nível humanitário. Exemplos destas guerras modernas ideológicas feitas por democracias são a intervenção da NATO nas guerras jugoslavas, as invasões do Vietname, do Iraque, da Líbia e do Afeganistão por parte dos EUA e aliados, entre outras. Todos estes conflitos têm em comum que os alvos eram autocráticos e o seu propósito era de impedir/interromper crises humanitárias ou de derrubar um regime no poder ou a ameaçar chegar ao poder.

Das duas teorias analisadas anteriormente, pode concluir-se que a Teoria de Paz Democrática explica a crescente cooperação e paz duradoura entre estados democráticos graças à semelhança de valores liberais e ao maior controlo popular (ou seja, as “repúblicas” de Kant). Já a Teoria de Paz Liberal, que defende uma paz baseada no comércio e harmonia económica internacional, explica a paz entre democracias e autocracias cujas economias dependam uma da outra, como é o caso dos Estados do Golfo Pérsico ou a China. No entanto, debate-se outro tipo de paz já aqui brevemente mencionada que não pode ser ignorada, em particular quando se lida com pólos liderados por grandes potências nucleares; trata-se da Paz Nuclear.

4.2.2. A Paz Nuclear

Apesar de não fazer parte do liberalismo propriamente dito, os conceitos de paz nuclear e dissuasão através da posse de armas nucleares são um fator importante que explica a paz entre polos de grandes potências. A Paz Nuclear pode estar ligada ao liberalismo indiretamente sendo que pode ser uma das formas práticas de atingir uma forma de paz perpétua. No fim de contas, desde o advento da era nuclear, a guerra convencional tem-se tornado cada vez mais obsoleta, e o conflito armado direto entre polos de grandes potências é praticamente inexistente.

Uma análise quantitativa de Robert Rauchhaus (2009) evidencia que a Paz Nuclear pode funcionar, mas a realidade não é assim tão simples. Segundo o mesmo, a presença de um arsenal nuclear em dois estados ou dois lados opostos num conflito eventual pode influenciar positiva ou negativamente as chances do conflito se tornar direto e violento. Mais especificamente, foi determinado que num conflito assimétrico, isto é, onde um estado possui um arsenal nuclear maior do que outro, esse estado superior pode agir de forma mais abrasiva e mostrar menos receio pelas consequências da violência. Naturalmente, tal deve-

se ao facto de as consequências para o estado com o arsenal menor serem mais desastrosas. É, de certa forma, um Dilema de Segurança extremo. Por outro lado, quando há simetria nuclear entre duas potências, ou seja, quando o potencial de destruição é semelhante entre as duas, a relação entre as duas é mais estável e menos propícia ao conflito direto e armado.

Numa análise crítica, Stephen Rosow (1989, pp. 585-586) propõe que há um paradoxo na legitimação da dissuasão nuclear; à medida que a indústria de armamento evolui no contexto capitalista ocidental, as forças que prometem a paz através da dissuasão tornam mais difícil a tarefa de manter instituições que produzam paz e prosperidade. Como tal, as populações de estados democráticos ocidentais deixam de ver a dissuasão nuclear como necessária para manter a paz internacional, o que poderá trazer instabilidade se governos democráticos recorrerem a meios autocráticos para manter o complexo militar nuclear. Por outro lado, esta perceção negativa da cultura de dissuasão nuclear pode gerar um movimento cultural que procure pelo fim das armas nucleares como um promotor paradoxal da paz e estabilidade.

É necessário notar que a questão de Paz Nuclear na Ásia de Leste está muito mais centrada à volta da Coreia do Norte do que de qualquer outra potência na região. Apesar de ser uma potência nuclear, a China (com um arsenal declarado de pelo menos 350 ogivas nucleares) não tem sequer um décimo do potencial nuclear dos EUA (com um arsenal declarado de pelo menos 5500 ogivas nucleares) (SIPRI, 2021), o seu adversário mais provável num confronto militar de larga escala. A eventualidade de um conflito entre a China e Taiwan é pouquíssimo provável graças à presença de arsenais nucleares de ambos os lados, mas, particularmente, graças ao menor arsenal chinês. Uma guerra no Estreito, que muito provavelmente seria iniciada pelo lado autocrático, significaria que a RPC estaria numa enorme desvantagem nuclear. Nem a retórica de Xi Jin-ping nem a retórica de nenhum dos seus antecessores tem a tendência de incluir discurso nuclear, o que pode mostrar que o PCC não pretende substituir a imagem invocada pelo Sonho Chinês de uma China conectada harmoniosamente ao resto do mundo por uma imagem de destruição nuclear. Adicionalmente, como foi observado anteriormente, a probabilidade de ser a aliança democrática do Estreito a iniciar uma guerra ofensiva é muito baixa, o que ajuda a explicar como é que o *status quo* foi mantido de forma relativamente estável durante toda a era nuclear.

4.2.3. O Liberalismo manifestado na Questão de Taiwan

Até agora, estabeleceu-se que o Liberalismo contemporâneo se baseia em três propostas diferentes para manter a paz e estabilidade; a “Paz Democrática”, que resulta a estabilidade mantida pelo desejo de cidadãos de “repúblicas”, isto é, nações liberais e democráticas, não quererem sofrer as consequências terríveis do conflito militar; a “Paz Institucional”, que se baseia no conceito de que as instituições internacionais de direitos humanos e integração económica, cultural, diplomática, etc., promovem a paz e estabilidade internacional, e por fim, a “Paz Liberal,” que resulta da integração económica e comercial dos estados no sistema internacional e que promove a paz ao fazer com que o custo da guerra, que implica a destruição de ligações económicas, seja inaceitavelmente mais alto e insustentável do que o custo da paz e do comércio. Resta, portanto, avaliar de que forma estas teorias têm nas relações entre a China e Taiwan.

A Paz Democrática, em primeiro, poderá não servir necessariamente para justificar a paz criada pelo *status quo* em Taiwan graças à disparidade ideológica entre os dois lados. Enquanto as instituições e o sistema político taiwanês englobam os conceitos tradicionais de democracia liberal, o PCC, sendo o partido único na política chinesa continental, governa autocraticamente em efeito.

Do lado de Taiwan, sendo o país uma democracia liberal com as características de uma “república” kantiana, é muito pouco provável que os cidadãos taiwaneses alguma vez apoiem qualquer participação numa guerra ofensiva. Já vimos que o PPD, partido atualmente no poder, pretende separar Taiwan política e culturalmente do Continente. Por isso, é pouquíssimo provável que inicie uma campanha ofensiva contra a China mesmo que tenha a oportunidade de vencer. O custo económico, militar, político e humanitário de um conflito em larga escala em território chinês estaria astronomicamente além do que uma população democrática consideraria como aceitável. Portanto, do lado de Taiwan, verifica-se que a Teoria de Paz Democrática é aplicável graças ao país apresentar a maior parte das características de uma república Kantiana. Não só é a natureza do país naturalmente pacifista graças ao regime político, como também os líderes nunca poderiam agir de forma beligerante sem consequências internas.

No entanto, a Paz Democrática não pode explicar o lado chinês. É geralmente aceite que a China é uma autocracia, e que as suas elites políticas têm historicamente insistido na autocracia como sistema de governação (Fu, 1997, p. 323). Como vimos, o PCC considera que a sua liderança absoluta é um dos fatores necessários para o “Sonho Chinês”. Como tal, não se pode dizer com segurança que, na eventualidade de o PCC escolher iniciar uma guerra

ofensiva, os cidadãos da RPC teriam qualquer impacto nessa decisão. A Paz Democrática afirma que as democracias raramente lutam entre si. A RPC não sendo uma democracia, esta teoria não pode totalmente explicar porque é que existe paz no Estreito de Taiwan. Pode, no entanto, explicar porque é que Taiwan não é um estado beligerante e porque é que procura aproximar-se de outras democracias regionais.

Na Paz Institucional, a questão de soberania e representação de Taiwan em instituições internacionais pode dificultar uma ótica institucionalista. Os cidadãos taiwaneses não têm representação na ONU. No Fundo Monetário Internacional (FMI) (2022), Taiwan está listado no registo estatístico como “Província Chinesa de Taiwan”, mas não como um país membro. No Banco Mundial (2022) e na Organização Mundial de Saúde (OMS) (2022), Taiwan não tem representação. O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) (2022) não enumera Taiwan sequer como um território. Na OMC (2016), Taiwan está listado como “Taipei Chinês”. É seguro concluir que Taiwan não tem presença significativa na rede de instituições internacionais, que os institucionalistas defendem como sendo centrais para a estabilidade e paz internacional. Por outro lado, a RPC está representada nas principais instituições, incluindo as mencionadas, pelo que há uma grande assimetria no Estreito de Taiwan de um ponto de vista institucionalista. Se existe paz no Estreito de Taiwan, não se pode dizer que é por obra de alguma instituição internacional, que simplesmente estão ausentes de um dos lados. Em caso de qualquer conflito, as instituições internacionais que zelam pela estabilidade das relações entre os estados não terão o mesmo poder para influenciar a Questão de Taiwan que teriam entre duas nações representadas.

Resta, portanto, a Teoria de Paz Liberal (ou Comercial), que defende que estados que desfrutem de relações económicas prósperas não lutam guerras entre si porque o custo da guerra é mais elevado que o custo da paz, sendo que o resultado da guerra acaba por não compensar. Esta teoria liberal pode descrever de forma realista as relações no Estreito de Taiwan se se concluir que a paz entre a China e Taiwan é uma motivada pelo comércio. Mas será que assim o é? Steve Chan (2009, pp. 437-438) refere que o comércio e investimento financeiro no Estreito de Taiwan é altamente assimétrico para Taiwan, apesar dos esforços de líderes taiwaneses para impedir que assim o seja. O autor acrescenta que tanto o realismo como o liberalismo institucionalista têm dificuldade em responder a estes profundos laços económicos; o realismo não prevê este tipo de cooperação entre dois estados cuja mera existência é uma ameaça constante à segurança do outro; o institucionalismo não prevê que uma relação bilateral económica seja tão forte sem instituições mediadoras presentes para

criar estabilidade. No entanto, apesar da afirmação de Chan de que “laços económicos e financeiros profundos desenvolvidos pela sociedade civil dificultam o trabalho de políticos presentes e futuros que queiram reverter ou enfraquecer estes laços” (ibid.), não há realmente uma interdependência entre os dois países, o que dificulta a função da Teoria de Paz Liberal como elemento justificador de paz e estabilidade. Os investidores e comerciantes taiwaneses investem muito mais no Continente do que o reverso, pelo que do lado chinês é menos provável verificar-se relutância para iniciar um conflito. Se o Continente realmente lutasse uma guerra contra Taiwan, o prejuízo que a Paz Liberal afirma como sendo o principal elemento dissuasor entre nações com laços económicos fortes não se verificaria. Em contraste, no caso de uma guerra entre os dois lados, é muito mais provável que Taiwan sofresse danos financeiros e económicos significativos, especialmente considerando que a China é o seu maior parceiro comercial. De facto, as exportações taiwanesas para a China representam quase o dobro do segundo maior parceiro comercial de exportações, os EUA (OEC, 2020).

No entanto, é impossível olhar para um conflito armado no Estreito de Taiwan como somente entre a China e Taiwan. Já se concluiu em capítulos anteriores que qualquer conflito entre estes dois lados incluiria também os EUA e possivelmente o Japão. Logo, ao analisar a face económica da Questão de Taiwan como dissuasor de conflito aberto, é necessário olhar para Taiwan como um bloco de alianças e não só como um estado único e isolado. Neste bloco de alianças, contabilizamos principalmente os EUA e o Japão, que até agora se mostraram abertos a defender Taiwan no caso de uma invasão chinesa. A Coreia do Sul, que apesar de parecer um aliado óbvio graças à semelhança política e ideológica com Taiwan, a sua aliança com os EUA e à sua proximidade do Estreito, provavelmente não participaria diretamente num confronto militar entre os EUA e a China, ainda que pudesse ajudar de outras formas, incluindo através da “contenção da Coreia do Norte” e de “auxílio económico a Taiwan”. Este auxílio económico poderia existir na forma de sanções à China e/ou “alívio de bloqueios” ao apresentar-se como uma nação neutra (Mastro & Cho, 2022, p. 111). De parte dos países da NATO, é difícil prever corretamente como agiriam. É muito provável que não participem diretamente num conflito entre os EUA e a China, mas, como aconteceu com a Rússia no início de 2022 aquando da sua invasão da Ucrânia, é uma possibilidade real que além de sanções, ajudem Taiwan com equipamento militar (isto tendo em consideração que uma grande potência que integra a aliança, os EUA, estaria diretamente envolvida no conflito hipotético em questão). De qualquer modo, este bloco de alianças Taiwan-EUA representa mais de 30% do valor de importações da China (Banco Mundial, 2020).

Participação direta ou não, é praticamente uma garantia que o comércio entre a China e o Ocidente sofreria um grande golpe na eventualidade de uma guerra no Estreito. O custo de iniciar uma guerra com tal *casus belli* seria imenso, apesar de a liderança da RPC achar que o custo de um Taiwan independente seria ainda maior (Fu, 1997, p. 336). O custo dessa guerra hipotética, de acordo com a Paz Liberal, é o principal elemento que dissuade os estados de entrarem em conflito uns com os outros e que é uma conclusão lógica para a China não entrar numa guerra de tal escala.

Consequentemente, também se pode deduzir com cautela o porquê de as democracias do mundo não verem a China como uma autocracia que deve necessariamente ser derrubada, apesar das alegações de abusos de direitos humanos e da erosão de liberdades individuais. O custo de uma tentativa de castigar políticas autocráticas chinesas é muito mais alto do que o custo do *status quo* atual. A Paz Nuclear também ajuda a explicar a paz entre as democracias, isto é, o bloco Taiwan-EUA e a China. Considerando que estes dois blocos contêm cada um uma grande potência com potencial nuclear, é fácil de assumir que a dissuasão nuclear tem um papel importante no Estreito, mesmo que Taiwan em si não seja uma potência nuclear.

Em conclusão, analisaram-se neste capítulo duas perspetivas que fazem parte de um contínuo teórico lógico. A primeira perspetiva foi uma Marxista, à luz da qual se observou que a Questão de Taiwan pode ser interpretada considerando que a China utiliza os seus meios de produção, isto é, o seu poder industrial e capital, para influenciar a política internacional e a imagem em volta de Taiwan. Tal alinha-se, portanto, com a lógica Marxista de que quem controla os meios de produção controla o capital, e quem controla o capital, tem poder numa sociedade, neste caso internacional. Para apoiar esta perspetiva Marxista, também se analisou a iniciativa OBOR, chegando-se à conclusão que é, juntamente com a concentração de poder industrial, uma forma de a China estabelecer a sua presença internacional. Assim, poderá cumprir o seu objetivo de expandir a influência do Sonho Chinês e do socialismo com características chinesas, em particular na região Ásia Pacífico, onde poderá ter maior controlo sobre Taiwan, isolando a ilha dos seus potenciais aliados.

A segunda perspetiva foi uma Liberal, que propôs diferentes tipos de teorias que podem ajudar a justificar tanto a paz e o *status quo* no Estreito como a abordagem de Taiwan ao Continente. Foi visto que Taiwan é uma típica “república” kantiana, isto é, um estado democrático com um sistema político liberal e valores que acentuem a importância dos direitos individuais e a representação política do cidadão comum. Como tal, Taiwan não só deseja aproximar-se de estados semelhantes politicamente, como o Japão, os EUA e a Coreia do Sul como também deseja manter a paz no Estreito através do investimento económico e financeiro. Abandonado pelas instituições internacionais, a única salvaguarda que Taiwan tem contra a RPC para tornar um conflito futuro o máximo indesejável possível é formar alianças ideológicas e interligar a sua economia de tal forma com a da China que a mesma seja forçada a reconsiderar ou abandonar qualquer intenção de efetuar manobras ofensivas no Estreito.

Portanto, é possível retirar daqui o cerne do previamente anunciado *continuum* Marxista-Liberal. Um extremo deste contínuo, a RPC, utiliza o seu vasto poder económico (i.e., capital) como vantagem sobre Taiwan, provocando pesadas consequências económicas a qualquer nação que se aproxime demasiado do estado insular ou que entretenha a sua representação internacional ou independência. Graças à aposta chinesa na indústria e no setor financeiro, a sua posição económica internacional é de tal forma não-ignorável, que a maior parte dos estados não tem escolha se não posicionar-se favor da RPC na Questão de Taiwan. Do outro lado do *continuum*, a RC utiliza a sua importância económica e comercial,

adquirida em grande escala graças à produção de chipes e semicondutores, uma das indústrias cruciais à economia taiwanesa, para criar laços com estados politicamente semelhantes, assim como para interligar a sua economia com a do Continente. Tal constitui um esforço cujo objetivo é tornar um conflito tão indesejável economicamente, que a China nunca o procurará, a não ser que seja levada ao extremo, algo que será impossível enquanto o *status quo* perdurar.

Conclusão

No início desta dissertação, fez-se um levantamento dos fundamentos teóricos do realismo e as suas vertentes, uma das teorias mais disseminadas e bem cobertas pela academia das RI. Analisou-se, principalmente, o realismo clássico, o neorealismo e as suas duas ramificações, o realismo defensivo e ofensivo e a Teoria de Estabilidade Hegemónica. Esta exposição teórica teve o propósito de fornecer uma base teórica para o resto da dissertação, uma vez que o realismo tipicamente domina o debate das TRI.

No capítulo seguinte analisou-se o contexto histórico do PCC bem como decisões e discursos de Xi Jin-ping que ajudassem a entender como é que os mesmos se podem inserir numa abordagem realista. Chegou-se à conclusão que apesar de seguir uma retórica realista defensiva, o PCC tem historicamente agido como uma potência expansionista e agressiva, o que se pode dever às suas preocupações securitárias, algo que tipicamente move estados realistas ofensivos. Também se propôs que a RPC se insere na TEH como um estado desafiante da “*Pax*” atual. Segundo esta lógica, a China é uma potência emergente que desafia a hegemonia internacional americana, destabilizando assim a ordem mundial estabelecida. A sua pressão por reunificação com Taiwan pode ser vista como um exemplo prático de como a China desafia o *status quo* internacional, ainda que se diga paciente e que o *status quo* funciona para si.

No capítulo terceiro, analisaram-se as administrações de Ma Ying-jeou e de Tsai Ing-wen, presidentes de Taiwan entre 2008-2016 e 2016- atualidade, respetivamente. Viu-se que ambos os líderes preferiram uma abordagem realista defensiva em relação ao Continente, mas cada um teve uma abordagem diferente. Ma, líder do KMT, o partido que governava a China antes da Guerra Civil Chinesa, teve uma abordagem apaziguadora e que cai em linha com uma lógica de *bandwagoning*, isto é, uma pequena potência, vendo uma grande potência como ameaça à sua sobrevivência e segurança, alinha-se com a mesma em esperanças de que a grande potência não a veja como obstáculo à sua expansão e hegemonia. O *bandwagoning* do KMT não pertence inteiramente a esta definição; a razão pela qual Ma promoveu melhores relações com o Continente não foi necessariamente em apoio à China ou por medo de conflito, mas sim porque o KMT tem como objetivo a reunificação com o Continente sob uma democracia (e potencialmente liderada por si). Como tal, a integração cultural e económica de Taiwan com o Continente era um passo nesta direção. Contudo, o povo taiwanês viria a discordar do KMT em 2016 quando Tsai Ing-wen vencera as eleições.

Por sua vez, a atual presidente de Taiwan é muito mais crítica do Continente. Viu-se que a sua administração promove uma abordagem de *balancing*, onde Taiwan se tenta alinhar com potências semelhantes a si para formar uma coligação que desencoraje o Continente de iniciar um conflito. Tsai é muito mais propícia a condenar o PCC por agressões expansionistas do que o seu antecessor. Ao contrário de Ma Ying-jeou, também promoveu uma relação muito mais pronunciada com o Japão e com os EUA, provas desta política de *balancing*. A sua administração promove uma identidade taiwanesa como etnia distinta da Chinesa Han. Também promove a ideia de um Taiwan independente e soberano. Todos estes fatores contribuem para perturbar o *status quo*, mas ainda assim, Tsai age de forma defensiva sem nunca procurar qualquer ideia de conflito. Isto porque, aos olhos do PPD, Taiwan é uma nação soberana em tudo exceto nome.

O quarto capítulo, enfim, veio trazer uma lógica alternativa face ao extenso debate realista. Aqui, reviu-se as teorias do Marxismo e do Liberalismo inseridas nas RI, e tentou-se entender como é que podem ajudar a explicar a questão de Taiwan. Propôs-se, portanto, que o Estreito de Taiwan pode ser visto através de uma dicotomia ideológica exemplificada com um *continuum*, ao qual se denominou “espectro Marxista-Liberal”. Neste espectro, a RPC e a RC estão num extremo cada. As abordagens da China em relação a Taiwan podem ser vistas através de uma perspectiva Marxista materialista. O PCC promove o uso do imenso capital industrial, financeiro e humano como arma internacional contra Taiwan. Numa lógica Marxista, a China detém grande parte dos meios de produção no quadro internacional, o que lhe dá o poder e a vantagem que Marx associa a deter os meios de produção numa sociedade. Já Taiwan, democracia liberal, associa-se ao extremo Liberal do espectro descrito. Tal como a China Continental, a RC promove a utilização do capital e do elemento económico e comercial, mas não os vê como armas. Em vez disso, através da integração comercial tanto no estreito como nas relações internacionais, Taiwan espera que o prejuízo financeiro causado por um conflito entre os dois lados impeça a China de agir de forma violenta ou imprudente. Esta ideia, uma vertente do Liberalismo chamada “Paz Liberal”, ajuda a justificar porque é que uma democracia como Taiwan não inicia guerras ofensivas e como é que consegue manter uma paz relativamente estável face a um potencial agressor de poder e recursos muito mais vastos.

Portanto, em conclusão, recordem-se as perguntas de partida do início: primeiro, as TRI podem ajudar a explicar a questão de Taiwan? A resposta é um simples sim, com um asterisco. É possível recorrer às TRI fundamentais para explicar a questão de Taiwan; aliás, esta era praticamente uma falsa pergunta. Com suficiente “elasticidade”, as TRI explicam

todas as interações internacionais. A pergunta mais importante era como é que tal explicação pode ser feita. O interesse principal desta pergunta está no facto de que as TRI não foram pensadas com uma questão como esta em mente, e é aí que se insere o asterisco. A explicação da questão de Taiwan com recurso às TRI não é um esforço linear. As relações entre a China e Taiwan não são tão simples como as relações bilaterais entre dois estados “normais”. Não são tão diretas e têm muito mais nuance. Este dilema de dois estados que afirmam representar uma nação aconteceu pelo menos mais duas vezes: com as duas Alemanhas e com as duas Coreias. São questões comparáveis à de Taiwan, mas o desequilíbrio de poderes na questão de Taiwan é parte do que a torna distinta em relação às outras.

De qualquer forma e como seria de esperar, nenhuma das teorias explica a questão de forma particularmente melhor do que outra. Esta talvez seja uma resposta desapontante, mas é mais interessante do que aparenta. Isto porque apesar de nenhuma explicar a questão de forma excepcional, a verdade é que as perspectivas que uma TRI complementam as outras em certos aspetos. Por exemplo, a ideia Marxista de que a China utiliza o seu poder industrial como vantagem internacional não intercede sobre a ideia realista ofensiva de que tenta expandir a sua influência e projetar o seu poder agressivamente para evitar preocupações securitárias e assegurar a sua sobrevivência. Na verdade, complementam-se; o poder industrial chinês pode ser visto como uma forma de o país manter a sua relevância no sistema internacional e de reforçar a sua vontade para se reafirmar como potência regional e eventualmente internacional global. Da mesma forma, a ideia de que Taiwan é um estado realista defensivo que procura aliar-se a outras nações democráticas também é complementada pela ideia liberal de repúblicas kantianas se alinham com outras repúblicas por motivos ideológicos e comerciais. São duas lógicas que se cruzam na afirmação: O custo da guerra não é só alto por motivos económicos como também por motivos políticos e sociais internacionais.

Se alguma das teorias analisadas explica a questão de Taiwan melhor do que outra, é difícil dizer. Para tomar um partido, pode concluir-se muito cautelosamente que as teorias que pareceram as melhores candidatas para explicar a questão foram as que formaram a dicotomia de realismo ofensivo e realismo defensivo, utilizando partes do posteriormente analisado espectro Marxista-Liberal para as complementar. Como foi visto, o realismo ignora muitos fatores principalmente humanos que definem as relações entre estados, quase como se ignorasse que ao leme dos mesmos estão seres humanos. A vertente ideológica e filosófica do Marxismo e do Liberalismo, teorias que, apesar das disciplinas onde se inserem (a economia, portanto), são mais do que meros fundamentos para a teórica económica; são

quase-dogmas ideológicos que oferecem filosofias e mentalidades gerais que nações inteiras podem seguir. Não parece absurdo, portanto, concluir que, de um lado, Xi Jin-ping se posiciona no estreito como um realista ofensivo, cuidadosamente expansionista e extremamente preocupado com a segurança e prosperidade da China, e ao mesmo tempo um Marxista que vê o socialismo e o coletivismo como os ideais perfeitos através dos quais a sociedade deve ser modelada. A única forma da China obter o seu desejo de segurança e de uma posição consolidada como superpotência na Ásia de Leste é expandindo a sua jurisdição a Taiwan, que vê como parte integral sua e que vê como num futuro potencialmente longínquo, “desfrutando” do mesmo estilo de vida que os chineses do continente desfrutam. É algo que poderia classificar Xi como um “marxista realista ofensivo”, dependendo de como a agenda do presidente chinês é interpretada. Do outro lado, Tsai Ing-wen posiciona-se como uma realista defensiva que se esforça ao máximo para construir alianças duradouras com os seus vizinhos democráticos e com as nações do ocidente. Fá-lo porque teme um vizinho centenas de vezes maior em todos os meios: capitais, industriais, diplomáticos, humanos e militares. O realista defensivo não deseja nada mais do que a estabilidade e segurança do seu estado; para tal, deseja uma paz regional estável e duradoura. Ao mesmo tempo, Tsai é uma liberal que, para chegar a esta paz e estabilidade, tenta criar laços económicos como impedimento ao conflito. No entanto, como se verificou com a invasão russa da Ucrânia, o governo de Taiwan não só condenou a Rússia como também enviou auxílio humanitário à Ucrânia como forma de mostrar o seu alinhamento com o ocidente, mesmo não tendo muito a ganhar com ter feito tal coisa. Poderá classificar-se Tsai como uma “realista defensiva liberal”.

Por fim, esta análise não teve como meta cobrir todas as perspetivas teóricas que pudessem explicar a questão de Taiwan. Com a fundamentação apropriada, qualquer teoria pode explicar um fenómeno. No entanto, espera-se que esta dissertação tenha coberto uma parte relevante das TRI fundamentais que tipicamente são debatidas na academia. Espera-se ter contribuído para o debate das RI e da questão de Taiwan ao oferecer uma análise teórica longe de perfeita, mas fundamentada e razoável.

A questão de Taiwan não tem fim à vista. É incerto o contributo que o debate teórico tem para ajudar a resolvê-la. De facto, a sua resolução caberá às gerações futuras de chineses e de taiwaneses. No entanto, o que o debate teórico pode fazer é ajudar essas mesmas futuras gerações a entender os motivos e o contexto por detrás de um cisma internacional tão significativo. Melhor ainda, pode ajudar a entender como será possível lutar por uma

resolução pacífica. Um ditado chinês diz que “um mau começo vai levar a um mau fim”.²⁸ Quem sabe se o estudo das RI não poderá ajudar a evitar a eventualidade predita por tal expressão.

²⁸ “不善始者不善终” (Bú shànshǐzhě bù shànzhōng)

Lista de referências bibliográficas

ABC News, 2019. *Hong Kong Extradition Bill officially withdrawn*. [Online] Disponível em: <https://abcnews.go.com/International/hong-kong-extradition-bill-officially-withdrawn/story?id=66464962>

[Acedido em 29 05 2022].

Ashley, R. K., 1984. The Poverty of Neorealism. *International Organization*, 38(2), pp. 225-286.

Baird, I. G., 2015. Irredentism. Em: *The Wiley Blackwell Encyclopedia of Race, Ethnicity, and Nationalism*. Madison: ResearchGate, pp. 1-2.

Banco Mundial, 2020. *China trade balance, exports and imports by country 2020*. [Online] Disponível em: <https://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/CHN/Year/LTST/TradeFlow/EXPIMP>

[Acedido em 10 12 2022].

BBC, 2012. *Full text: China's new party chief Xi Jinping's speech*. [Online] Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-china-20338586>

[Acedido em 27 05 2022].

BBC, 2016. *German Defence Minister Von der Leyen cleared of plagiarism*. [Online] Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-35769001>

[Acedido em 18 03 2022].

BBC, 2018. *China won't give up 'one inch' of territory says President Xi to Mattis*. [Online] Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-china-44638817>

[Acedido em 09 06 2022].

BBC, 2019. *Hong Kong protests: President Xi warns of 'bodies smashed'*. [Online] Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-china-50035229>

[Acedido em 05 12 2021].

BBC, 2022. *Biden again says US would defend Taiwan if China attacks*. [Online] Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-62951347>

[Acedido em 18 11 2022].

Berger, P. L. & Luckmann, T., 1991. *The social construction of reality: a treatise in the sociology of knowledge*. 6ª ed. Londres: Penguin Books.

Blanchette, J., Livingston, S., Glaser, B. S. & Kennedy, S., 2021. *Taiwan's Disinformation Response*, Washington D.C.: Center for Strategic and International Studies.

Brown, C. & Ainley, K., 2012. *Understanding International Relations*. 3ª ed. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.

Burchill, S., 2005. Liberalism. Em: *Theories of International Relations*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, pp. 55-83.

CBC, 2017. *China elevates Xi to most powerful leader in decades*. [Online] Disponível em: <https://www.cbc.ca/news/world/china-congress-xi-jinping-1.4368588> [Acedido em 29 05 2022].

Chang, M. H., 1996. The Thought of Deng Xiaoping. *Communist and Post-Communist Studies*, 29(4), pp. 377-394.

Chan, S., 2009. Commerce between rivals: realism, liberalism, and credible communication across the Taiwan Strait. *International Relations of the Asia-Pacific*, Volume 9, pp. 435-467.

Chao, L. & Myers, R. H., 2000. How Elections Promoted Democracy in Taiwan under Martial Law. *The China Quarterly*, Volume 162, pp. 387-409.

Chen, D. P., 2017b. The KMT Rebuilds the ROC: Useful Foreign Foes and Enemies from Within. Em: *US-China Rivalry and Taiwan's Mainland Policy*. Mahwah, New Jersey: Palgrave Macmillan, pp. 101-137.

Chen, D. P., 2017. Politics Beyond the Water's Edge: Neoclassical Realism. Em: *US-China Rivalry and Taiwan's Mainland Policy*. s.l.:Palgrave Macmillan, pp. 41-67.

China Daily, 2019. *President salutes Nepal, warns separatists*. [Online] Disponível em: <http://global.chinadaily.com.cn/a/201910/14/WS5da3743da310cf3e3557035c.html> [Acedido em 29 05 2022].

Chomsky, N., 1997. *World Orders, Old and New*. 2 ed. Londres: Pluto Press.

Chow, P. C., Tuan, F. C. & Wang, Z., 2001. The impacts of WTO membership on economic/trade relations among the three chinese economies: China, Hong Kong and Taiwan. *Pacific Economic Review*, 6(3), pp. 419-444.

CNBC, 2021. *Former Prime Minister Shinzo Abe says Japan and the U.S. could not stand by if China attacked Taiwan*. [Online]

Disponível em: <https://www.cnn.com/2021/12/01/japan-us-could-not-stand-by-if-china-attacked-taiwan-shinzo-abe-.html> [Acedido em 18 06 2022].

CNN, 2017. *Xi's up, Trump is down, but it may not matter*. [Online] Disponível em: <https://edition.cnn.com/2017/11/08/politics/president-donald-trump-xi-jinping-china/index.html> [Acedido em 29 05 2022].

CNN, 2020. *China is doubling down on its territorial claims and that's causing conflict across Asia*. [Online]

Disponível em: <https://edition.cnn.com/2020/09/26/asia/china-territorial-claims-conflicts-explainer-intl-hnk-scli/index.html> [Acedido em 09 06 2022]

Cohen, B. J., 2008. *International Political Economy: An Intellectual History*. Princeton: Princeton University Press.

Congresso Nacional do Povo, 1979. *Message to Compatriots in Taiwan*. [Online] Disponível em: <http://www.china.org.cn/english/taiwan/7943.htm> [Acedido em 24 11 2021].

Cooney, S., 1997. Why Taiwan Is Not Hong Kong: A Review of the PRC's "One Country Two Systems" Model for Reunification with Taiwan. *Washington International Law Journal*, 6(3), pp. 497-548.

Cooper, J. F., 2014. Believe Realist Theory and Say Good-Bye to Taiwan?. *American Journal of Chinese Studies*, 21(2), pp. 151-161.

Cox, R., 1981. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. *Millennium: Journal of International Studies*, 10(2), pp. 126-156.

Creswell, J., 2018. *Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches*. 5ª ed. Los Angeles: SAGE Publications.

Creswell, J. W., 2015. What are the different sampling approaches for selecting participants and sites?. Em: Pearson, ed. *Educational Research Planning, Conducting, and Evaluating Quantitative and Qualitative Research*. Lincoln, Nebraska: Universidade de Nebraska-Lincoln, pp. 204-264.

Cunha, L., 2008. *China: Cooperação e Conflicto na Questão de Taiwan*. Lisboa: Prefácio - Edição de Livros e Revistas, Lda..

Deutsche Welle, 2017. *China's Xi Jinping asserts territorial integrity amid regional tensions*. [Online] Disponível em: <https://www.dw.com/en/chinas-xi-jinping-asserts-territorial-integrity-amid-regional-tensions/a-39914607> [Acedido em 09 06 2022].

Donnelly, J., 2005. Realism. Em: *Theories of International Relations*. 3ª ed. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, pp. 29-55.

Donnelly, J., 2015. The discourse of anarchy in IR. *International Theory*, 7(3), pp. 393-425.

Douglass, R., 2016. Hobbes and political realism. *European Journal of Political Theory*, 19(2), pp. 250-269.

Doyle, M. W., 1986. Liberalism and World Politics. *The American Political Science Review*, 80(4), pp. 1151-1169.

Dreyer, J. T., 2021. Taiwan-Japan Relations in the Tsai Era. Em: J. T. Dreyer & J. deLisle, edits. *Taiwan in the Era of Tsai Ing-wen: Changes and Challenges*. Nova Iorque: Routledge, pp. 208-238.

Eco, U., 1977. *How to Write a Thesis*. Londres: The MIT Press.

Evera, S. v., 1999. *Causes of War Power and the Roots of Conflict*. Ithaca e Londres: Cornell University Press.

Feng, H.-y., 2006. The Operational Code of Mao Zedong: Defensive or Offensive Realist?. *Security Studies*, 14(4), pp. 637-662.

Feng, H.-y. & He, K., 2013. Xi Jinping's Operational Code Beliefs and China's Foreign Policy. *The Chinese Journal of International Politics*, Volume 6, pp. 209-231.

Financial Times, 2022. 'We are now living in a totally new era' — Henry Kissinger. [Online] Disponível em: <https://on.ft.com/37z5Hlu> [Acedido em 10 Maio 2022].

FMI, 2022. *Taiwan Province of China - WORLD ECONOMIC OUTLOOK (OCTOBER 2022)*. [Online] Disponível em: <https://www.imf.org/external/datamapper/profile/TWN> [Acedido em 08 12 2022].

Foucault, M., 1980. *Power/Knowledge: Selected Interviews and Other Writings*. 1ª ed. Nova Iorque: Pantheon Books.

Fukuda, M., 2019. The Japan-Taiwan Relationship Under the Tsai Ing-wen Administration. Em: W. Lee, ed. *Taiwan's Political Re-Alignment and Diplomatic Challenges*. Winston-Salem: Palgrave Macmillan, pp. 297-322.

Funaiole, M. P. & Hart, B., 2021. Understanding China's 2021 Defense Budget. *China Power Project*, 5 Março.

Fu, Z.-y., 1997. China's Perception of the Taiwan Issue. *UCLA Journal of International Law and Foreign Affairs*, 1(2), pp. 321-350.

Garrick, J. & Bennett, Y. C., 2018. "Xi Jinping Thought": Realisation of the Chinese Dream of National Rejuvenation?. *China Perspectives*, 112(1-2), pp. 99-106.

Garver, J., 2004. India, China, The United States, Tibet, and The Origins of the 1962 War. *India Review*, 3(2), pp. 9-20.

Gilpin, R., 1981. *War and Change in World Politics*. Nova Iorque: Cambridge University Press.
Gilpin, R., 1987. *The Political Economy of International Relations*. Princeton: Princeton University Press.

Governo Australiano, 2022. *Australia-Taiwan relationship*. [Online] Disponível em: <https://www.dfat.gov.au/geo/taiwan/australia-taiwan-relationship> [Acedido em 11 06 2022].

Gregor, A. J., 2014. *Marxism and the Making of China: A Doctrinal History*. 1ª ed. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.

Hall, S., 2001. Foucault: Power, Knowledge and Discourse. Em: M. Wetherell, S. Taylor & S. J. Yates, edits. *Discourse theory and practice: a reader*. Londres: SAGE Publications, pp. 72-81.

Hao, Y.-f. & Zhai, Z.-h., 1990. China's Decision to Enter the Korean War: History Revisited. *The China Quarterly*, Volume 121, pp. 94-115.

Hoffman, S. A., 2006. Rethinking the Linkage between Tibet and the China-India Border Conflict: A Realist Approach. *Journal of Cold War Studies*, 8(3), pp. 165-194.

Hsiao, L. C. R. & Hsiao, H.-h. M., 2021. Cross-strait relations under the Tsai administration. Em: J. T. Dreyer & J. deLisle, eds. *Taiwan in the Era of Tsai Ing-wen: Changes and Challenges*. Nova Iorque: Routledge, pp. 129-160.

Huang, J., 2017. Xi Jinping's Taiwan Policy: Boxing Taiwan In with the One-China Framework. Em: L. Dittmer, ed. *Taiwan and China: Fitful Embrace*. s.l.:University of California Press, pp. 239-248.

Jiang, Z., 1995. *Jiang on Taiwan Straits*. [Online] Disponível em: <http://www.china.org.cn/english/taiwan/7955.htm> [Acedido em 24 11 2021].

Johnston, A. I., 1995. *Cultural Realism, Strategic Culture and Grand Strategy in Chinese History*. Nova Jérícia: Princeton University Press.

Kant, I., 1795. First Supplement: On the guarantee of perpetual peace. Em: P. Kleingeld, ed. *Toward Perpetual Peace and Other Writings on Politics, Peace, and History*. New Haven e Londres: Yale University Press, p. 92.

Kant, I., 2006. Toward Perpetual Peace: A Philosophical Sketch. Em: P. Kleingeld, ed. *Toward Perpetual Peace and other writings on Politics, Peace and History*. New Haven e Londres: Yale University Press, pp. 67-109.

Kastner, S. L., 2018. International Relations Theory and the Relationship across the Taiwan Strait. *International Journal of Taiwan Studies*, 1(1), pp. 161-183.

Keohane, R. O., 1984. *After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy*. 1ª ed. Chichester: Princeton University Press.

Kindleberger, C. P., 1975. *The World in Depression, 1929-1939*. 4 ed. Berkeley e Los Angeles: University of California Press.

Kühn, D., 2021. Managing the Status Quo: Continuity and Change in the United States' Taiwan Policy. *Giga Focus Asia*, Issue 6, p. 11.

Ku, S. C., 2019. Beyond Diplomacy: The Political Economy of Taiwan's Relations with Southeast Asia. Em: W. Lee, ed. *Taiwan's Political Re-Alignment and Diplomatic Challenges*. Winston-Salem: Palgrave Macmillan, pp. 271-296.

Laliberté, A., 1997. Taiwan: Between Two Nationalisms. *CIR Working Papers*, Janeiro, Issue 12, pp. 1-19.

Leng, T.-k., 2013. Paradox of Political Realism: The Taiwanese and Chinese Perceptions on the Rise of China Compared. *Journal of Contemporary Asian Studies*, 2(2), pp. 47-72.

Lenine, V. I., 1916. *Imperialism, the Highest Stage of Capitalism: A Popular Outline*. Petrograd: Marxists Internet Archive.

Lincoln, Y. S. & Guba, E. G., 2000. Paradigmatic controversies, contradictions and emerging confluences. Em: I. SAGE Publications, ed. *The SAGE Handbook of Qualitative Research*. s.l.:Norman K. Denzin; Yvonna S. Lincoln, pp. 163-189.

Linklater, A., 2005. Chapter 5: Marxism. Em: *Theories of International Relations*. s.l.:Palgrave Macmillan, pp. 110-136.

Linklater, A., 2005. Marxism. Em: *Theories of International Relations*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, pp. 110-136.

Lin, M., 2009. China and the Escalation of the Vietnam War. *Journal of Cold War Studies*, 11(2), pp. 35-69.

LRT, 2021. *China sanctions vs Taiwan investments – Lithuania's central bank weighs economic impact*. [Online]

Disponível em: <https://www.lrt.lt/en/news-in-english/19/1593215/china-sanctions-vs-taiwan-investments-lithuania-s-central-bank-weighs-economic-impact>
[Acedido em 17 05 2022].

Mao, T.-t., 1965. *Selected Works of Mao Tse-tung*. 1ª ed. Pequim: Foreign Languages Press.

Mastro, O. S. & Cho, S., 2022. How South Korea Can Contribute to the Defense of Taiwan. *The Washington Quarterly*, 45(3), pp. 109-129.

Mearsheimer, J. J., 2001. *The Tragedy of Great Power Politics*. 1 ed. s.l.:W. W. Norton & Company.

Mearsheimer, J. J., 2005. E.H. Carr vs. Idealism: The Battle Rages On. *International Relations*, 19(2), pp. 139-152.

Meho, L. I., 2007. The Rise and Rise of Citation Analysis. *Physics World*, 1(32), p. 20.

Merriam-Webster, s.d. "clique". [Online]
Disponível em: <https://www.merriam-webster.com/dictionary/clique>
[Acedido em 04 Maio 2022].

Merriam-Webster, s.d. "Buffer-state". [Online]
Disponível em: <https://www.merriam-webster.com/dictionary/buffer%20state>
[Acedido em 25 05 2022].

Morgan, J. W., 2015. Marxism–Leninism: The Ideology of Twentieth-Century Communism. Em: *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences*. 2ª ed. s.l.:Elsevier, pp. 656-662.

Morgenthau, H., 1948. The Political Science of E.H. Carr. *World Politics*, 1(1), pp. 127-134.

Morgenthau, H., 1985. *Politics among nations: The struggle for power and peace*. 6ª ed. Pequim: McGraw-Hill.

New York Post, 2021. *China's President Xi Jinping warns bullies will 'face broken heads and bloodshed'*. [Online]

Disponível em: <https://nypost.com/2021/07/01/chinas-xi-warns-bullies-will-face-broken-heads-and-bloodshed/>

[Acedido em 18 03 2022].

Newsweek, 2019. *Which Countries Still Recognize Taiwan? Two More Nations Switch to China In Less Than A Week*. [Online]

Disponível em: <https://www.newsweek.com/who-recognizes-taiwan-two-change-china-1460559>

[Acedido em 07 01 2023].

Nie, W.-j., 2016. Xi Jinping's Foreign Policy Dilemma: One Belt, One Road or the South China Sea?. *Contemporary Southeast Asia*, 38(3), pp. 422-444.

Nikkei Asia, 2021. *Full text of Xi Jin-ping's speech on the CCP's 100th anniversary*. [Online]

Disponível em: <https://asia.nikkei.com/Politics/Full-text-of-Xi-Jinping-s-speech-on-the-CCP-s-100th-anniversary>

[Acedido em 08 06 2022].

Nikkei Asia, 2021. *Taiwan's new Kuomintang leader keeps party on China-friendly track*. [Online]

Disponível em: <https://asia.nikkei.com/Politics/Taiwan-s-new-Kuomintang-leader-keeps-party-on-China-friendly-track>

[Acedido em 14 06 2022].

Nitze, P., 1993. *Tension between opposites: reflections on the practice and theory of politics*. 1ª ed. Nova Iorque: Charles Scribner's Sons.

Norbu, D., 2001. *China's Tibet Policy*. 1ª ed. Richmond: Curzon Press.

NPR, 2021. *After Being Silent For Decades, Japan Now Speaks Up About Taiwan — And Angers China*. [Online]

Disponível em: <https://www.npr.org/2021/07/26/1020866539/japans-position-on-defending-taiwan-has-taken-a-remarkable-shift>

[Acedido em 18 06 2022].

NPR, 2021. *China's Communist Party, with eye on history, gives Xi Jinping the same status as Mao*. [Online]

Disponível em: <https://www.npr.org/2021/11/11/1054646063/china-xi-jinping-communist-party?t=1653786370220>

[Acedido em 29 05 2022].

OEC, 2020. *Chinese Taipei*. [Online]
Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/twn>
[Acedido em 09 12 2022].

Office of the President of the ROC, 2016. *Ma Ying-jeou (12th - 13th terms)*. [Online]
Disponível em: <https://english.president.gov.tw/Page/88>
[Acedido em 15 06 2022].

Office of the President of the ROC, 2022. *President Tsai*. [Online]
Disponível em: <https://english.president.gov.tw/Page/40>
[Acedido em 15 01 2023].

OMC, 2016. *UNDERSTANDING THE WTO: THE ORGANIZATION: Members and Observers*. [Online]
Disponível em: https://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/tif_e/org6_e.htm
[Acedido em 08 12 2022].

OMS, 2022. *Countries*. [Online]
Disponível em: <https://www.who.int/data/gho/data/countries>
[Acedido em 08 12 2022].

Palladium, 2019. *Xi Jinping in Translation: China's Guiding Ideology*. [Online]
Disponível em: <https://www.palladiummag.com/2019/05/31/xi-jinping-in-translation-chinas-guiding-ideology/>
[Acedido em 23 11 2022].

Pang, Y.-h., 2019. *Strait Rituals China, Taiwan, and the United States in the Taiwan Strait Crises*. 1ª ed. Hong Kong: HK University Press.

PBS News, 2019. *Hong Kong protesters seek support from the British*. [Online]
Disponível em: <https://www.pbs.org/newshour/world/hong-kong-protesters-seek-support-from-the-british>
[Acedido em 29 05 2022].

Pereira, B. F., 2015. Relações entre Portugal e a República Popular da China. *A Ressurgência da China*, Junho, pp. 65-73.

Rauchhaus, R., 2009. Evaluating the Nuclear Peace Hypothesis: A Quantitative Approach. *The Journal of Conflict Resolution*, 53(2), pp. 258-277.

Rawls, J., 1996. *Political Liberalism*. Nova Iorque: Columbia University Press.

Rawls, J., 1999. *The Law of Peoples*. Cambridge e Londres: Harvard University Press.

Reus-Smit, C. & Snidal, D., 2008. Marx and Engels on International Relations . Em: *The Oxford Handbook of International Relations*. EUA: Oxford University Press, pp. 163-166.

Reuters, 2021. *Lithuania says Chinese customs is blocking its exports*. [Online] Disponível em: <https://www.reuters.com/article/china-lithuania-trade-idUSKBN2II0Y7> [Acedido em 07 12 2021].

Reuters, 2022. *China says it conducted exercises near Taiwan*. [Online] Disponível em: <https://www.reuters.com/world/china/china-says-carried-out-drills-near-taiwan-2022-05-08/> [Acedido em 18 06 2022].

Ripsman, N. M., 2007. Peacemaking and Democratic Peace Theory: Public Opinion as an Obstacle to Peace in Post-Conflict Situations. *Democracy and Security*, 3(1), pp. 89-113.

ROC, 2014. *President Ma Ying-jeou's National Day Address*. [Online]

Disponível em: https://www.roc-taiwan.org/th_en/post/350.html [Acedido em 28 10 2022].

ROC, 2016a. *Inaugural address of ROC 14th-term President Tsai Ing-wen*. [Online] Disponível em: <https://english.president.gov.tw/News/4893> [Acedido em 19 06 2022].

ROC, 2016b. *President Tsai's 2016 National Day Address*. [Online] Disponível em: <https://english.president.gov.tw/News/4997> [Acedido em 19 11 2022].

ROC, 2022. *Cross-strait cultural and educational exchanges*. [Online] Disponível em: <https://www.mac.gov.tw/en/cp.aspx?n=14F997EC59624E90> [Acedido em 08 06 2022].

Rose, G., 2011. Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy. *World Politics*, 51(01), pp. 144-172.

Rosow, S. J., 1989. Nuclear Deterrence, State Legitimation, & Liberal Democracy. *Polity*, 21(3), pp. 563-586.

Ross, R. S., 2000. The 1995-1996 Taiwan Strait Confrontation: Coercion, Credibility, and Use of Force. *International Security*, 25(2), pp. 87-123.

Rothenberg, M., 1995. Lenin on the State. *Science & Society*, 59(3), pp. 418-436.

RPC, 1981. Resolution on Certain Questions in the History of Our Party since the Founding of the People's Republic of China. *History and Public Policy Program Digital Archive*, 6 Junho, pp. 10-39.

RPC, 1993. *The Taiwan Question and Reunification of China*. [Online] Disponível em: <http://www.china.org.cn/e-white/taiwan/10-4.htm> [Acedido em 24 11 2021].

RPC, 2000. *The One-China Principle and the Taiwan Issue*. [Online] Disponível em: http://eu.china-mission.gov.cn/eng/zywj/bps/200403/t20040309_8301612.htm [Acedido em 29 05 2022].

RPC, 2008. *Facts, figures about Tibet's development(4)*. [Online] Disponível em: <https://www.mfa.gov.cn/ce/cedk//eng/zdgx/t430168.htm> [Acedido em 25 05 2022].

RPC, 2011. *'Four Cardinal Principles' (Mar. 1979)*. [Online] Disponível em: http://www.china.org.cn/china/CPC_90_anniversary/2011-06/22/content_22838756.htm [Acedido em 23 11 2022].

RPC, 2016. General Secretary Xi Jinping Explicates the “Chinese Dream”. *Chinese Law & Government*, 48(6), pp. 477-479.

RPC, 2016. *Mainland says Tsai's speech on cross-Straits ties "an incomplete test answer"*. [Online]

Disponível em: http://www.china.org.cn/china/2016-05/21/content_38503430.htm [Acedido em 19 06 2022].

Russett, B., Maov, Z., Oneal, J. R. & Oneal, F. H., 1996. The Liberal Peace: Interdependence, Democracy, and International Conflict. *Journal of Peace Research*, 33(1), pp. 11-28.

Schneider, D. v., 2002. Cross-Strait Relations Between China and Taiwan: Economic and Cultural Exchanges Across the Strait. *International Studies Masters*, 26 4, pp. 1-38.

Schrodt, P. A., 2004. Review: Democratic Peace or Liberal Peace: The Debate. *International Studies Review*, 6(2), pp. 292-294.

Schumpeter, J. A., 1974. *Imperialism and Capitalism*. 9ª ed. Cleveland e Nova Iorque: Meridian Books.

SciDev, 2016. *China, Brazil and India lead southern science output*. [Online] Disponível em: <https://www.scidev.net/global/news/china-brazil-and-india-lead-southern-science-outp/> [Acedido em 18 Março 2022].

Shambaugh, D., 2013. *China goes global: The partial power*. Nova Iorque: Oxford University Press.

Shih, F.-l., 2021. Taiwan's Culture Wars: From "re-China-ization" to "re-Taiwan-ization" and beyond. Em: J. T. Dreyer & J. deLisle, edits. *Taiwan in the Era of Tsai Ing-wen: Changes and Challenges*. Nova Iorque: Routledge , pp. 284-311.

Singh, H. & Pradhan, R., 2019. Taiwan, Hong Kong & Macau in China's infrastructure-diplomacy and the China Dream: Will the dominions fall?. *Journal of the National Maritime Foundation of India*, 15(1), pp. 15-26.

SIPRI, 2021. *World nuclear forces*. [Online] Disponível em: <https://www.sipri.org/research/armament-and-disarmament/weapons-mass-destruction/world-nuclear-forces> [Acedido em 06 12 2022].

Siroky, D. S. & Hale, C. W., 2017. Inside Irredentism: A Global Empirical Analysis. *American Journal of Political Science*, 61(1), pp. 117-128.

Smith, K., 2019. Recollecting a lost dialogue: Structural Realism meets Neoclassical Realism. *International Relations*, Março, pp. 1-20.

Snyder, G. H., 2002. Mearsheimer's World—Offensive Realism and the Struggle for Security: A Review Essay. *International Security*, 27(1), pp. 149-173.

Snyder, J., 1991. *Myths of Empire: Domestic Politics and International Ambition*. 1ª ed. Ithaca e Londres: Cornell University Press.

Snyder, J. & Lieber, K. A., 2008. Defensive Realism and the "New" History of World War I. *International Security*, 33(1), pp. 174-194.

South China Morning Post, 2021. *Was Xi Jinping's choice of a gory and controversial idiom a message from Beijing?*. [Online] Disponível em: <https://www.scmp.com/week-asia/opinion/article/3140297/was-xi-jinpings-choice-gory-and-controversial-idiom-message> [Acedido em 18 03 2022].

Starr, D., 2009. Chinese Language Education in Europe: the Confucius Institutes. *European Journal of Education*, 44(1), pp. 65-82.

Stutter, R., 2019. American Policy Toward Taiwan-China Relations in the Twenty-First Century. Em: W. Lee, ed. *Taiwan's Political Re-alignment and Diplomatic Challenges*. Winston-Salem: Palgrave Macmillan, pp. 209-244.

Taiwan News, 2016. *Full text of former President Ma Ying-jeou's video speech at SOPA*. [Online] Disponível em: <https://www.taiwannews.com.tw/en/news/2938298> [Acedido em 15 06 2022].

Taiwan News, 2022. *8 Chinese military aircraft enter Taiwan's ADIZ*. [Online] Disponível em: <https://www.taiwannews.com.tw/en/news/4458408> [Acedido em 18 06 2022].

Tan, A. C., 2002. The Transformation of the Kuomintang Party in Taiwan. *Democratization*, 9(3), pp. 149-164.

The Economist, 2020. *China is the world's factory, more than ever*. [Online] Disponível em: <https://www.economist.com/finance-and-economics/2020/06/23/china-is-the-worlds-factory-more-than-ever> [Acedido em 07 12 2021].

The Guardian, 2017. *Xi Jinping becomes most powerful leader since Mao with China's change to constitution*. [Online] Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2017/oct/24/xi-jinping-mao-thought-on-socialism-china-constitution> [Acedido em 29 05 2022].

The Guardian, 2018. *The great firewall of China: Xi Jinping's internet shutdown*. [Online] Disponível em: <https://www.theguardian.com/news/2018/jun/29/the-great-firewall-of-china-xi-jinpings-internet-shutdown> [Acedido em 29 05 2022].

The Guardian, 2018. *What is China's Belt and Road Initiative?*. [Online] Disponível em: <https://www.theguardian.com/cities/ng-interactive/2018/jul/30/what-china-belt-road-initiative-silk-road-explainer> [Acedido em 05 12 2021].

Tien, H.-m. & Chu, Y.-h., 1996. Building Democracy in Taiwan. *The China Quarterly*, Volume 148, pp. 1141-1170.

Tretiak, D., 1979. China's Vietnam War and Its Consequences. *The China Quarterly*, Volume 80, pp. 740-767.

Truex, R., 2016. *Making Autocracy Work: Representation and Responsiveness in Modern China*. New York: Cambridge University Press.

New York Times., 1995. *China Demands U.S. Cancel Visit by Taiwan's President*. [Online] Disponível em: <https://www.nytimes.com/1995/05/24/world/china-demands-us-cancel-visit-by-taiwan-s-president.html> [Acedido em 24 11 2021].

UNICEF, 2022. *Where we work*. [Online] Disponível em: <https://www.unicef.org/where-we-work#> [Acedido em 08 12 2022].

Walt, S., 1998. International Relations: One World, Many Theories. *Foreign Policy*, Special Edition: Frontiers of Knowledge(110), pp. 29-46.

Waltz, K., 1979. *Theory of International Politics*. 1 ed. Nova Iorque : Addison-Wesley.

Wang, T. Y., 2000. "One China, One Taiwan": An Analysis of the Democratic Progressive Party's China Policy. *African and Asian Studies*, Volume 35, pp. 159-182.

Wang, V. & deLisle, J., 2021. US-Taiwan Relations: Continuity and Change in a Triangular Dynamic. Em: J. T. Dreyer & J. deLisle, edits. *Taiwan in the Era of Tsai Ing-wen: Changes and Challenges*. Nova Iorque: Routledge, pp. 161-207.

Wang, Y.-k., 2019. Rethinking US Security Commitment to Taiwan. Em: W. Lee, ed. *Taiwan's Political Re-alignment and Diplomatic Challenges*. Winston-Salem: Palgrave Macmillan, pp. 245-270.

Washington Post, 2016. *The Chinese government fakes nearly 450 million social media comments a year. This is why.* [Online] Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/monkey-cage/wp/2016/05/19/the-chinese-government-fakes-nearly-450-million-social-media-comments-a-year-this-is-why/> [Acedido em 03 12 2021].

Wasserstrom, J. N. & Johnson, I., 2016. *The Oxford Illustrated History of Modern China*. 1ª ed. Oxford: Oxford University Press.

Wei, R. & Su, J., 2012. The statistics of English in China. *English Today*, Setembro, pp. 10-14.

Weng, B. S. J., 2002. "One Country, Two Systems" From A Taiwan Perspective. *Foreign Policy Research Institute*, 1 October, pp. 713-731.

Wohlforth, W. C., 2008. Realism. Em: *The Oxford Handbook of International Relations*. Nova Iorque: Oxford University Press, pp. 131-150.

Wong, J., 2003. Deepening Democracy in Taiwan. *Pacific Affairs*, 76(2), pp. 235-256.

Wood, A. W., 2006. Kant's Philosophy of History. Em: P. Kleingeld, ed. *Toward Perpetual Peace and Other Writings on Politics, Peace, and History*. New Haven e Londres: Yale University Press, pp. 243-262.

World Bank, 2022. *Member Countries*. [Online] Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/about/leadership/members> [Acedido em 08 12 2022].

Wu, Y.-s., 2000. Theorizing on Relations across the Taiwan Strait: Nine contending approaches. *Journal of Contemporary China*, 9(25), pp. 407-428.

Wu, Y.-s., 2019. The DPP Ascendancy and Cross-Strait Relations. Em: W. Lee, ed. *Taiwan's Political Re-alignment and Challenges*. Winston-Salem: Palgrave Macmillan, pp. 177-206.

Xing, L., 2016. Understanding the Multiple Facets of China's "One Belt One Road" Initiative. Em: *China's One Belt One Road Initiative*. Londres: Imperial College Press, pp. 29-56.

Xu, D.-q., 1997. The KMT Party's Enterprises in Taiwan. *Modern Asian Studies*, 31(2), pp. 399-413.

Zhang, X.-m., 2015. *Deng Xiaoping's Long War: The military conflict between China and Vietnam, 1979-1991*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.